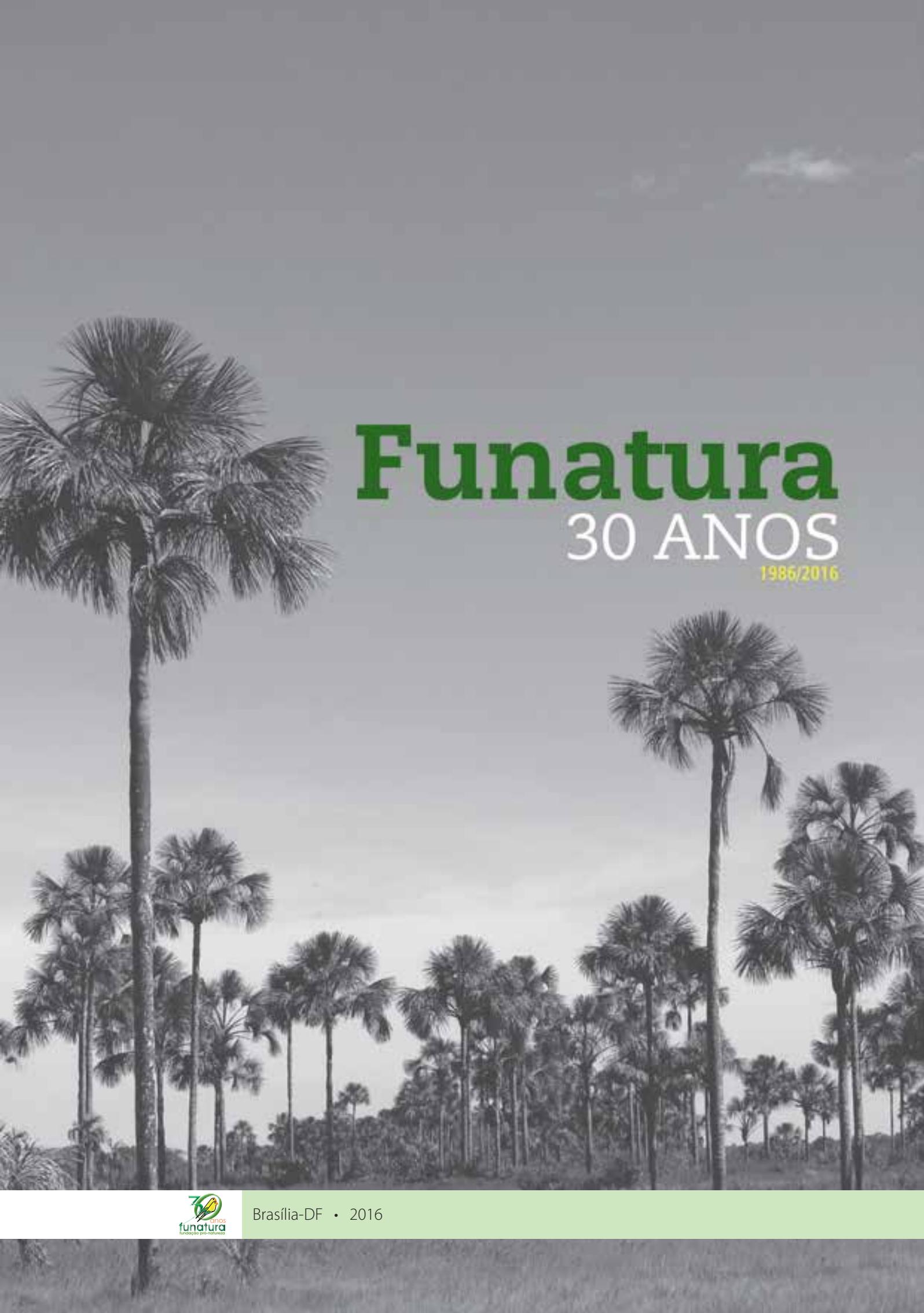


Funatura

30 ANOS

1986/2016



Funatura

30 ANOS

1986/2016



Brasília-DF • 2016



Fundação Pró-Natureza (Funatura)

DIRETORIA

Presidente: Herbert O. R. Schubart

1º Vice-Presidente: Cleber J. R. Alho

2º Vice-Presidente: Estanislau Monteiro de Oliveira

CONSELHO DE CURADORES

Presidente: Humberto Cardoso Gonçalves

Herbert O. R. Schubart

Luiz Van Beethoven Benício de Abreu

Henrique Brandão Cavalcanti

Cleber J. R. Alho

Estanislau Monteiro de Oliveira

Raimundo Alves de Lima Filho

Jorge Gomes do Cravo e Barros

Paulo Nogueira Neto

João Carlos de Souza Carvalho

Aldenir Chaves Paraguaçu

Carlos Alberto Xavier

Nikolaus Uberthus Josef Maria Von Behr

Eliani Alves de Carvalho

Nurit Bensusan

Ricardo do Monte Rosa

José Imaña Encinas

CONSELHO FISCAL

Presidente: Fernando Antônio Thomé Andrade

Conselheiros titulares: José Cláudio Lima Lopes e Emerson José de Almeida Santos

Suplente: Paulo Freitas Maciel

ESTRUTURA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Superintendente Executivo: Cesar Victor do Espírito Santo (engenheiro florestal)

Técnicos: Ernane Faria (engenheiro florestal), Fernanda Maciel (agrônoma), Fernando Lima (engenheiro florestal), Miguel Marinho (engenheiro florestal), Adriana de Oliveira Rocha (agrônoma), Wilson Miguel (engenheiro agrônomo), Joel Araújo Sirqueira (gestor ambiental)

Guarda-Parque: Luciano Gomes de Castro

APOIO ADMINISTRATIVO

Tesoureiro: Eduardo B. Passos

Administradora: Daya Maciel Rodrigues da Hora

Gestor Ambiental e Assistente Administrativo e Financeiro: Paulo Henrique G. Souza

Contabilidade: José Ribamar de Oliveira (FAPRI)

Apoio: Juliana Maciel Ferreira

ENDEREÇOS

Sede

SCLN 107 – Bloco B – Salas 201 a 207

CEP: 70743-520 – Brasília (DF)

Tels.: (61) 3274.5449 – Fax: (61) 3274.5324

E-mail: funatura@funatura.org.br

Internet: www.funatura.org.br

Bases Institucionais

Pirenópolis (GO) – RPPN Flor das Águas

Chapada Gaúcha (MG) – Parque Nacional Grande

Sertão Veredas (Parna GSV)

Funatura 30 Anos

Pesquisa, Redação e Edição: Arlete Bonelli

Projeto Gráfico, Capa e Editoração: Fernando Brandão

Fotos: Arquivo BCA-L - Págs. 54 a 57, 66, 158, 170. Arquivo Funatura - Capa, págs. 4, 10, 28, 47, 67, 71, 82, 108 a 111, 116, 118, 120, 129, 152 a 154, 182, 184, 187, 193; detalhes págs. 83, 104 e 105. Arquivo Prefeitura Municipal de Bonito de Minas (MG) - Págs. 78 e 79; detalhe pág. 88. Arquivo Projeto Carnívoros GSV (Biotrópicos) - Págs. 64 e 65. Mara Moscoso - Págs. 106 e 107; detalhe pág. 71. Paulo Henrique G. de Souza - Págs. 8, 53, 58 a 61, 84 a 89, 92, 100 a 105, 124, 126 a 130, 138, 142 a 147, 169 a 171, 181; detalhe pág. 139. Roque Sá - Págs. 24, 45, 52, 62 e 63, 67 a 70, 72 a 77, 80 e 81, 83, 90 e 91, 119, 121 a 125, 137, 139 a 141, 148 a 151, 172 a 174, 180 e 181; detalhes págs. 52, 84, 90 e 142.

Sumário

Apresentação	5
1. Funatura – Uma história de sucesso na conservação da natureza no Brasil	9
1986 a 1996:	
Década de projetos pioneiros, a criação de um parque nacional e a Rio-92	11
1997 a 2006:	
Aprovação do Snuc, um grande passo adiante na conservação da biodiversidade ...	16
2007 a 2016:	
Nos Gerais, berço da obra de Guimarães Rosa, é iniciado o Projeto Mosaico SVP	20
2. Programa Grande Sertão Veredas	25
Parque Nacional Grande Sertão Veredas – A Origem do Nome	25
Especial – Relatório da Perdedura ou Três Perdidos no Grameal	32
Assentamento São Francisco (ASF)	40
Saúde e Meio Ambiente: Conquista da Cidadania no Sertão Veredas	46
Projeto Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu (Mosaico SVP)	48
Projeto de Viabilização da Estrada-Parque Guimarães Rosa	51
3. Santuários de Vida Silvestre (SVSs) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs)	93
Criação de santuários e reservas, pioneirismo no bioma Cerrado	93
Parcerias com proprietários de terras no entorno de parques nacionais	94
Esforços compensados: áreas protegidas a partir do trabalho da Funatura	95
4. Recuperação de Áreas Degradadas no Bioma Cerrado	117
Recuperação e Proteção das Cabeceiras do Rio Caririnha (MG)	117
Revitalização de Áreas Degradadas da Bacia do Rio São Bartolomeu (DF/GO)	119
5. Políticas Públicas e Mobilização Social	131
A Funatura e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc)	131
PEC do Cerrado – Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 6/6/1995	132
Participação nos conselhos institucionais	133
Redes de ONGs e fóruns	134
Importância dos encontros dos povos e comunidades tradicionais do Cerrado	135
Registro das manifestações culturais das comunidades do Cerrado	138
6. Homenagem aos Fundadores e Colaboradores	155
Presidentes	156
Depoimentos	157
Fundadores	178
Conselheiros	178
Colaboradores	179
Homenagens <i>In memoriam</i>	180
7. Publicações e Periódicos	183
8. Organizações Parceiras	189
9. Fontes Bibliográficas	193
10. Siglas	195

A criação da Funatura foi inspirada pelo objetivo de contribuir com os esforços empreendidos no país para a conservação da biodiversidade, particularmente no bioma Cerrado. Há 30 anos, a preocupação com a conservação do Cerrado era praticamente inexistente, sendo o bioma visto apenas como uma grande área de expansão da fronteira agrícola. Suas riquezas em biodiversidade, recursos hídricos e diversidade sociocultural eram simplesmente ignoradas. Nesse contexto, a Funatura foi pioneira na busca da conservação do bioma.

Logo em seu início, a Funatura desenvolveu estudos na região dos Gerais com vistas a criar unidades de conservação de proteção integral, em face da crescente expansão das monoculturas de soja e da produção de carvão a partir do cerrado nativo. Após 2 anos de estudos foi proposta a criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, localizado no noroeste de Minas Gerais, que veio a ser decretado em 1989. Continuou atuando fortemente junto ao movimento pela ampliação do referido parque, objetivo alcançado em 2004 com a edição de decreto do Governo Federal que praticamente triplicou a sua área. Assim o Parque Nacional Grande Sertão Veredas tornou-se o maior parque nacional no âmbito do cerrado. No contexto de apoiar a implementação e o funcionamento desse belo parque, a Funatura desenvolveu o primeiro projeto de conversão da dívida externa brasileira com fins ambientais, com duração por um período de 20 anos, de 1993 a 2013.

Em outra vertente, a Funatura propôs a criação de vários Santuários de Vida Silvestre em áreas privadas ou públicas do cerrado, por entender que o esforço de conservação da natureza não deve ser uma atividade inerente ao Estado, mas também diz respeito à iniciativa privada, nas mais variadas escalas. O primeiro deles, o Santuário de Vida Silvestre Vagafogo, em Pirenópolis-GO, foi posteriormente reconhecido como uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – uma RPPN (a primeira do Brasil) e o Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo, com 580 hectares na região central de Brasília, foi reconhecido pelo Governo do DF como uma Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE. No total foram criadas 13 RPPNs, perfazendo mais de 320 mil hectares no cerrado e pantanal, e elaborados seus planos de manejo.

Ao lado de vários projetos de pesquisa, em parceria com renomados pesquisadores, com vistas dar maior consistência científica às suas proposições, realizou-se, em 1989, o primeiro Simpósio sobre Alternativas de Desenvolvimento dos Cerrados: Manejo e Conservação dos Recursos Naturais Renováveis. Este Simpósio foi uma das primeiras discussões com embasamento científico que abordou questões relacionadas com o manejo e conservação do cerrado, que orientaram recomendações visando a implementação de políticas públicas para o bioma.

Com a rápida expansão da fronteira agrícola acarretando uma destruição sem precedentes do cerrado (nas últimas 5 décadas, metade do cerrado foi destruído), ficou patente a necessidade de ações integradas entre as entidades que atuam no cerrado, com vistas a interferir de maneira positiva na definição de políticas públicas. Desta forma, a Funatura atuou mais intensivamente em redes, fóruns e colegiados, especialmente na Rede Cerrado de ONGs, no Fórum das ONGs Ambientalistas do DF e Entorno, no CONAMA, na CONABIO, na CONACER, dentre outros, com vistas a influenciar na definição de políticas públicas mais coerentes com o desenvolvimento sustentável do cerrado. Assim, dentre outras coisas, a Funatura executou com apoio do MMA e em parceria com outras instituições, o projeto “Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal”, que em 2004 foram reconhecidas através de um decreto presidencial. Em conjunto com a Rede Cerrado e outros parceiros atua para que a Proposta de Emenda à Constituição que reconhece o cerrado e a caatinga como patrimônio nacional seja aprovada pelo Congresso Nacional. Além disso, participou da elaboração do programa cerrado sustentável por meio do GT Cerrado, criado no âmbito do MMA, que posteriormente teve as suas atividades absorvidas pela CONACER (Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável). Importante ressaltar, também, a proposta desenvolvida e coordenada pela Funatura, em 1990, do anteprojeto de lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), transformado na Lei nº 9.985 de 18/07/2000.

Progressivamente, a ação da Funatura no campo expandiu-se para um trabalho que envolve não só a conservação da biodiversidade tendo como foco as unidades de conservação, mas também, o trabalho junto às comunidades locais e tradicionais do cerrado nas áreas de influência das Unidades de Conservação, por entender que a conservação do cerrado passa também pela valorização da cultura dos seus povos e pelo aproveitamento sustentável de produtos do cerrado com vistas a valorizar o cerrado em pé, independentemente de estar dentro ou fora das unidades de conservação. Nesse sentido, a Funatura tem promovido e apoiado, em parceria com a prefeitura de Chapada Gaúcha, MG, e outras entidades, nos últimos 15 anos, o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas. Também, em parceria com prefeituras locais, promoveu cinco edições do Encontro dos Povos da Chapada dos Veadeiros e duas edições do Encontro de Arte, Cultura e Meio Ambiente de Formoso, MG. Também, tem participado da realização dos Encontros e Feiras dos Povos do Cerrado, que acontecem a cada dois anos e é promovido pela Rede Cerrado. Estes Encontros visam valorizar as culturas tradicionais dos povos do cerrado, o uso sustentável e a conservação do bioma, bem como, proporcionar um ambiente de debate com vistas a auxiliar na definição de políticas públicas.

Além disso, a Funatura considera de extrema importância que o sistema nacional de unidades de conservação seja aplicado em sua totalidade, ou seja, que se constitua de um conjunto de unidades de conservação de proteção integral, principalmente parques nacionais e estaduais, com unidades de uso sustentável, em especial as reservas extrativistas, as reservas de desenvolvimento sustentável e as áreas de proteção ambiental. Tudo isso entremeado por zonas de amortecimento e corredores ecológicos, que precisam ser mantidos em pé para que a conservação da biodiversidade e outros elementos da natureza se dê de forma ampla. Também, é importante considerar o envolvimento das comunidades indígenas e de quilombolas, que possuem forte relação com o cerrado em seus territórios, muitos deles ainda em bom estado de conservação e que merecem ser objeto de políticas que visem a preservação de seus territórios, de suas tradições culturais e dos recursos naturais neles existentes.

Nesta linha, a Funatura desenvolve, em parceria com várias instituições, o projeto “Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu”, que envolve uma série de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, bem como áreas indígenas e outras áreas protegidas, numa superfície total de quase um milhão e meio de hectares no norte e noroeste de Minas Gerais e sudoeste da Bahia. O projeto visa desenvolver um trabalho de gestão integrada das UCs do Mosaico, bem como, o desenvolvimento de ações voltadas ao turismo ecocultural de base comunitária e ao aproveitamento sustentável de produtos do cerrado. A ideia é tratar a questão da conservação da biodiversidade de uma área ampla, envolvendo além dos gestores das unidades de conservação, representantes das comunidades locais e do poder público local, estadual e federal. Este projeto, em última análise, representa uma síntese do que acreditamos que possa ser feito de maneira que envolva diversos segmentos da sociedade no esforço de conservação do Cerrado brasileiro.

Outra ação importante refere-se aos trabalhos de recuperação de áreas degradadas no Cerrado, em especial na bacia do São Bartolomeu, que contou com apoio da Fundação Banco do Brasil e proporcionou a produção de um milhão de mudas de espécies nativas do cerrado e a recuperação de 500 hectares de áreas degradadas na bacia.

Três décadas de trabalho não é pouca coisa, ainda mais tratando-se de uma organização não-governamental, sem fins lucrativos e que trabalha em prol da natureza, setor em que os recursos disponíveis são bastante limitados. No entanto, a Funatura não mede esforços para alcançar os seus objetivos, contando com o trabalho voluntário de abnegados conselheiros e outros colaboradores, e de seu quadro de funcionários, cujo empenho, em diversas ocasiões, superou em muito as expectativas inicialmente colocadas. A todos eles os nossos calorosos agradecimentos.

Nossas homenagens vão também para Maria Tereza Jorge Pádua, que, ao lado de grandes lideranças ambientais, há 30 anos concebeu e deu forma à Fundação Pró-Natureza, imprimindo um ritmo de trabalho sólido e bem orientado que resultou no conjunto de projetos bem-sucedidos que hoje temos orgulho em comemorar.

Os resultados almejados pela Funatura, apresentados nesta publicação, se tornaram possíveis graças às parcerias e ao apoio de muitas instituições (ONGs, entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, listadas no capítulo 8), às quais agradecemos, reiterando nossa disposição de continuar na luta pela conservação da natureza.

Herbert O. R. Schubart
Diretor-Presidente



Fundador, conselheiro e atual diretor-presidente da Funatura. Biólogo, pesquisador e professor, é reconhecido mundialmente pelos estudos realizados na Floresta Amazônica e por sua contribuição ao desenvolvimento da biotecnologia e à conservação da biodiversidade do planeta. Premiado com a Medalha Rio Negro, uma homenagem do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em reconhecimento ao seu trabalho e contribuições para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação prestados ao Inpa e à Amazônia. Ingressou no Inpa como bolsista e alcançou o posto de Diretor-Geral do Instituto, em 1985.

Cesar Victor do Espírito Santo
Superintendente Executivo



Engenheiro florestal, com especialização em Manejo de Ecossistemas Hidrológicos e Terrestres. Desde 1991, responde pela Superintendência Executiva da Funatura coordenando e supervisionando a implantação de unidades de conservação. Ao longo desse período, atuou na condição de conselheiro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal (Conam), e Secretário Executivo do Fórum de ONGs Ambientalistas do Distrito Federal. É autor de vários artigos sobre a importância da proteção e conservação ambiental publicados em órgãos de imprensa e participou de eventos internacionais onde a Funatura representou o Brasil.

O Brasil possuía, até a década de 1980, pouquíssimas instituições não governamentais que atuavam em âmbito nacional e se dedicavam às questões ambientais. Uma delas era a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), criada em 1958, no Rio de Janeiro, pelo Almirante Ibsen de Gusmão Câmara, um dos mais importantes ambientalistas do país e precursor das iniciativas de proteção à Mata Atlântica. Ibsen Câmara foi, inclusive, um dos primeiros a apoiar a criação de uma nova fundação quando Maria Tereza Jorge Pádua, então diretora do Departamento de Ecossistemas do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), iniciou os contatos com profissionais da área para divulgar a ideia.

No IBDF, em meados da década de 1980, Maria Tereza atendeu Christoph Hrdina, que necessitava de autorização para realizar seu trabalho pioneiro de turismo para observadores de aves. Esses contatos avançaram para as conversas sobre a criação de uma fundação dedicada à conservação da natureza. Algum tempo depois, Hrdina cedia um espaço comercial, em Brasília, onde começaram os trabalhos para a organização da fundação. As conversas iniciais progrediram, ocorreram várias manifestações de interesse e, em de julho de 1986, a Fundação Pró-Natureza (Funatura) foi criada por profissionais reconhecidos, no Brasil e exterior, pelos seus trabalhos acadêmicos e técnico-científicos em diversas áreas.

A Funatura não possui fins lucrativos, desenvolve e apoia projetos em todos os estados brasileiros. É uma das organizações não governamentais ambientalistas mais tradicionais e respeitadas do Brasil devido à importância dos projetos executados e à sua participação em inúmeros conselhos e fóruns de decisão locais, regionais e nacionais. Em 1997, por meio de decreto presidencial, foi declarada entidade de utilidade pública federal. Durante seus 30 anos de existência, executou centenas de projetos de conservação da biodiversidade, socioambientais e culturais, em sua grande maioria no bioma Cerrado.

Alguns projetos foram premiados, outros reconhecidos nacional e internacionalmente. Dentre eles, destaca-se a implantação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (Parque GSV), em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e, atualmente, com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Como iniciativa pioneira no Brasil, está o Projeto de Santuários de Vida Silvestre que, além das ações de proteção das espécies e ecossistemas locais, incentiva pesquisas científicas, promove a educação ambiental e o ecoturismo.

A Fundação realizou estudos, pesquisas, planejamentos, inventários, implantação de unidades de conservação (UCs) em ecossistemas terrestres e marinhos, em todos os biomas brasileiros, especialmente no Cerrado. Apoiou a preservação de espécies ameaçadas de extinção e desenvolveu projetos de educação ambiental, de apoio ao turismo e ao extrativismo sustentáveis junto às comunidades tradicionais situadas no entorno de áreas protegidas. Essas iniciativas forneceram subsídios para discussões entre a sociedade civil e o poder público quanto às políticas públicas socioambientais.

Sua importância no cenário nacional, na execução de projetos de conservação da biodiversidade e nas ações de desenvolvimento sustentável lhe garantiu representatividade entre seus parceiros do mais diversos setores. Tais resultados fizeram com que tenha sido eleita por inúmeras ONGs, redes ambientalistas e outros coletivos para representar os interesses da sociedade civil em diferentes fóruns colegiados na busca de melhores condições ambientais que se refletem na qualidade de vida da população brasileira.



Reunião do Conselho de Curadores da Funatura realizada em sua sede, em Brasília (DF), no dia 26 de maio de 2008, com a presença dos conselheiros Estanislau Oliveira, Herbert O. R. Schubart, Raimundo Lima, Tânia Munhoz, Henrique Brandão Cavalcanti (diretor-presidente), Luiz Van Beethoven de Abreu (presidente do Conselho), Paulo Nogueira Neto, Cesar Victor do Espírito Santo (superintendente-executivo) e João Monsan, que visitava a Funatura, no momento da foto.

1986 A 1996: DÉCADA DE PROJETOS PIONEIROS, A CRIAÇÃO DE UM PARQUE NACIONAL E A RIO-92

A década de 1980 viu crescer a preocupação com as questões ambientais como consequência natural da Conferência Mundial Sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia), em 1972, pela Organização das Nações Unidas (ONU). O relatório *Nosso Futuro Comum* ou *Relatório Brundtland* foi publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e circulou, a partir de 1987, principalmente pelos países do mundo ocidental estimulando debates sobre poluição industrial, acúmulo de lixo urbano, exploração predatória de minérios, utilização de energia nuclear para geração de energia, destruição das florestas e muitos outros problemas relacionadas ao uso dos recursos naturais pelos seres humanos.

No Brasil, em 1981, por meio da Lei nº 6.938, de 31 de agosto, o governo federal estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Com o *Movimento pelas Diretas Já* e a volta dos civis ao poder após 21 anos de ditadura militar, havia um contexto social propício à incorporação de novos temas às discussões acadêmicas e políticas. O desmatamento e as queimadas nas florestas tropicais passaram a ser vistos em forma de ameaça concreta ao equilíbrio dos ecossistemas e não apenas como uma necessidade de ampliação das fronteiras agrícolas e de pastos para a pecuária. Muitas coisas começavam a mudar.

Frutos desse momento brotavam e, entre eles, surgiu uma ideia que se materializou na criação da Fundação Pró-Natureza (Funatura). Desde o início de 1986, vários profissionais e pesquisadores que desenvolviam atividades na área de conservação ambiental, em vários locais do Brasil, estavam conversando sobre a possibilidade de colocarem suas experiências pessoais também a serviço de uma organização não governamental e sem fins lucrativos. Em 30 de julho desse ano, a Fundação foi criada e, em 5 de setembro, publicados os atos oficiais que concretizaram sua existência formal.

Quando a Funatura completou seu décimo aniversário, em 1996, havia inúmeros motivos para comemorar. Entre projetos pioneiros executados e em andamento nos vários biomas brasileiros, destacavam-se importantes iniciativas: o Projeto Santuários de Vida Silvestre (SVS), a criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (Parna GSV), em Minas Gerais; e a participação na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Conferência Rio-92) e no Fórum Global 92, no Rio de Janeiro, em 1992. Além desses dois eventos, a atuação da Funatura durante a década de 1986 a 1996 está descrita em detalhes na primeira parte da **Linha do Tempo**, nas páginas seguintes.

DÉCADA DE 1986 A 1996

1986

JULHO DE 1986

Criação da **Fundação Pró-Natureza (Funatura)**, no dia 30 deste mês, em Brasília, por um grupo de 69 profissionais ligados a área de conservação ambiental. Cinco semanas após essa data, o Diário Oficial da União (DOU) publica a minuta de seu Estatuto e o Atos Constitutivos, registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas (2º Ofício) e no Cartório de 2º Ofício de Notas.

1987

FEVEREIRO DE 1987

Inicia seu **primeiro projeto**, o **Plano de Manejo para a Fazenda Praia do Forte**, na Bahia, por solicitação da Fundação Garcia D'Ávila que fiscaliza o uso da área de loteamento da Praia do Forte e apoia o Projeto Tamar, criado pelo antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

AGOSTO DE 1987

Torna-se membro da **União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)** que reúne ONGs de 116 países de todo o mundo, para desenvolver, promover e implementar atividades cientificamente conduzidas de conservação e utilização sustentada dos recursos naturais vivos da Terra.

AGOSTO DE 1987

Inicia o **Projeto Conservação dos Gerais**, com apoio da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema/PR) e do World Wildlife Fund (WWF), que identificará áreas passíveis de proteção na margem esquerda da Bacia do São Francisco, abrangendo o norte de Minas Gerais e o oeste da Bahia.

DEZEMBRO DE 1987

Inicia o **Projeto Santuários de Vida Silvestre (SVS)** para criar pequenas áreas particulares protegidas visando garantir a reprodução de espécies da flora e fauna silvestres especialmente aquelas raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção. A criação de SVSs ainda não está prevista na legislação brasileira e essa é mais uma iniciativa pioneira da Funatura.

1988



O Centro de Visitantes do SVS do Riacho Fundo – construído com apoio do Governo Canadense e do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) – recebia estudantes e o público interessado em atividades de educação ambiental. Foto: Arquivo BCA-L.

FEVEREIRO DE 1988

Promove, com apoio da *The Conservation Foundation/EUA*, encontro entre os principais pesquisadores do Brasil que elaboram o documento **Recomendações para o uso Racional dos Recursos Naturais Renováveis e Não Renováveis da Amazônia – Alternativas ao Desmatamento**.

MAIO DE 1988

Acompanha os debates e divulga o resultado da votação do **Artigo 225 – do Meio Ambiente**, da **Constituição Brasileira de 1988**, aprovado pela Assembleia Constituinte, no Congresso Nacional.

JUNHO DE 1988

Criada, com base em proposta da Funatura, a **Área de Relevante Interesse Ecológico do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo** em localização estratégica e central de Brasília (DF), com uma área de 580 ha, por meio do Decreto Nº 11.138 de 16/06/1988, do Governo do Distrito Federal.

1989



Equipe da Funatura em visita à área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, em Minas Gerais. Foto: Carlos Terrana.

ABRIL DE 1989

Aprovada, pelo Governo Federal, a proposta apresentada pela Funatura para **criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (Parna GSV)**, abrangendo uma grande área no norte e Minas Gerais e oeste da Bahia. O Parque é criado no dia 12/04/1989, por meio do Decreto Nº 97.658, com 84 mil hectares de extensão.

SETEMBRO DE 1989

Entrega ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) o anteprojeto de lei que cria o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**, elaborada por especialistas a partir de uma ampla consulta à comunidade conservacionista brasileira. A partir de então, acompanha, no Congresso Nacional, a tramitação do Projeto de Lei que institui o SNUC.

1991

JULHO DE 1991

Coordena os trabalhos, em Brasília, de uma das reuniões preparatórias para a **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Conferência Rio-92)**. O evento é realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) e o *World Resources Institute (WRI)*.

1992

JUNHO DE 1992

Participa como **observadora oficial da Conferência Rio-92** e organiza o *workshop* onde são apresentados os resultados da consulta pública na **América do Sul** sobre a **Estratégia Global para Conservação da Biodiversidade**. Participa do evento paralelo **Fórum Global 92**.

1993

JULHO DE 1993

Aprovada a proposta do **Projeto de Implementação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas** para efeito de conversão da dívida externa brasileira para fins ambientais, com duração de 20 anos, pela Comissão Técnica de Projetos Ambientais do Conselho Monetário Nacional/Banco Central.



Antiga sede administrativa do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, em Minas Gerais.
Foto: Arquivo BCA-L.

1994

MARÇO DE 1994

Recebe o **Diploma Ação Verde** criado pelo Banco Crefisul para homenagear, anualmente, os melhores projetos de proteção do meio ambiente desenvolvidos no Brasil. O **Projeto Santuários de Vida Silvestre**, coordenado pela bióloga Cilulia Maria Maury, foi escolhido entre 26 trabalhos, em 1993, pela Comissão Ação Verde, um júri independente formado por profissionais ligados aos temas ambientais.

ABRIL DE 1994

Participa do processo de elaboração do **Projeto de Lei** que definiu os limites, funções e o sistema de gestão da **Reserva da Biosfera do Cerrado**, aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal propondo a inclusão, na reserva, de áreas de todos os estados que compõem o bioma Cerrado.

ABRIL DE 1995

Recebe, pelo seu pioneirismo entre as ONGs ambientalistas brasileiras, o importante **atestado da Promotoria de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social**, vinculada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e ao Ministério Público da União.

JUNHO DE 1995

Entrega o **manifesto do Fórum das ONGs Ambientalistas do DF e Entorno** ao então Governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, em defesa do Parque Nacional de Brasília que é uma unidade de conservação de grande importância nessa região.



O superintendente-executivo da Funatura, Cesar Victor do Espírito Santo, entrega manifesto a Cristovam Buarque.
Foto: Arquivo BCA-L.

1996

AGOSTO DE 1995

Representa as ONGs brasileiras na **III Semana Conservacionista** realizada em **Quito (Equador)**, promovida pela *The Nature Conservancy* (TNC), para apresentar as ações desenvolvidas pelo Programa Grande Sertão Veredas no Parna GSV, localizado no noroeste de Minas Gerais.

SETEMBRO DE 1995

Participa da **oficialização e estruturação da Rede Cerrado** durante **Encontro de ONGs do Centro-Oeste**, realizado em Goiânia (GO).

DEZEMBRO DE 1995

Promove reunião das ONGs do Distrito Federal (DF), em sua sede, para **criar e estruturar o Fórum de ONGs do DF**.

MARÇO DE 1996

Inicia as ações de coordenação-geral do **Workshop do Cerrado**, desenvolvido em parceria com a Fundação Biodiversitas, Departamento de Zoologia da Universidade de Brasília (UnB) e *Conservation International* (CI), e que produzirá um mapa do Cerrado com as áreas prioritárias para conservação e indicação das prioridades de conservação nessas áreas.

SETEMBRO DE 1996

Assina o **Convênio de Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** para continuidade do Programa de Santuários de Vida Silvestre que assegura a conservação e tratamento de amostras representativas da biodiversidade do bioma Cerrado, com a participação de proprietários particulares, que resultou na implementação de quatro importantes RPPNs.

SETEMBRO DE 1996

Realiza, em Brasília, o **Seminário sobre Parceria e Cogestão em Unidades de Conservação** reunindo ONGs e órgão públicos em uma reflexão sobre os acertos e erros resultantes das relações estabelecidas entre a sociedade civil e o poder público para execução de trabalhos e projetos em UCs.

NOVEMBRO DE 1996

Assina a **Moção em defesa das Unidades de Conservação do DF** entregue ao Governo do Distrito Federal, destacando as principais modificações que devem ser feitas no **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT)** necessárias à conservação ambiental.

1997 A 2006:

APROVAÇÃO DO SNUC, UM GRANDE PASSO ADIANTE NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Nesta década, houve a intensificação das discussões sobre a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) formado por um conjunto de unidades de conservação (UCs) federais, estaduais e municipais de diferentes categorias. A Funatura havia conquistado importantes resultados nos projetos relacionados à conservação da biodiversidade desenvolvidos desde sua criação e caminhava para consolidar sua participação no movimento de ONGs ambientalistas do bioma Cerrado como representante do Centro-Oeste no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e no Conselho da Reserva da Biosfera do Cerrado, representando o Distrito Federal.

A presença da Funatura nesses conselhos e fóruns de análise e debate, sobre temas fundamentais para a utilização sustentável dos recursos naturais, fortaleceu o papel da sociedade civil na tramitação da proposta que instituiria o Snuc. Em julho de 2000 – o Snuc foi criado com a aprovação da Lei Nº 9.985 e regulamentado o Art. 225 (do Meio Ambiente) da Constituição Federal de 1988 –, chegava o momento de avançar na implementação de novas formas de proteção e conservação ambiental. E isto foi feito, com o início do Projeto de Estabelecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) no Cerrado.

Foram tempos de grandes conquistas. Em 2004, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas (Parna GSV) foi ampliado de 84 mil hectares para mais 231 mil hectares. Mais uma vez, o Governo Federal acatou a proposta dos especialistas em biodiversidade e as manifestações sobre a importância daquela área para o bioma Cerrado. A ampliação atendeu à necessidade de barrar inúmeros registros de uso predatório dos recursos naturais das áreas do entorno do Parna GSV, como as carvoarias, a abertura de estradas na área protegida, e os desmatamentos em geral.

O ato de ampliação do Parque foi precedido de audiências públicas e muitas manifestações por parte da sociedade civil, em ação coordenada pela Funatura, que desempenhou um papel importante de pressão para fortalecer a luta pela ampliação do Parque, com o envio de cartas à Presidência da República, manifestos, abaixo-assinados, notas à imprensa, dentre outras ações.

Durante esses anos, a Funatura também intensificou a execução de projetos de desenvolvimento sustentável com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e dos proprietários de RPPNs. Como resultado da participação das comunidades tradicionais do entorno das unidades de conservação nas quais a Fundação atua, surgiram os Encontros dos Povos do Grande Sertão Veredas e da Chapada dos Veadeiros, que ganharam apoio de diversos setores e foram incorporados aos calendários de várias cidades de Minas Gerais e Goiás.

Milhares de pessoas participam todos os anos, desde 2002, desses encontros onde adultos, jovens e crianças protagonizam várias atividades. Exposições reúnem a produção de agricultores familiares, peças produzidas por artesãos, trabalhos escolares sobre questões ambientais vivenciadas no Cerrado, apresentações culturais. É a proposta de Cultura e Meio Ambiente caminhando juntos. E, como resultado, novos atores são incorporados aos projetos ambientais, a exemplo dos proprietários rurais que colaboram na recuperação das nascentes de rios da Bacia do Rio São Francisco, um dos rios mais importantes do Brasil.

DÉCADA DE 1997 A 2006

1997

FEVEREIRO DE 1997

Participa da reunião, em Brasília, da **Rede Pró-Unidades de Conservação de Proteção Integral** e assina a **Carta de Princípios da Rede** na qual estão recomendações aos poderes públicos federal, estaduais e municipais sobre a defesa do patrimônio biológico brasileiro, de acordo com os compromissos internacionais ratificados pelo Brasil ao assinar a **Convenção da Diversidade Biológica**, aprovada durante a Conferência Rio-92.

MAIO DE 1997

Declarada de entidade de **Utilidade Pública Federal** por meio de Decreto da Presidência da República, de 21 de maio de 1997. A partir desta data, a Funatura passou a integrar o grupo de ONGs oficialmente reconhecidas como prestadoras de relevantes serviços à sociedade brasileira.

2000

JULHO DE 2000

Comemora a assinatura da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Art. 225 (do meio ambiente) na Constituição Federal de 1988, e institui o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc)**. A Funatura participou da elaboração do Anteprojeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional, onde tramitou durante oito anos, antes de ser votado.

2001

MARÇO DE 2001

Inaugura o **Centro de Apoio à Pesquisa e Educação Ambiental na RPPN Santuário de Vida Silvestre Flor das Águas**, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Especial Japonês e Fundação Ford.

MAIO DE 2001

Inicia o **Projeto de Estabelecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Cerrado**, com apoio do Pnud/GEF, no entorno do Parna GSV, em Minas Gerais e na Bahia, e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás.

2002

ABRIL DE 2002

Realiza, no âmbito do projeto apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud/GEF), em parceria com a Prefeitura Municipal da Chapada Gaúcha (MG), o **I Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas**; e, em parceria com a Prefeitura Municipal de Cavalcante (GO), o **I Encontro dos Povos da Chapada dos Veadeiros**.



Área interna do Centro de Apoio na RPPN Flor das Águas, em Pirenópolis (GO). Foto: Arquivo Funatura.

2003

JUNHO DE 2003

Realiza o **I Encontro de Arte, Cultura e Meio Ambiente**, em Formoso/MG, com a participação de ONGs e prefeituras municipais da região do entorno do Parna GSV.

AGOSTO DE 2003

Realiza, em sua sede, a assembleia para a eleição da diretoria da **Confederação Nacional das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs)**.

SETEMBRO DE 2003

Participa da **Comissão Organizadora da I Conferência Nacional de Meio Ambiente**, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em Brasília, por indicação das ONGs do Distrito Federal.

SETEMBRO DE 2003

Indicada como uma das três ONGs da Rede Cerrado no **Grupo de Trabalho do Cerrado**, instituído pelo MMA para propor a criação do Programa Nacional de Conservação e uso Sustentável do Bioma Cerrado (Programa Cerrado Sustentável).

SETEMBRO DE 2003

Participa da implantação, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do **Projeto de Assentamento São Francisco**, formado por famílias oriundas do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, uma das únicas iniciativas do gênero, no Brasil, de realocação de populações que viviam no interior de uma unidade de conservação de proteção integral.

NOVEMBRO DE 2003

Participa da apresentação, pelo MMA, do **Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira**, o qual contou com a coordenação da Funatura nas informações referentes aos biomas Cerrado e Pantanal.

DEZEMBRO DE 2003

Conclui a apresentação do **Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas** realizado pela Funatura com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

2004



Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Foto: Arquivo BCA-L.

FEVEREIRO DE 2004

Anuncia o reconhecimento oficial, pelo Ibama, da **Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Veredas do Pacari**, a primeira reconhecida no entorno do Parna GSV, criada para ampliar a sua faixa de proteção.

MAIO DE 2004

Anuncia a **ampliação da área do Parna GSV dos 84 mil ha** iniciais para 231 mil ha, por Decreto publicado em 21 de maio, pelo Governo Federal, como resultado de mais de dois anos de campanha liderada pela Funatura para obter a expansão dessa área do bioma Cerrado.

2005

FEVEREIRO DE 2005

Conclui, em parceria com o Instituto Estadual de Florestas do Estado de Minas Gerais (IEF-MG), o **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra das Araras**, com 11.137 hectares, no município de Chapada Gaúcha (MG).

MAIO DE 2005

Inicia a execução do **Projeto Recuperação e Proteção das Cabeceiras do Rio Carinhanha**, aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). O Carinhanha é um dos maiores afluentes do rio São Francisco e atravessa o Parna GSV.

DEZEMBRO DE 2005

Recebe o diploma **Destaque Cultural do Ano – 2005** concedido pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado de Goiás, pela sua importante contribuição no campo da cultura em função do apoio à realização e participação no IV Encontro dos Povos da Chapada dos Veadeiros.

2006



Cooperativa gera renda com produtos do Cerrado. Foto: Arquivo Funatura/Paulo H. G. de Souza.

JANEIRO DE 2006

Apoia a criação da **Cooperativa Sertão Veredas (Coop Sertão Veredas)**, na Chapada Gaúcha (MG), formada por agricultores familiares e extrativistas que tem como objetivo principal, trabalhar com produtos do cerrado e da agricultura familiar na região no entorno do Parna GSV.

2007 A 2016:

NOS GERAIS, BERÇO DA OBRA DE GUIMARÃES ROSA, É INICIADO O PROJETO MOSAICO SVP

Ao longo dos últimos dez anos, a Funatura intensifica sua presença na região dos Gerais, norte de Minas, onde foi criado o Parque Nacional Grande Sertão Veredas (Parna GSV) e por onde andou João Guimarães Rosa antes de escrever sua obra mais famosa, o livro que deu nome ao Parque. Para estender as ações de conservação locais e regionais, elabora o Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC) que estabelece as condições para o reconhecimento do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu (Mosaico SVP), pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). A criação de mosaicos de unidades de conservação tornou-se possível com a legislação que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pelo qual a Funatura muito se empenhou.

Os resultados obtidos com o andamento do Projeto Mosaico SVP levam a Funatura a participar de eventos na França onde também se desenvolvem iniciativas que reúnem áreas protegidas públicas e/ou privadas com grande envolvimento dos moradores dessas regiões. O projeto amplia seu alcance com a participação de inúmeras organizações não governamentais e prefeituras municipais, ganha maior projeção deixando o âmbito local e regional e se expandindo para outros biomas do Brasil. A área do Mosaico SVP possui interessantes características: dois parques nacionais em suas extremidades, sendo o Parna GSV a oeste e o Parna Cavernas do Peruaçu a leste, além de três parques estaduais, três áreas de proteção ambiental, duas terras indígenas, dentre outras áreas protegidas.

Dando continuidade às suas ações nos Gerais, encaminha ao Governo do Estado e à Assembleia Legislativa de Minas Gerais a proposta de reconhecimento oficial da Estrada-Parque Guimarães Rosa, abrangendo o bioma Cerrado e pequena parte de transição para a Caatinga, em onze municípios onde há 14 unidades de conservação e dois territórios indígenas. Essa estrada interliga pequenas cidades e vilas, cortando a região banhada pelo rio São Francisco e facilitando o deslocamento de turistas, de moradores da região e de mercadorias no território do Mosaico SVP.

Com o bioma Cerrado, todo cuidado tem sido pouco. A Mata Atlântica levou 500 anos para ser reduzida a cerca 7% de sua extensão original, enquanto o Cerrado, em apenas cinco décadas, teve sua extensão reduzida a apenas a metade de seus dois milhões de km² originais. Prosseguindo com projetos de conservação da biodiversidade em outras áreas desse bioma, a Funatura inicia, em 2009, o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas da Bacia do Rio São Bartolomeu, em áreas do Distrito Federal e do Estado de Goiás. Participa de outras iniciativas, como o Projeto Cerrado Sustentável Goiás que prevê a criação de parques estaduais nesse Estado.

Em 2016, quando a Funatura completa 30 anos de serviços prestados à conservação da biodiversidade, prosseguem as atividades envolvendo Santuários de Vida Silvestre (SVS) e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) para educação ambiental, conservação e preservação da fauna, flora e dos recursos hídricos, além do uso sustentável por meio do ecoturismo. No Parna GSV e entorno, os resultados de todos esses anos são positivos, mas a conservação da biodiversidade requer esforço permanente. E, em 2014, nova etapa foi iniciada com a execução Projeto Apoio a Estratégias Nacionais de Redução do Desmatamento e dos Incêndios Florestais no Cerrado Brasileiro (Procerrado Federal).

DÉCADA DE 2007 A 2016

2007

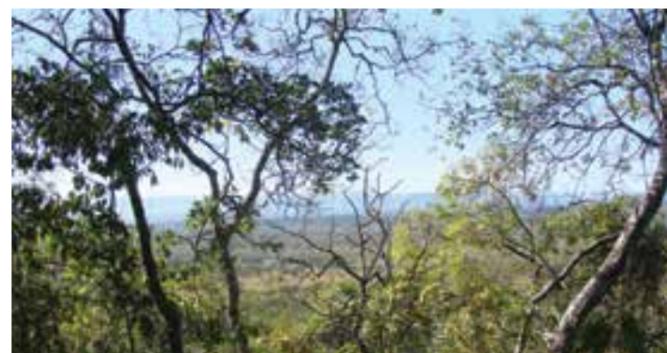
MARÇO DE 2007

Realiza a pesquisa sobre o **pato-mergulhão** (*Mergus octosetaceus*), espécie criticamente ameaçada de extinção, para avaliar seu status de conservação e propor estratégias para a sua preservação na Chapada dos Veadeiros, no Estado de Goiás.

2008

JANEIRO DE 2008

Apresenta o **Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC)** que estabeleceu as condições para reconhecer o Mosaico SVP. Iniciado em 2006, em parceria com diversas ONGs e órgãos governamentais de Minas Gerais, propôs a criação e o trabalho com mosaicos de unidades de conservação em área do Cerrado, no noroeste e norte de Minas e parte do sudoeste da Bahia.



Região da Bacia do Rio São Bartolomeu, no Distrito Federal.
Foto: Arquivo Funatura/Paulo H. G. de Souza.

DEZEMBRO DE 2008

Conclui e divulga o **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu**, realizado com apoio da Fundação Banco do Brasil (FBB). O rio São Bartolomeu, formado pela junção do rio Pípiripau e do ribeirão Mestre D'Armas, é contribuinte da Bacia do Paraná/Paraguai e se constitui, com seus afluentes, na maior bacia hidrográfica do Distrito Federal.

2009

ABRIL DE 2009

Anuncia o reconhecimento pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Portaria nº 128, de 24 de abril de 2009, do **Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas – Peruaçu (Mosaico SVP)** abrangendo 11 unidades de conservação, entre elas dois parques nacionais: o Grande Sertão Veredas e o Cavernas do Peruaçu.



Área de Proteção Ambiental Cochá-Gibão, no município de Bonito de Minas, que é parte do Mosaico SVP.
Foto: Arquivo Prefeitura Municipal de Bonito de Minas.

SETEMBRO DE 2009

Inicia o **Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas da Bacia do Rio São Bartolomeu**, financiado pela FBB com apoio do Governo do Distrito Federal (GDF), e participação de comunidades de Planaltina, Paranoá e São Sebastião (DF) e Cidade Ocidental, Luziânia e Cristalina (GO) para produção de milhares de mudas e reflorestamento dessas áreas.

NOVEMBRO DE 2009

Coordena o **Projeto Gestão Integrada do Mosaico SVP**, por meio de convênio firmado com o Instituto Estadual de Florestas do Estado de Minas Gerais (IEF-MG).

2010

AGOSTO DE 2010

Implanta a trilha ecológica da **Reserva Particular do Patrimônio Natural e Santuário de Vida Silvestre Flor das Águas**, em Pirenópolis/GO, com uma área de 43,31 hectares, inserida no Corredor Ecológico Paranã-Pireneus e próxima da Área de Proteção Ambiental Estadual dos Pireneus e do Parque Estadual dos Pireneus, que englobam os municípios de Pirenópolis, Cocalzinho de Goiás e Corumbá de Goiás.

SETEMBRO DE 2010

Participa do **6º Seminário Franco-Brasileiro Mosaico de Áreas Protegidas**, realizado em Nord-Pas de Calais, na França, representando as ONGs do Conselho Consultivo do Mosaico SVP.

DEZEMBRO DE 2010

Participa das comemorações do **10º aniversário da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc)**, no Rio de Janeiro, onde é lembrada sua contribuição para elaboração do Anteprojeto de Lei aprovado pelo Congresso Nacional, em 2000.

2011

MARÇO DE 2011

Eleita para ocupar a **secretaria-executiva do Conselho Consultivo do Mosaico SVP**, formado por ONGs e órgãos governamentais.

JULHO DE 2011

Recebe o título de **Honra ao Mérito** concedido pelo município de Chapada Gaúcha (MG) pelos relevantes serviços prestados à comunidade, além do conjunto do trabalho realizado desde a década de 1990, naquela localidade.

OUTUBRO DE 2011

Inaugura o **Centro Comunitário no Assentamento São Francisco (ASF)**, na região do entorno do Parna GSV, município de Formoso/MG. O Centro funciona como uma importante área de uso coletivo para as comunidades da região.

2012

MAIO DE 2012

Conclui e encaminha ao Governo do Estado e à Assembleia Legislativa de Minas Gerais a **Proposta de Reconhecimento Oficial da Estrada-Parque Guimarães Rosa**, uma via em benefício do turismo ecocultural e do fortalecimento da identidade territorial do Mosaico SVP.



Reunião no Centro Comunitário do ASF.
Foto: Arquivo Funatura/Paulo H. G. de Souza.

2013



RPPN Vale das Araras, em Cavalcante (GO).
Foto: Arquivo Funatura.

2014

2015



Aberta em 2015, a trilha Mato Grande é uma das atrações do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.
Foto: Arquivo Funatura/Paulo H. G. de Souza.

2016

ABRIL DE 2013

Realiza estudos e consultas públicas para **criação dos parques estaduais São Bartolomeu, Serra da Prata e São Félix**, previstas no Projeto Cerrado Sustentável Goiás, iniciativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), com financiamento do Banco Mundial (Bird).

FEVEREIRO DE 2014

Inicia o **Projeto de Assistência Técnica e Capacitações (Projeto Ater Cerrado)** sobre uso sustentável de produtos do Cerrado em cinco empreendimentos comunitários de Minas Gerais e Goiás, apoiado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SBF), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

AGOSTO DE 2015

Inicia a execução do **Projeto Apoio a Estratégias Nacionais de Redução do Desmatamento e dos Incêndios Florestais no Cerrado Brasileiro (Procerrado Federal)**, que integra o Programa de Cooperação entre Brasil, Reino Unido e Banco Mundial (Bird) com apoio do Fundo Fiduciário para Mitigação da Mudança do Clima no Cerrado Brasileiro.

OUTUBRO DE 2015

Conclui o **Projeto Grande Sertão Veredas**, apoiado pelo Funbio/TFCA, que proporcionou a abertura oficial do Parna GSV, com a implantação da trilha do Mato Grande. Mais de 1.500 pessoas visitaram o Parque, entre 2013 e 2015.

JULHO DE 2016

Completa **30 anos de atuação** em projetos de conservação da biodiversidade brasileira e importantes contribuições ao desenvolvimento sustentável de comunidades estabelecidas em áreas do entorno de parques nacionais e outras unidades de conservação.

OUTUBRO DE 2016

Conclui o **Projeto Ater Cerrado** apoiado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SBF/MMA), em municípios de Minas Gerais e Goiás, que beneficiou produtores da Cooperativa da Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária Ltda. (Copabase), Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Pandeiros Ltda. (Coopae), Cooperativa Agrossilviextrativista Sertão Veredas (Coop Sertão Veredas), Associação Comunitária do Areião e Adjacências, e Empreendimento Cinthia Peter.



Acesso ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas

PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS – A ORIGEM DO NOME

Os ambientalistas e pesquisadores que propuseram a criação de um parque nacional na região dos sertões mineiros – grande área com baixa densidade demográfica e isolada dos núcleos de ocupação urbana –, no final da década de 1980, uniram o estudo da natureza com a história e a literatura. Buscaram na obra de um dos mais importantes escritores brasileiros – o livro *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa – o nome com o qual foi batizado o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, em 1989. Rosa era mineiro da cidade de Cordisburgo, município da região do Alto Rio São Francisco e da Gruta de Maquiné que recebe milhares de turistas anualmente.

Para escrever seu romance, ele escolheu como cenário o norte e noroeste de Minas Gerais nas terras que margeiam o rio São Francisco, cobertas pela vegetação típica do bioma Cerrado e onde se encontram ecossistemas de transição para a Caatinga. Esta região é conhecida como Gerais e os personagens retratados pelo autor trilhavam os caminhos e veredas do Sertão, durante o período em que se passam as lutas pela posse de terra entre fazendeiros, jagunços e destacamentos militares, e os conflitos vividos por Riobaldo, Diadorim, Joca Ramiro, Hermógenes e muitos outros. Os fatos registrados e datados dos séculos XIX e XX indicam que esses locais foram, realmente, palco de uma sangrenta disputa cujo objetivo era garantir a ocupação e exploração do território.

Pela sua grandiosidade, belezas naturais e riqueza cultural, os Gerais sempre despertaram interesse e curiosidade, mas ainda são pouco conhecidos. É uma vasta área na margem esquerda do rio São Francisco (originalmente 13 milhões de hectares), no noroeste de Minas Gerais e oeste da Bahia até o sul do Piauí. Extensos campos e magníficas veredas, chapadas, rios e cachoeiras formam um painel único de beleza natural com características muito próprias e exclusivas dessa região. Os nomes Cerrado, Carrasco, Vereda, e Caatinga são encontrados em documentos do século XVIII com significados específicos. Ao longo do tempo, prevaleceu a denominação Cerrado, que deixou de designar apenas uma fitofisionomia para nomear todo um bioma.

O Cerrado

O Cerrado é um bioma de extrema riqueza em variedade de espécies de fauna e flora e desempenha um papel estratégico na conservação dos recursos hídricos do Brasil. A região é o centro das principais bacias hidrográficas do país, englobando nascentes de importantes rios das bacias Amazônica, do Prata, e do São Francisco. Abrange cerca de um quarto (1/4) do território brasileiro, em torno de 200 milhões de hectares (ha), uma das áreas com maior biodiversidade e mais ameaçadas do planeta.

Reconhecido como a savana mais rica do mundo em biodiversidade, com a presença de diversos ecossistemas, até a década de 1950, o Cerrado manteve-se quase inalterado. A partir de então, com a construção e inauguração de Brasília, abertura de rodovias e expansão de infraestrutura de energia elétrica, esse bioma começou a ser ocupado pela pecuária e a agricultura extensiva, com plantações de soja, arroz e trigo. Uma pesquisa realizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e divulgada em 2011, mostrou que em apenas 50 anos, metade da vegetação original do Cerrado foi eliminada e há menos de 3% de sua área efetivamente protegida em uma unidade de conservação de proteção integral e pouco mais de 5% em unidades de uso sustentável.

Não existe, ainda, uma lei específica de proteção do Cerrado, que é reconhecido como a savana mais rica em vida do planeta. O Parna GSV é um dos maiores parques do Cerrado, com 231.000 hectares, e protege uma parte extremamente significativa desse bioma. A Funatura vem atuando, desde 1995, junto ao Congresso Nacional, para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 6 de junho de 1995 (PEC do Cerrado), que inclui o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Sonho realizado

A proposta de criação de um parque nacional na região dos Gerais foi apresentada, informalmente, pela primeira vez pelos cientistas Ângelo Machado e Célio Valle, do Centro de Conservação da Natureza de Minas Gerais, em 1977, à Maria Tereza Jorge Pádua, então diretora do Departamento de Unidades de Conservação do antigo Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF). Quando a Funatura surgiu, o que ocorreu em 1986, implantar um parque nacional no Cerrado era um dos sonhos acalentados por seus fundadores.

Até então, não havia nenhuma unidade de conservação (UC) na região dos Gerais, região que estava sofrendo, nessa época, uma ocupação rápida e desordenada sem precedentes. Com o asfaltamento da BR-020 (Brasília – Fortaleza) e o baixo custo das terras, foram criadas as condições necessárias para o aproveitamento agrossilvopastoril de forma desenfreada na região, levando à destruição dos *habitats* naturais.

Infelizmente, todos os esforços empreendidos na época não alcançaram êxito. Mais tarde, em 1987, a Funatura, com o apoio de organizações parceiras, iniciou estudos nos Gerais. Sob a coordenação do pesquisador e um dos seus conselheiros, Bráulio Dias, foi elaborado o projeto *Conservação dos Gerais – Rio São Francisco (Grande Sertão Veredas)*, estudos de campo realizados por professores da Universidade de Brasília (UnB) e técnicos de órgãos governamentais ambientais.

Esses estudos contaram com apoio da então Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e do Fundo Mundial para a Natureza (*World Wide Fund for Nature – WWF*). De nove áreas estudadas, duas delas foram consideradas prioritárias para a conservação, sendo uma na Bahia e a outra em Minas Gerais. Na área da Bahia, indicou-se a implantação de uma estação ecológica, que não chegou a ser criada. Para a área de Minas Gerais indicou-se o estabelecimento de um parque nacional no local.

Após a conclusão do trabalho de campo e a elaboração de documentos sobre a relevância e a importância da área, o então recém-criado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), preparou uma exposição de motivos e apresentou a documentação à Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), vinculada à Casa Civil da Presidência da República. Por meio do Decreto Presidencial Nº 97.658, de 12 de abril de 1989, foi criado o Parque Nacional Grande Sertão Veredas (Parna GSV) com uma área de aproximadamente 84.000 hectares (ha). Anos depois, em 21 de maio de 2004, um novo Decreto ampliou a área do parque para 231 mil ha. Esta ampliação recebeu grande apoio da sociedade civil em ações coordenadas pela Funatura.

Características da flora e fauna do maior parque nacional do Cerrado

O Parna GSV possui, atualmente, uma superfície que abrange os municípios de Formoso, Arinos e Chapada Gaúcha (noroeste de Minas Gerais), com a menor densidade demográfica do Estado (cinco habitantes por km²), e se estende ao município de Cocos (no Estado da Bahia, limite norte). A área é cortada pelos ribeirões Mato Grosso e Mato Grande, rio Carinhanha, córrego do Boi, riacho Santa Rita, rio Preto e a vereda Três Irmãos.

Todas as diferentes vegetações do Cerrado são encontradas nessa UC, onde estão cerradão, cerrado, campo cerrado, campo sujo, campo limpo e as matas de galeria, e o carrasco. O Parna GSV é um dos poucos locais onde existem áreas de carrasco legalmente protegido. As veredas dominam a paisagem e são formadas pela palmeira buriti, nativa dos terrenos encharcados encontrados sobre um grande tapete gramíneo, além de muitas outras palmeiras e espécies típicas (pequi, gomeira, pau-terra, carvoeiro, aroeira, araticum e jatobá do campo). Inúmeras são as plantas nativas com valor medicinal utilizadas pelas comunidades locais.

O Parna GSV protege uma parte extremamente significativa do Cerrado, onde há uma fauna bastante diversa, com várias espécies ameaçadas de extinção, que estão protegidas nessa unidade de conservação: cervo do pantanal (*Blastocerus dichotomus*), rato-de-espinho (*Carterodon sulcidens*), lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), gato-maracajá (*Leopardus pardalis mitis*), gato-palheiro (*Leopardus colocolo*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), onça-pintada (*Panthera onca*), tatu-canastra (*Priodontes maximus*), onça-parda (*Puma concolor capricornensis*) e tatu-bola (*Tolypeutes tricinctus*).

Vigilância contínua para manter a biodiversidade do Parna GSV

Desde 1990, época do primeiro convênio de cogestão assinado entre a Funatura e o Ibama, tem sido contratados guardas-parque que são moradores da região, mantendo esses trabalhadores em seus locais de origem com renda para o sustento de suas famílias. A vigilância vem sendo feita durante rondas em animais de montaria, ou por motocicletas, e as equipes utilizam rádios de comunicação, entre outros equipamentos.

No início das atividades no Parque, houve a reforma de uma antiga casa localizada na área adquirida pelo Ibama, por meio de indenização paga aos seus proprietários. Nessa casa, passou a funcionar a base de apoio aos trabalhos da Funatura, às atividades de pesquisa e proteção da área. A partir de 1993, com recursos do *Projeto da Conversão da Dívida Externa para fins Ambientais* obtidos com apoio da *The Nature Conservancy (TNC)*, as ações de proteção foram ampliadas. Passaram a ser feitas rondas diárias pelos guardas-parque treinados, em sua maioria, pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG).

Até o ano de 2001, o Parque não possuía um sistema de prevenção e combate a incêndios. Nesse ano, a Fundação obteve recursos da Embaixada do Japão para implantar um sistema de proteção com a instalação de uma torre de 30 metros de altura, comunicação por meio de rádios fixos e móveis que funcionam com energia solar, além de equipamentos de controle e combate aos incêndios. Ao mesmo tempo, o Ibama investiu na formação e contratação de brigadas de incêndios que reforçam o trabalho dos guardas-parque, durante as épocas mais secas do ano.

Os problemas e obstáculos que tornam mais difícil a proteção das unidades de conservação são as queimadas e incêndios, caça e pesca, e abertura ilegal de estradas, entre outras atividades proibidas nessas áreas. No Parna GSV a situação não é diferente e seus milhares de hectares estão constantemente sob as ameaças externas. Em abril de 2012, com apoio do Fundo Brasileiro de Biodiversidade (Funbio) – *Tropical Forest Conservation Act (TFCA)*, a Funatura reforçou o trabalho dos guardas-parque com novos equipamentos e renovação da tropa de animais de montaria.

LOCALIZAÇÃO E ÁREA DE INFLUÊNCIA



Mirante no Parna GSV

O Parna GSV situa-se a cerca de 350 km de Brasília (DF) com terras nos municípios de Arinos, Formoso, Chapada Gaúcha (noroeste de Minas Gerais), e se estende ao município de Cocos (no Estado da Bahia), onde está o seu limite norte. Esses municípios compõem a região mineira de menor densidade demográfica, cinco habitantes por km². Arinos localiza-se a 100 km, Formoso a 80 km, e a cidade de Cocos fica a 390 km do Parque. Dos quatro municípios da área de influência direta, Chapada Gaúcha – onde funciona a representação na Funatura e o escritório do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) – é a cidade mais próxima, a três km do limite sudeste, considerada a “porta de entrada” do Parque.

Emancipado em 1995, o município possui área de 312.300, localizado a 578 km de Belo Horizonte e 365 km de Brasília. A principal atividade econômica local é a agropecuária com destaque para a soja e capim para a produção de sementes, atividade iniciada por colonos que vieram do sul do País, a maioria do Rio Grande do Sul, em meados da década de 1970, com apoio do Projeto de Assentamento e Desenvolvimento da Serra das Araras (PDSA) realizado pela Empresa de Terras do Estado de Minas Gerais (Ruralminas). Antes da chegada dos sulistas, os habitantes locais praticavam a pecuária extensiva, a agricultura de subsistência e o extrativismo.

A área de influência direta relaciona-se aos municípios e situações que se localizam geograficamente próximos ao Parna GSV. Influências que podem ser benéficas ou prejudiciais à conservação da área, onde devem ser realizadas atividades de educação ambiental, programas sociais, controle e direcionamento do avanço da fronteira agrícola, preparação para as atividades turísticas, inclusive na zona de amortecimento dessa unidade de conservação.

Plano de Manejo do Parna GSV

Entre julho e dezembro de 1998, a Funatura, com apoio da *The Nature Conservancy* (TNC), realizou a primeira fase da avaliação ecológica rápida do Parna GSV para subsidiar a elaboração do Plano de Manejo. De janeiro a julho de 1999, o trabalho prosseguiu com a segunda etapa de levantamentos de campo, apoiada pela Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Durante esses dois períodos, foram realizados os levantamentos de campo sobre avifauna, herpetofauna, mastofauna, ictiofauna, solos, geologia, geomorfologia, vegetação, flora, além de fatores históricos, culturais e socioeconômicos.

Equipes constituídas por especialistas, sendo a maioria ligada à Universidade de Brasília (UnB), concluíram os levantamentos e produziram relatórios e mapas. Em junho de 2000, o documento *Avaliação Ecológica Rápida e Caracterização Socioeconômica do Parna GSV* estava concluído e pronto para ser apresentado e debatido com as comunidades e representantes de instituições locais às quais seria explicada a função de um plano de manejo.

Durante esse período, ocorreram a oficina de planejamento, a capacitação de guardas-parques e demais funcionários da Funatura e do Ibama que atuam no Parque, sobre o Plano de Manejo que estava sendo elaborado e os resultados até então alcançados. As reuniões nos municípios onde se localiza o Parna GSV – Formoso, Arinos e Chapada Gaúcha – prosseguiram com a participação de representantes de órgãos públicos das instâncias federal, estadual e municipal para aprofundamento da análise sobre a avaliação ecológica rápida e do zoneamento proposto, inclusive da zona de amortecimento do parque e dos corredores ecológicos.

Em julho de 2003, após consenso sobre alguns pontos polêmicos, foi concluído o Plano de Manejo do Parna GSV, um documento com mais de 450 páginas, contendo dados, mapas e relatórios anexos que norteiam as ações desenvolvidas pela Funatura, há mais de uma década, no entorno e área de influência do Parque. O Plano é subdividido em vários programas e subprogramas, como os de pesquisa e de monitoramento ambiental, do uso público (recreação, interpretação e educação ambiental), de regularização fundiária, administração e manutenção, infraestrutura e equipamentos, além da cooperação institucional.

E, visando a preparação da região para o turismo ecocultural, o documento estabeleceu as áreas de desenvolvimento, circulação interna e capacidade de suporte do interior do Parque. Os aspectos culturais e históricos como, por exemplo, uma breve história do noroeste mineiro, na região do Médio Rio São Francisco, e as festas populares regionais, foram contemplados no estudo. A ocorrência do fogo e de fenômenos naturais excepcionais também foi objeto dos levantamentos de campo realizados por profissionais das mais diversas áreas do conhecimento que assinaram o texto final.

A prioridade do Programa é a conservação da biodiversidade característica do Cerrado, por meio do uso sustentável dos recursos naturais, além do resgate e conservação da cultura regional das comunidades tradicionais, principalmente as do entorno do parque e as que viviam em seu interior. A Fundação estimula a ecocidadania, com a proteção do meio ambiente relacionando tal postura à melhoria da qualidade de vida

PLANOS DE MANEJO BENEFICIAM DIVERSAS UCs NO GRANDE SERTÃO

Ao longo do tempo, a Funatura apoiou a criação de outras unidades de conservação na região, elaborou e implementou planos de manejo construídos com a participação das comunidades e apoiados em pesquisas e levantamentos de campo que abrangeram o entorno do Parque, o Assentamento São Francisco (ASF), o Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu (Mosaico SVP), e o Vale do Rio Urucuia.

- ▶ Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas
- ▶ Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra das Araras
- ▶ Plano de Manejo da RPPN Veredas do Pacari
- ▶ Plano de Manejo da RPPN Arara Vermelha
- ▶ Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parna GSV (agropecuária orgânica, agroextrativismo, turismo ecocultural)
- ▶ Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento São Francisco (formado por comunidades oriundas do Parna GSV)
- ▶ Plano de Desenvolvimento de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu (extrativismo, turismo ecocultural e gestão integrada das unidades de conservação)

dessas populações, além de apoiar o voluntariado levando ao Parna GSV estudantes e profissionais da região e de várias partes do Brasil para vivências ambientais.

Aulas práticas para estudantes de biologia também foram ministradas por professores da Universidade de Brasília (UnB) no Parque. Os voluntários participaram de pesquisas e atividades nas áreas de biologia, ciências sociais, artes, engenharia florestal e geografia. Uma das estudantes de nível médio desempenhou, algum tempo depois, a função de secretária de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha (MG).

PESQUISADORES SE PERDERAM NOS GERAIS

Esta é a história paralela à que foi apresentada no relatório técnico elaborado pela equipe encarregada de coletar os dados sobre a área onde seria criada uma unidade de conservação nos Gerais. Uma região ainda coberta por vegetação nativa, baixa densidade demográfica, estradas de terra e, o mais assustador, muitas onças vagando em busca de alimento. Narra os temores e dificuldades enfrentadas pelo grupo que não encontrou o caminho de volta e passou a noite se preparando para o pior.

Um dos trechos do *Relatório da Perdedura – Três perdidos no Grameal* descreve o momento em que o grupo percebeu que o retorno não seria simples: “Quando achamos que havíamos visto o suficiente, começamos a viagem de volta, que consistia, basicamente, em encontrar a trilha que havíamos deixado, há apenas uma hora ou pouco mais. Aí começaram os nossos problemas.” Nas próximas páginas, está o relatório completo.

Na segunda quinzena de dezembro de 1987, a Funatura organizou uma excursão ao oeste da Bahia, à região dos Gerais, que abrange aproximadamente os municípios de Riachão das Neves e Santana do Rio preto. Trata-se de uma região isolada, sem cidades nem povoados por perto. O objetivo da excursão foi coletar subsídios para a criação de uma unidade de conservação ambiental para a região dos Gerais.

Para tanto, foi organizada uma equipe interdisciplinar com membros de várias instituições (Universidade de Brasília, IBDF e Reserva Ecológica do IBGE). Durante 10, dias a equipe percorreu a área e em seguida escreveu um Relatório Técnico que foi entregue à Funatura para apreciação.

Durante a excursão, três membros da equipe se perderam dentro de uma formação vegetal única da região chamada Grameal. Essa experiência gerou o presente relatório que foi entregue à Funatura, juntamente com o Relatório Técnico. Aqui o meu relato:

“A excursão ao Grameal começara em clima de muita animação. Levantamo-nos bem cedo e depois de um bom café, um verdadeiro almoço, deixamos a vereda Jatobá em direção ao Grameal. Antes, paramos em um cerrado arenoso onde coletamos algum material e tiramos fotos. Ao chegarmos ao Grameal, encontramos uma picada transitável e nos separamos em dois grupos: Helena, Bastos e Cristobal, o grupo de fauna, seguiu em frente, silenciosamente, para não espantar os bichos que queriam surpreender. Tarcísio, Elmar e Fernando, o grupo de flora, seguiram outra rota, tentando caracterizar o Grameal, coletar plantas e tirar fotos.

Logo perdemos o grupo de fauna de vista. Eles se afastavam rápido, conversando baixo. Penetramos no Grameal, achando, a princípio, muito fácil nos locomover por entre as árvores, que eram altas, elegantes e diferentes de tudo que havíamos visto até então. Fizemos inúmeras observações botânicas, tomamos nota, coletamos algum material. Quando achamos que havíamos visto o suficiente, começamos a viagem de volta, que consistia, basicamente, em encontrar a trilha que havíamos deixado, há apenas uma hora ou pouco mais. Aí começaram os nossos problemas.

Embora armados de um facão, o interior da mata já estava muito denso e a locomoção dificultada por todos os lados. A cada tentativa de alcançarmos a trilha, víamos o que nos parecia a almejada saída, mas na verdade tratava-se de uma clareira provocada por uma árvore caída. Tentamos inúmeras vezes e a trilha não aparecia. Começamos a ficar seriamente preocupados.

Por volta das 13:30, constatamos que estávamos perdidos e gritamos pelos nossos companheiros, porém não obtivemos resposta. Insistimos e nada. Tarcísio então subiu na árvore mais alta que encontrou, um angico de bezerra (*Piptadenia*). Só avistou mata em todas as direções. Árvores e mais árvores. Continuamos a andar em direção que nos pareceu lógica, mas esta não nos conduziu a lugar nenhum.

Por volta das 14:30, Fernando foi atacado por uma vespa, o que lhe provocou uma dor insuportável. Com o ataque repentino das vespas, todos se assustaram e saíram, tentaram correr dentro do mato. Tarcísio pediu calma e imediatamente esmagou uma folha verde e aplicou o macerado sobre a picada na mão de Fernando. Em seguida, fez o mesmo com uma folha seca. Essa medida tão simples trouxe imediato alívio para a lancinante dor que Fernando sentia e nos acalmamos um pouco.

Continuamos nossa caminhada e nos deparamos, de repente, com uma vegetação extremamente fechada, dominada pelo taquari ou cambaúba (*Actinocladum verticilatum*) que nos impedia de andar em qualquer direção. Sentíamos-nos sufocados, com tanta planta nos abafando em todas as direções. Não era possível mover dois passos sem um grande e deliberado esforço da vontade. Nesse local, a vegetação era tão fechada que a melhor maneira que encontramos para locomover foi engatinhar. De quatro, tentávamos descansar a coluna e encontrar uma saída do emaranhado de colmos de bambu, cipós e espinhos. Aí, Elmar se ofereceu para subir em uma árvore e tentar visualizar qualquer saída. Aos pouquinhos ela foi subindo, subindo e depois levantou a cabeça e olhou em todas as direções. Nós (Fernando e Tarcísio) esperamos em baixo, com uma grande esperança, que ela dissesse que havia avistado qualquer coisa que nos servisse de guia. Mas, a resposta que ela nos deu, gelou nosso coração:

– Olha, em todas as direções e até onde a vista alcança, tudo é um verdadeiro mar de árvores. Só árvores e mais nada!!!

Nesta hora o pânico se apoderou dos três. Fernando entristeceu-se muito, lembrando da esposa e dos filhos, inclusive de uma filhinha recém-nascida. E não era para menos. Estávamos realmente perdidos. Cansados, com fome e, principalmente, com sede. Não tínhamos levado nem lanche, nem cantil. Tudo ficara no carro, pois era nossa intenção regressar em torno de 1 hora da tarde e comer o lanche todos juntos.

Nesse momento, em grande comoção, demos-nos as mãos, e rezamos o Pai-Nosso e pedimos orientação a Deus. Depois da oração, sentimos nossas energias refeitas, e, mais confiantes, seguimos na direção oeste, para a mata, na tentativa de achar um lugar onde pudéssemos pelos menos passar a noite, sem sermos sufocados pelo bambual.

Depois de muita luta, cortes nas mãos e pequenos ferimentos, chegamos a um local na mata onde havia uma clareira natural. Iríamos passar a noite ali. Era cerca de 16h30min. Faríamos um fogo, para nos aquecer e espantar os animais e no dia seguinte recomeçaríamos nossa busca da trilha. A divisão do trabalho foi espontânea. Fernando e Tarcísio começaram a juntar lenha, enquanto Elmar limpava o chão com as mãos para passarmos a noite perto da fogueira. Quando achamos que tínhamos um bom suprimento de lenha para passar a noite, sentamo-nos no chão preparado pela Elmar. Estávamos deprimidos, com fome e, principalmente, com sede.

A incerteza do que nos aguardava naquela noite escura que se avizinhava oprimia nosso coração, esgotava a esperança e colocava uma grande dúvida em nossas mentes: – Será que vamos sair com vida dessa situação? Nossos companheiros vão nos achar? E nossos familiares? Meu Deus, o que vai ser de nós!

A perspectiva de passar a noite no meio da mata nos deixava murchos e sem esperança. Começamos a chorar em soluços desesperados. Precisávamos desabafar a angústia interior e renovar a esperança. Tarcísio foi o primeiro a iniciar o choro e depois propôs que, caso todos concordassem, ao terminar este pesadelo, os três iriam juntos à Basílica de Nossa Senhora Aparecida, agradecer o dom da vida. Nós rezamos.

Como a fome começava a incomodar e estávamos todos sentindo muita fraqueza, resolvemos comer folha verde. Escolhemos uma arvoretinha de *Psidium* (uma espécie de goiaba brava), retiramos os brotos mais tenros e comemos algumas folhas. O gosto era amargo e cortante. Muito tanino. Esperamos alguns momentos e como ninguém sentiu nenhuma reação negativa, voltamos a comer. Seja lá o que for que a folha continha, ela aliviou nossa fome. Veio à minha mente a imagem de nossos ancestrais que, em tempos perdidos na noite da História, tinham feito o mesmo. Segundo os biólogos observadores do comportamento de populações selvagens de orangotangos na África, esses pacíficos animais são principalmente herbívoros. Eles apanham com extrema delicadeza as folhas mais tenras e as comem, como se estivessem se deliciando com verdadeiras guloseimas. De certa maneira, estávamos regredindo aos primórdios de nossa evolução, pelo menos uma centena de milhares de anos...

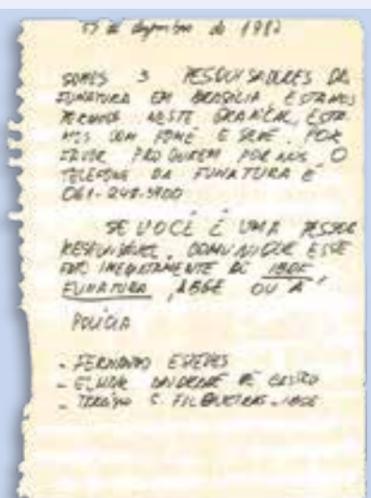
Resolvemos deixar uma mensagem escrita naquele acampamento improvisado para o caso de alguém vir a nossa procura. O bilhete, escrito em clima de muita depressão, continha uma mensagem patética. É transcrito a seguir:

15 de dezembro de 1987

Somos 3 pesquisadores da Funatura em Brasília, estamos perdidos neste Grameal, estamos com fome e sede. Por favor, procurem por nós. O telefone da Funatura é 061-248.3900.

Se você é uma pessoa responsável, comunique esse fato imediatamente ao IBDF, Funatura, IBGE, ou à polícia.

Fernando Esteves – IBDF
Elmar Andrade de Castro – Funatura
Tarcísio S. Filgueiras – IBGE



Depois, sentimo-nos mais encorajados. Elmar não cansava de repetir que tudo iria sair bem, que sairíamos desta. Foi então que ouvimos os primeiros gritos e o barulho nítido de um carro. Já estava escurecendo. Respondemos aos gritos, cheios de esperança. Tarcísio subiu em uma árvore e gritou em todas as direções, mas não obteve nenhuma resposta. Será que estávamos ouvindo eco de nossos próprios desejos? Em todo caso, Fernando marcou na bússola a direção de onde vinham os gritos. Na manhã seguinte seguiríamos naquela direção. Escurecia rapidamente.

DO LADO DE FORA

Fora do Grameal, o drama se desenrolava em outra direção. Nossos companheiros (grupo de fauna), achando a área no Grameal interessante, demoraram mais do que planejaram. Voltaram por volta das 15 horas e pensavam em nos encontrar esperando-os, porém já lanchados, organizando os materiais coletados. Voltaram sem problemas para o Jeep e não nos encontraram. Começaram a se preocupar quando a tarde começou a cair e ninguém aparecia. Desesperados, mortos de preocupação, tentaram seguir a trilha várias vezes, gritaram, buzinaaram. Tudo na vã tentativa de nos localizar. Sem saber o que fazer, subiam e desciam de Jeep a estrada que margeava a Grameal.

Já à noite, cansados, frustrados e sem mais nada que fazer no meio daquela noite escura, dirigiram-se para o acampamento com o propósito de, logo que o dia raiasse, reiniciar as buscas. Foi uma volta triste para o acampamento. A ida tinha sido tão alegre, cheias de piadas e risos. Agora todos guardavam para si os temores em seus corações. Uma vez no acampamento, embora estivessem com fome, não conseguiram comer. Passaram a noite entre cochilos sobressaltados. Helena, Bastos e Cristobal nos confessaram, depois, que prefeririam estar dentro do Grameal que suportar aquela incerteza, sem poder fazer nada para nos ajudar.

Dentro do Grameal, a noite caía implacável. Estávamos tristes, mas com um raio de esperança no coração, depois dos gritos que ouvimos. De repente, ouvimos o roncar distinto de um trovão. Um bando de papagaios passou por cima de nossas cabeças, em alegre algazarra, voando de volta a seus ninhos. Não sabemos como um deles desgarrou. E por vários minutos o pobre pássaro chamava os companheiros, num tom plangente, como o nosso. Ele chamava e os outros, já distantes, não respondiam. Comparamos nossos destinos ao dessa ave desgarrada de seu bando familiar.

De repente, ouvimos outro trovão. Começou a chover imediatamente. Felizes da vida, começamos a juntar água na capa da máquina fotográfica de Elmar, nas caixas dos rolos de filme e até no tênis dela (Tarcísio e Fernando

tinham botas de couro). Também bebíamos pequenas gotas nas folhas das árvores. Mas era muito pouco. Ficar com a boca virada para cima não funcionou. Enchia o nariz de água e parece que as gotas evitam entrar na garganta. Aí, o Fernando descobriu que a maneira mais eficiente de aproveitar a água da chuva, era beber da água que escorria em profusão do tronco dos três angicos aos quais estávamos recostados. Todos bebíamos com grande desespero. Elmar parecia um animalzinho amedrontado e sedento. A água tinha sabor doce e reconfortante.

Uma vez saciada a sede, descobrimos que estávamos encharcados dos pés a cabeça. A noite escura como breu, esfriava cada vez mais. Tentamos inúmeras vezes, aceder o fogo. Impossível. Embora tivéssemos um isqueiro, este não conseguia nada contra a umidade dos galhos e gravetos. Elmar tentou mais de uma dezena de vezes e nada. Cada vez que conseguíamos acender um pedaço de papel, pensávamos que iríamos conseguir. Nada. De certa feita, quase conseguíamos. Por alguns céleres instantes, uma labareda bonita clareou a escuridão ao nosso redor. Logo depois esta morreu e as trevas voltaram a nos envolver com seu grande xale negro.

Combinamos que, já que seria ariscado tentar dormir, tentaríamos nos distrair contando episódios de nossas vidas. E assim fizemos. Ficamos sabendo um pouco sobre cada um de nós. E também cantamos cantigas de roda, coisas que todos sabíamos. Também fizemos exercícios para ativar a circulação e espantar o sono. Quando a chuva ficava muito grossa, a gente se abrigava debaixo de um casaco de Tarcísio, apelidado de Ortega (por causa da cor verde, que lembrava, ligeiramente, o uniforme do chefe militar nicaraguense). Quando não suportávamos mais de tanto encharcados, tirávamos as blusas, o Ortega e torcíamos. Depois vestíamos outra vez e nos sentíamos melhor, por alguns instantes.

Choveu torrencialmente a noite toda. O frio doía nossos ossos. Elmar tremia sem parar, pois estava descalça. Para nos aquecermos um pouco, Elmar se colocou sobre os pés do Tarcísio. Abraçamo-nos os três. Podemos afirmar que, literalmente, o calor humano nos salvou de um choque térmico.

Ouvimos pisadas de animais em nossa volta. Tarcísio avisou que nunca deveríamos ficar parados por muito tempo e nunca dar as costas para o nada. Ao contrário, escorar sempre contra o tronco de um dos três angicos. As pisadas eram, muito provavelmente, de onça, como ficamos sabendo depois. Segundo caçadores, há um grande número de onças na região. Eram passos pesados, extremamente cautelosos. Às vezes nosso instinto nos dizia que estávamos sendo observados. Um pássaro cantou, não muito longe de onde estávamos, a noite toda.

Quando ouvíamos as pisadas, dávamos gritos como se estivéssemos ralhando com um cão vadio ou uma criança malcriada. Batíamos o facão (nessas alturas, já com a lâmina partida) contra as árvores. Enfim, fazíamos o que os etólogos chamam de “display”, isto é, mostrávamos uma força que estávamos longe de possuir...

Por volta das 02h00min da manhã, enquanto estávamos ocupados bebendo a água que escorria do tronco dos angicos, aconteceu um fenômeno muito intrigante. Uma luz pálida, amarelada, apareceu sobre as copas dos três angicos. De maneira que podíamos ver onde estávamos, mas nem um centímetro além das copas. Depois delas era o escuro. Ficamos amedrontados e confusos. O fenômeno não durou mais que uns três minutos. E, como veio, desapareceu. Não temos nenhuma explicação para esse fenômeno.

Foi uma noite longa e dura. Parecia que não iria acabar nunca.

“– Quantas horas, Fernando? Duas e meia”, era a resposta.

“– Quantas horas, Fernando? Quinze para as três.” O tempo não passava.

Nossa esperança era que o dia amanhecesse logo, para recomeçar nossa luta para encontrar a saída.

Como por milagre, de repente, as trevas começaram a ceder. A chuva passou. Uma luz tímida ensaiava aparecer. Era a barra do dia. O tempo começou a clarear, lentamente, sem se importar com nossa pressa, nem nossa impaciência para ver a luz do sol do novo dia.

Quando deu 06h00min, já estava claro. Comemos outra refeição de folhas, bebemos um pouco de água que guardávamos e já estávamos nos preparando para sair, quando ouvimos um barulho de carro e gritos longínquos. Foi uma grande alegria. Sabíamos que não estávamos delirando. Nossos companheiros estavam tentando nos localizar. Gritamos, gritamos, gritamos. Todos, mas um de cada vez. Obtivemos a primeira resposta. Agora era só seguir o grito até sair fora. Mas não foi fácil assim.

Na noite anterior, havíamos marcado na bússola 27° oeste, isto é, a direção de onde vinha o grito. Era nossa intenção seguir aquele rumo de qualquer maneira. Pois sabíamos que iríamos dar em algum lugar. Mas, aí começamos a ouvir gritos em várias direções. A resposta aos nossos gritos vinha de cada vez de um local diferente. Ficamos sabendo depois que nossos amigos, no afã de nos retirar de lá o mais rápido possível, cada qual se posicionou em um lugar e gritava.

Por fim, eles próprios perceberam o erro que estavam fazendo e um só começou a gritar, dando-nos a direção.

Devido a essa confusão de gritos, resolvemos seguir novamente a direção de 27° oeste.

Tarcísio seguia na frente, Fernando corrigia as distorções de rumo e Elmar seguia atrás. Como, de repente, passamos a ouvir o grito vindo de uma só direção, resolvemos esquecer a bússola e seguir o bússolo...

Foi duro seguir a direção dos gritos. Parece que por pirraça, eles só vinham da direção onde o mato era mais fechado. Onde era quase impossível passar. Tínhamos que gritar constantemente, sob pena de perdermos o contato novamente.

Quando a mata ficava muito alta, não ouvíamos nada. Os chamados de Cristobal não nos alcançavam. Ficávamos desorientados, sem saber para onde ir. Andando talvez em círculos. E gritando sempre, tentando restabelecer o contato. Tal como aquele papagaio da noite anterior.

Voltamos a ouvir a voz e aos poucos ela ia ficando mais perto. Mais perto, porém ainda não podíamos prescindir da voz do Cristobal, sob pena de nos perdermos completamente outra vez. Às vezes, tentávamos dizer algumas palavras mas não éramos entendidos. Em certo momento, ficamos gelados de medo, pois uma voz estranha nos perguntou: – Quem está aí? Pensamos que podíamos estar fazendo contato com um estranho, um caçador, um jagunço qualquer. Depois a voz perguntou: – Elmar está aí? Então tivemos certeza que eram nossos amigos. Eles estavam preocupados pois ouviam a voz do Fernando e do Tarcísio mas não da Elmar, que estavam bem fraquinha. Aí, a Elmar gritou forte corajosamente!

Já faltavam alguns metros para sairmos na trilha e ainda precisávamos da ajuda de fora. Só ficamos seguros quando enxergamos a figura do Cristobal. Nunca vou esquecer aquela cena. Ele com um facão na mão, batendo contra uma árvore, assim quase se sentindo envergonhado do grande feito que havia conseguido: trazer-nos de volta do Grameal, sãos e salvos.

Abraçamo-nos e choramos. Depois o Bastos apareceu. Choramos outra vez. A Helena foi a última a aparecer e, dessa vez, a primeira a chorar. Eles haviam trazido roupa seca, comida e uma garrafa de pinga para nos aquecer. Não parávamos de falar. De repente, acabou a fome, o cansaço. Tudo está bem de novo. Tínhamos voltado a viver. Voltamos ao acampamento, tratamos nossos ferimentos, comemos e fomos dormir o resto do dia.

As lições desse acontecimento não são poucas. Sem a lealdade dos companheiros Helena, Sidrônio Bastos e Cristobal dificilmente teríamos saído com vida do Grameal. Aprendemos também que numa excursão como esta, é imprescindível levar um guia local. Isto é essencial. Que

também todos devem sempre trabalhar em grupo. Que se deve levar fogueira (para sinalização na mata) e, pelos menos um do grupo, deve portar arma de fogo. Nunca se embrenhar pela mata sem um bom cantil.

Há mais de um mês aconteceram esses fatos. Foi decidido que devíamos escrever estas páginas, não apenas para retratar os fatos como aconteceram, mas, principalmente, para que isso sirva de lição para outras expedições científicas. Tanto para os participantes quanto para os promotores. Pois caso um acidente grave acontecesse com qualquer membro da equipe, haveria consequências imprevisíveis para todas as pessoas responsáveis. Felizmente nada de grave aconteceu. Aprendemos a nos precaver.

A maior lição aprendida, entretanto, foi a da solidariedade. Os três do Grameal permaneceram unidos o tempo todo. Compartilharam cada minuto. E, ao mesmo tempo, estavam unidos aos três que estavam fora do Grameal, arquitetando meios de resgatá-los. Essa união de forças é que nos salvou. Aqueles que acharam este relato apenas engraçado, nós os seis que vivemos, sinceramente desejamos que nem eles nem os que lhes são caros, jamais passem pela mesma experiência. ”

Brasília/DF, junho de 1988.

ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO (ASF)

A origem das comunidades tradicionais da área do Parna GSV

Há mais de 200 anos, a região de abrangência do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (Parna GSV) começou a ser ocupada por migrantes que chegaram nessas terras de solos pouco explorados e formaram o povoado de Cajueiro localizado entre as fazendas Mato Grande e Larga. Esta história é contada por membros de famílias remanescentes da primeira ocupação do sertão mineiro. Outros relatos revelam que a grande maioria dessas pessoas migrou de Vargem Bonita, nas proximidades da cidade de Januária, em meados do século XX.

Os migrantes formaram um aglomerado de posseiros, trabalhadores rurais que cultivavam a terra sem possuírem sua titulação definitiva, apenas com os comprovantes da compra de partes de antigas fazendas. O isolamento era tanto, que o primeiro automóvel percorreu a região onde estão os assentados, apenas na década de 1970. As mudanças surgiram a partir da chegada de gaúchos nas chapadas próximas da Serra das Araras, nos últimos anos, com a transferência da população para o Assentamento São Francisco (ASF), os vínculos dos antigos moradores do Parque se ampliaram para as cidades de Chapada Gaúcha e Formoso.

A população que se fixou nessa região foi identificada por Donald Pierson como *veredeiros* em seu estudo *O Homem do Vale do São Francisco*, realizado nos anos 1950, para a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Ao longo dos anos, os veredeiros estabeleceram um sistema produtivo baseado no manejo das veredas, das quais dependia a reprodução física e social dessa população. Havia, ainda, a criação de gado solto nas chapadas e o extrativismo de frutos, fibras e outros produtos do Cerrado. Cada família produzia o necessário para a sobrevivência e adquiria uns poucos produtos, principalmente sal, nas cidades de Januária e São Romão.

Os veredeiros se estabeleceram como uma comunidade articulada por vínculos de parentesco e compadrio mantendo relações sociais entre todos os seus membros. Qualquer novo morador, com o passar do tempo, era incorporado tornando-se “compadre” ou sendo admitido nas famílias pelo casamento, uma estratégia que possibilita a inclusão social dos “estrangeiros” que adentram o sertão. Tal característica permanece na comunidade do Assentamento, onde a totalidade de seus membros forma uma “coligação de famílias”, na qual todos se relacionam.

Demarcação e levantamento socioeconômico

O maior problema enfrentado pelos parques nacionais brasileiros é a falta de regularização fundiária. Conforme prevê a legislação, não é permitida a exploração dos recursos naturais (atividades agropecuárias, extrativismo, mineração, etc.), em um parque nacional. As áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, as populações tradicionais indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes, e devidamente realocadas pelo poder público, em local e condições acordados entre as partes.

Para enfrentar essa questão, a Funatura buscou os meios legais que tornassem possível a desapropriação, indenização de proprietários e posseiros, e realocação das famílias. Entre os anos de 1991 e 1992, por meio de um convênio com o Ibama, no âmbito do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), uma empresa especializada iniciou a demarcação dos cerca de 84 mil hectares (ha) da área original do Parna GSV. Com a demarcação, foram estabelecidos os limites oficiais e, em seguida, realizado o laudo fundiário de vistoria quase uma centena de propriedades existentes no interior da unidade de conservação (UC).

Quando foi estabelecida a área protegida pelo Decreto Lei 97.658, de 12 de abril de 1989, e definido os limites do Parna GSV, ficaram no interior dessa área os lotes ocupados pelos posseiros. A criação de uma UC na região teve como objetivo evitar a ocupação desordenada, o avanço da agricultura, os desmatamentos criminosos, a construção de estradas e a proliferação de carvoarias clandestinas existentes no noroeste mineiro.

Quase uma década depois, durante o primeiro semestre de 1997, a Funatura iniciou a discussão sobre a proposta de regularização fundiária do Parna GSV. Isto mudaria a situação dos posseiros e pequenos proprietários locais e a Fundação atuou como mediadora entre a comunidade e o poder público – ministérios do Meio Ambiente (MMA/Ibama) e do Desenvolvimento Agrário (MDA/Incra) e Prefeitura Municipal de Formoso para que a proposta avançasse.

Após a aprovação da proposta, ocorreram o levantamento socioeconômico junto a todos os moradores do Parque e as reuniões comunitárias para esclarecer e debater o assunto. Este trabalho, que ocorreu entre 1997 e 1998, mostrou a existência de 90 famílias moradoras do interior do Parque, cuja situação fundiária variava da posse à propriedade da terra ocupada, das concessões e às famílias de moradores cujos chefes eram empregados como vaqueiros e guardas-parques. Os dados colhidos revelaram que a maioria aceitaria ser reassentada em área próxima onde suas condições de vida fossem semelhantes às anteriores.

Esse resultado indicou, também, que a melhor opção seria a realocação das famílias de Formoso (a maioria sempre teve uma ligação maior com este município), em condições semelhantes de solo, existência de água, relevo e paisagem. Considerou-se a importância da manutenção, na nova área, da estrutura e organização da comunidade, ou seja, os laços de família, compadrio e vizinhança deveriam ser respeitados e, na medida do possível, reproduzidos no futuro assentamento.

Durante os anos de 1998 a 1999, a Funatura realizou gestões junto ao MMA/Ibama e MDA/Incra sobre a viabilidade de realocação das famílias por meio do Programa Nacional de Reforma Agrária. Ocorreram visitas, com membros das comunidades, a várias fazendas da região que poderiam servir para um projeto dessa natureza e houve a pré-seleção de três fazendas, cujos proprietários concordaram com a desapropriação mediante as justas indenizações.

Entre 2000 e 2001, o Incra vistoriou as propriedades e iniciou o processo de desapropriação das fazendas São Francisco (com 1.994 ha) e Gentio (com 3.470 ha), situadas no município de Formoso, a 25 km do limite noroeste do Parque. As fazendas possuem áreas contíguas e características complementares, e foram desapropriadas pelo Incra com a concordância de seus proprietários, em 13 de novembro de 2000. Em junho de 2001, o Incra recebeu a imissão de posse das fazendas.

No total, foram atendidas 90 famílias (80 da comunidade do Parque e dez indicadas pelo STR Formoso), com a participação do Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária, da Universidade de Brasília (UnB) e do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Ficou decidido que as famílias residentes no Parque seriam assentadas, prioritariamente, enquanto as famílias cadastradas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso (STR Formoso) receberiam lotes de acordo com os critérios adotados pelo Incra.

Durante o processo, a Fundação atuou com a participação do poder público federal, da Prefeitura Municipal de Formoso e do STR Formoso. Todo o processo de parcelamento da área foi conduzido por uma equipe de técnicos especializados, em parceria com os assentados, por meio do Plano de Desenvolvimento do Assentamento São Francisco. A proposta apresentada à comunidade visava, caso houvesse a concordância da maioria, a realocação para uma área no município de Formoso com características semelhantes às do Parque em termos de água, solos, relevo e paisagem.

O trabalho durou cerca de seis anos e, atualmente, o Assentamento São Francisco, além de produzir alimentos para consumo e venda de excedentes, possui água encanada e luz nas residências, torre de telefonia celular, centro comunitário, viveiro de mudas do cerrado, inventário do patrimônio imaterial, unidade coletora de leite, trator e, em fase de construção, uma escola municipal e uma unidade de beneficiamento de produtos do cerrado. Os lotes tiveram uma expressiva valorização.

Com a ampliação do Parque, o ASF ficou no seu entorno e, futuramente, deverá ser instalada uma entrada do Parque a partir dessa área. Assim, a comunidade poderá se envolver em atividades geradoras de renda como a venda de produtos, artesanato, serviço de guias e hospedagem. Quase uma década após a regularização do Assentamento, constata-se que vemos uma experiência possível de, respeitando as características regionais, ser replicada em outras unidades de conservação do Brasil.

Nova vida para os assentados

Muitas mudanças estão ocorrendo nas condições de educação e saúde das comunidades tradicionais da região do Parna GSV. Entre as 390 pessoas que viviam no interior no Parque, em 2003, 43% eram analfabetas. Em 2012, a Funatura iniciou ações para estimular a visita do Parna GSV por alunos da rede escolar dos municípios vizinhos, utilizando um micro-ônibus adquirido para este fim. As visitas são precedidas de palestras em sala de aula e distribuição de material educativo.

Quanto às condições de saúde, houve uma grande mudança no modo de vida das famílias, entretanto a comunidade mantém suas tradições culturais, como o uso das plantas medicinais da região. O conhecimento fitoterápico das plantas é um bem cultural da comunidade e disseminado entre seus membros pelos “especialistas” conhecidos como “remedeiros”. Antes mesmo da realocação das famílias no ASF, a Funatura desenvolveu o Projeto Saúde e Meio Ambiente, entre os anos de 1996 e 2000, com ações de saúde integradas ao trabalho de conscientização ambiental.

A Fundação buscou auxiliar os moradores na solução de questões pontuais com acesso a consultas e exames nos postos de saúde da região e promoção de mutirões de saúde com atendimentos médicos nas próprias comunidades. Portadores de hanseníase tiveram seus tratamentos acompanhados e alguns ficaram curados. Por meio do projeto, foram contratados e capacitados, em saúde e meio ambiente, uma auxiliar de enfermagem e agentes comunitários de saúde indicados pelas próprias comunidades e funcionários das prefeituras municipais do entorno. Ressaltou-se a necessidade de cuidados com lixo, água, higiene em geral e bucal, a prevenção de doenças mais comuns e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs e Aids), e planejamento familiar.

Uma ação de grande relevância para as comunidades, advinda deste projeto, foi o apoio prestado para obtenção da aposentadoria por idosos e pessoas portadoras de alguma deficiência física ou mental junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS – Previdência Social), que passaram a receber um salário mínimo mensal. O Projeto Saúde e Meio Ambiente no Parna GSV tornou-se um marco em trabalhos dessa natureza e constatou-se que houve, de fato, uma grande integração entre a equipe da Funatura e as comunidades locais.

Espaço para habitações de alvenaria e extrativismo sustentável

Quando estavam no interior do Parque, na antiga Fazenda Mato Grande, a forma de habitação mais comum das famílias eram as casas “veredeiras” ou “ranchos”. Atualmente, os assentados moradores do ASF usufruem de condições de vida que incluem – além da propriedade da terra – água encanada e luz nas residências, telefonia celular, centro comunitário e viveiro de mudas. Com essas melhorias e a ampliação do Parque, o ASF ficou no seu entorno e os lotes tiveram uma expressiva valorização.

As casas possuem dois a três quartos, banheiros e fossas, são de alvenaria e construídas com tijolos furados, todas com o mesmo padrão arquitetônico. Apesar disso, ainda são usadas as casas provisórias ou “ranchos”, muitas vezes como cozinha, por serem mais arejadas, devido ao uso de adobe, barro e palha. Na sede do Assentamento, na antiga Fazenda Gentio, existem placas de energia solar que iluminam o galpão central.

Nos seus lotes, os assentados produzem arroz, feijão, milho e mandioca, e cuidam de pequenas criações de gado, destinado ao consumo próprio e a troca. Algumas famílias possuem gado leiteiro e fabricam produtos derivados do leite, o que garante a subsistência básica. Outra fonte de recursos é o artesanato produzido pelas mulheres, com cascas, fibras e palhas abundantes nas terras do ASF e entorno.

Um exemplo de extrativismo sustentável é a coleta e comercialização de plantas do Cerrado, especialmente a favela (*Dimorphandra mollis*), que contém um princípio ativo usado para a fabricação de medicamentos para a circulação sanguínea. Além do extrativismo, os assentados nos 90 lotes podem solicitar financiamento ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Esses recursos são destinados ao cercamento dos lotes, compra de gado, e outros benefícios. Com seu trabalho na região,

a Fundação estimula produtores, em especial agricultores familiares, para que colaborem com preservação do Parna GSV, o entorno e área de influência, mantendo os corredores ecológicos imprescindíveis para conservação desse território.

Para organizar a produção e comercialização de produtos do extrativismo sustentável, a Funatura apoiou a criação, registro e implementação da Cooperativa Agrossilviextrativista Sertão Veredas (Coop Sertão Veredas), com sede na Chapada Gaúcha, equipada com uma unidade de beneficiamento. Com relação ao turismo ecocultural, realizou inventários culturais, treinamentos de condutores, capacitações, oficinas e desenvolveu roteiros, dentre outras ações.

Associação Rural Sertão Veredas (Arsev)

Em março de 2002, a Funatura apoiou a criação da Associação Rural Sertão Veredas (Arsev) com a participação da comunidade, do Incra, Ibama, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso (STR Formoso). Foi elaborado, com a participação dos assentados, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento São Francisco (PDA) e as famílias passaram a reestruturar suas vidas, organizando suas moradias, a produção de alimentos e as ações sociais e coletivas.

Desde então, a Fundação continua apoiando a implementação de projetos no ASF e captando recursos para assistência técnica, capacitações, realização do inventário de referências culturais, criação de infraestrutura de abastecimento de água, aproveitamento de produtos da biodiversidade do Cerrado, recuperação e proteção das cabeceiras do rio Carinhanha, e construção do Centro Comunitário e do Viveiro de Mudas do Cerrado.

Centro Comunitário

O Centro Comunitário previsto no *Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas das Cabeceiras do Rio Carinhanha*, apoiado pelo FNMA/MMA, foi construído na área de uso coletivo do Assentamento São Francisco (ASF). O espaço é utilizado pelos assentados e por outras comunidades da região para realização de reuniões, debates, eventos culturais, atividades de educação ambiental e confraternizações. O espaço possui sala com computador e outros equipamentos.

No local também funciona a sede da Associação Rural Sertão Veredas (Aserv), criada pelos assentados do ASF, que se reúnem nesse local durante suas atividades coletivas, e que é usado em horário noturno para alfabetização de jovens e adultos. Nessa área está instalado um viveiro onde são produzidas mudas de espécies nativas do Cerrado para plantio em áreas degradadas, além de mudas de laranja, tangerina, mamão, acerola, maracujá e banana para o sustento da comunidade. A Aserv optou pela construção do viveiro na sede da Fazenda São Francisco, devido à proximidade de uma represa.



Moradores do Assentamento São Francisco (ASF) se reúnem no Centro Comunitário na área de uso coletivo. As comunidades do Assentamento – situado no entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (Parna GSV), município de Formoso (MG) – e de localidades próximas utilizam o Centro para realização de cursos, reuniões e eventos culturais, entre outras atividades. A Associação Rural Sertão Veredas (Aserv), criada pelos assentados, também funciona no local. À noite, jovens e adultos ocupam o espaço em suas aulas de alfabetização.

LOCALIZAÇÃO DO ASF NO BIOMA CERRADO

O Assentamento São Francisco (ASF) está localizado no entorno do Parna GSV, no bioma Cerrado, e possui duas sedes, uma na Fazenda São Francisco e outra na Fazenda Gentio, a uma distância de 5 km entre elas. Situado no município de Formoso, em uma área de mais de 5.500 hectares (ha), possui 90 lotes com áreas que variam de 50 a 80 ha e criado a partir da junção das fazendas São Francisco e Gentio.

Situado no bioma Cerrado, o Assentamento apresenta formações campestres, com vegetação gramínea, lenhosa baixa, alternada com pequenas árvores isoladas, além de matas de galeria ao longo dos rios. Contrastando com o solo arenoso é possível apreciar um belo cenário composto por rios, córregos e veredas, marcos na paisagem que determinam a distribuição das famílias na área.

Há vários cursos d'água no ASF. O córrego Tabocas e o Vereda D'Antas são os que apresentam maior volume e perenidade. De uma forma geral, a área do Assentamento encontra-se preservada, apesar de alguns processos erosivos e compactação de solo em algumas veredas, devido à pastagem de gado. A área é repleta de espécies da flora do Cerrado e entre elas estão, entre muitas outras, o pequizeiro, jatobá, pau d'óleo, aroeira, jacarandá, copaíba, buriti, além de muitas plantas medicinais. Tão rica quanto a flora é a fauna local, com anta, capivara, lobo guará, suçuarana, catitu, tamanduá-mirim, ema, sapo rajadinho, veado campeiro, raposas, aves e répteis.

Saúde e Meio Ambiente: Conquista da Cidadania no Sertão Veredas

Cesar Victor do Espírito Santo

O falecimento prematuro da auxiliar de enfermagem e pedagoga, Lucelena Jesus da Silva, ocorrido no dia 26 de fevereiro de 2010, representou uma grande perda para o município da Chapada Gaúcha e toda a região do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

Em 1997, a Funatura estava iniciando um projeto intitulado *Saúde e Meio Ambiente na Região do Parque Nacional Grande Sertão Veredas* e precisava de um profissional da área de saúde para trabalhar com as comunidades do Parque e entorno. Entrei em contato com a então Secretária de Saúde Municipal, Sra. Olga Beatriz, para saber se ela conhecia alguém que tivesse o perfil que procurávamos, ou seja, uma pessoa que trabalhasse diretamente no campo atendendo famílias da região do Parque e fosse bem disposta. Tratava-se de um projeto inovador, pois a proposta era unir o trabalho na área de saúde com meio ambiente. Na mesma hora, a secretária disse que conhecia e com certeza eu gostaria dessa pessoa.

Tratava-se da auxiliar de enfermagem Lucelena Jesus da Silva, nascida na roça, que conhecia o perfil do público-alvo do projeto e possuía larga experiência adquirida no hospital de São Francisco, município da região. Uma semana depois, entrevistei Lucelena e a levei para conhecer seu novo ambiente de trabalho, as comunidades que seriam atendidas. O trabalho demandava grandes deslocamentos de camionete, em lombo do burro ou mesmo a pé. Estava sempre bem disposta. Nunca reclamou de nada. Não tinha tempo ruim, nem hora para “pegar no batente”. Às vezes, levantava-se no meio da madrugada para realizar alguma atividade ou atendimento em locais distantes e enfrentava muitas horas de viagem. Assim, ganhou a confiança da comunidade e os resultados não tardaram a aparecer.

Foram muitos os compromissos: nas escolas, em reuniões comunitárias, visitas domiciliares, mutirões da saúde, capacitações de membros das comunidades e profissionais de saúde que atuam nos municípios da região e vacinações. Ela era fundamental para repassar informações sobre destinação adequada de lixo, prevenção contra doenças transmitidas por falta de saneamento, filtragem da água, higiene corporal e bucal, prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (entre as quais estava a Aids), planejamento familiar, entre outros problemas que afetavam aquelas famílias.

Dessa forma, foram atendidas pessoas que jamais tiveram acesso a tais informações. Algumas, nunca se submeteram a um exame ginecológico, ou jamais tinham visto uma “camisinha”. Pessoas que não cuidavam dos dentes e eram obrigadas a extraí-los. Crianças mal nutridas. Gestantes sem qualquer tipo de acompanhamento pré-natal. E, o que me deixou mais emocionado: o tratamento e a cura de pessoas com hanseníase (doença vulgarmente conhecida como lepra).

Quando Lucelena iniciou seu trabalho, havia sete portadores de hanseníase na região do Parque, sendo dois em estágio avançado e com perigo de transmissão da doença. Esses doentes iniciaram o tratamento em outras oportunidades, mas a dificuldade de retirar o medicamento no Posto de Saúde da Chapada Gaúcha fazia com que o tratamento fosse interrompido. Para ficar curado, o doente precisa tomar o remédio, mensalmente, por um período de dois

anos, sem interrupções. Foi o que o projeto desenvolvido pela Funatura proporcionou àquelas comunidades, com a importante colaboração da auxiliar de enfermagem.

Durante dois anos, todos os meses, ela pegava os medicamentos no posto de saúde e os levava aos doentes que tomavam os comprimidos na sua frente. Os portadores de hanseníase ficaram curados. No caso mais grave, uma pessoa que estava totalmente alijada da família e da sociedade ficou curada, com algumas sequelas, mas curada. O projeto ainda proporcionou a obtenção de seus documentos para a aposentadoria, o que ainda não possuía e, a partir daquele momento, passou a ser um cidadão pleno, curado, com aposentadoria e reintegrado ao convívio familiar e social.

Um belo dia, transitando pela estrada próxima a sua casa – eu, Lucelena e Ernane – nos deparamos com ele aguardando no ponto de ônibus, para ir à cidade pegar a sua aposentadoria, fazer umas “comprinhas” e até, dar uma “namoradinha”. Foi, realmente, muito emocionante. O trabalho que coordenou proporcionou a cura das pessoas e evitou que outras fossem contaminadas. Sobre a aposentadoria, o Projeto Saúde e Meio Ambiente, tendo Lucelena à frente, e com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cujo presidente era o Mundinho, proporcionou, ainda, a aposentadoria de 34 pessoas, ou seja, 34 famílias diferentes que passaram a receber um salário mínimo mensal.

No ano de 2000, após o término do Projeto, ela foi contratada pela Prefeitura Municipal da Chapada Gaúcha. Por um período de dez anos, ela se dedicou, de corpo e alma, ao seu trabalho, na maioria das vezes, em períodos noturnos. É difícil encontrar alguém no município que nunca tenha passado pelas suas mãos, seja para receber uns pontos em algum machucado, tratar de uma queimadura, tomar uma vacina ou fazer um simples curativo. E sempre atendeu a todos com extremo profissionalismo, estendendo sua dedicação a outras atividades. Nos encontros dos povos do Grande Sertão Veredas, era a responsável pela preparação das refeições servidas a mais de mil pessoas com café-da-manhã, almoço e jantar, por um período de quatro dias.



Por sua dedicação e trabalho realizado junto às famílias das comunidades do Parque e entorno, além das muitas outras colaborações que prestou ao município mineiro de Chapada Gaúcha, essa cidadã merece ser homenageada. Desde cedo, lutou contra as dificuldades e, a duras penas, conseguiu formar-se em Pedagogia. Mãe de cinco filhos, encontrou tempo para cuidar da saúde de inúmeras famílias da região do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Para lembrá-la, a Funatura sugeriu às autoridades locais, em março de 2010, que o posto de atendimento médico da cidade passasse a se chamar Posto de Saúde Lucelena Jesus da Silva.

PROJETO MOSAICO SERTÃO VEREDAS – PERUAÇU (MOSAICO SVP)

A criação do Parna GSV, em abril de 1989, abriu caminho para que os governos federal e do Estado de Minas Gerais destinassem áreas à implantação de unidades para conservação e proteção de um grande território do noroeste mineiro, pouco povoado e com a área de Cerrado mais conservada do Estado. Essa região está classificada como área de extrema e alta importância biológica, na qual se encontram diversas espécies raras, endêmicas e ameaçadas da fauna e da flora do Cerrado. Possui alto grau de riqueza de recursos hídricos e diversidade biológica: mais de 20% da água que abastece o rio São Francisco é oriunda de rios existentes na região do Mosaico; e o Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Pandeiros é responsável pela reprodução de grande parte da ictiofauna da região do Médio Rio São Francisco.

Anos mais tarde, após o lançamento do Edital nº 01/2005 do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA), *Mosaico de Áreas Protegidas: Uma Estratégia de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista*, nos termos desse Edital, a Fundação propôs o *Projeto Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu (Mosaico SVP)*, em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) de Minas Gerais e outras entidades. No ano seguinte, esse conjunto de instituições, entidades e lideranças locais atuou para criar condições de conservação da região de forma integrada.

O conceito de mosaico é algo recente e somente nos últimos anos alguns mosaicos foram oficialmente reconhecidos em diferentes pontos do território brasileiro. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), “quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional”.

O Mosaico SVP foi oficialmente reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) por meio da Portaria nº 128, de 24 de abril de 2009, que também instituiu seu Conselho Consultivo – formado pelos representantes de 45 entidades governamentais e não governamentais. É formado por 12 unidades de conservação (UCs) e uma reserva indígena, praticamente contíguas entre si, e localizadas em 11 municípios do noroeste de Minas e no município de Cocos, no sudoeste da Bahia, em região banhada pelo rio São Francisco e afluentes da margem esquerda.

A introdução dessa modalidade de gestão de UCs, nos sertões de Minas Gerais, é uma decorrência das ações desenvolvidas no Parna GSV e seu entorno, desde 1989, pela Funatura. Várias outras UCs estaduais e federais foram criadas, ao longo dos anos, no território do Mosaico. Em sua primeira fase de execução, a Funatura elaborou o *Plano de Desenvolvimento Territorial com Bases Conservacionistas (DTBC)*, de forma participativa, priorizando o turismo ecocultural, o extrativismo sustentável e a gestão integrada das UCs do Mosaico SVP.

Em 2011, o Fundo Socioambiental da CAIXA, com apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA), lançou um edital para a implementação de ações previstas no Plano de DTBC. Todos os objetivos foram atingidos e o projeto, após o seu término, começou a ter vida própria. Para a Fundação, esse conjunto de experiências e seus resultados positivos torna possível aplicá-las em outros territórios por meio de políticas públicas socioambientais.

EXTRATIVISMO E TURISMO SUSTENTÁVEIS, ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

Um dos aspectos mais relevantes do trabalho da Fundação, no Mosaico SVP, tem sido o incentivo às alternativas de desenvolvimento com ações integradas que envolvem as comunidades locais, os agricultores familiares e outros parceiros. O extrativismo vegetal sustentável de produtos do Cerrado e o turismo ecocultural são opções de geração de renda compatíveis com a preservação das unidades de conservação e proteção de suas áreas de entorno.

Entre os anos de 2012 e 2016, a Cooperativa Agrossilviextrativista Sertão Veredas (Coop Sertão Veredas) e o Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão (Instituto Rosa e Sertão) – organizações criadas, registradas e implementadas com apoio da Funatura – executaram os projetos *Extrativismo Vegetal Sustentável na Região do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu* e *Turismo Ecocultural de Base Comunitária no Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu*, em parceria com a Fundação e outras instituições que atuam na região.

Em um terreno de 3.000 m² cedido em comodato, por 20 anos, pela prefeitura de Chapada Gaúcha, localizado na zona urbana, funciona a unidade de beneficiamento de produtos do Cerrado instalada em um galpão reformado pela Funatura. Com cerca de 200 m² de área construída, esse espaço possui instalações e equipamentos básicos, e está sob a coordenação da Coop Sertão Veredas.

Ecoturismo e Turismo Cultural no Território do Mosaico

Quanto ao potencial turístico identificado no território do Mosaico SVP, o estudo e mapeamento regional revelaram a necessidade de preparar as comunidades tradicionais e demais interessados em atrair e atender visitantes. Existem magníficos atrativos naturais nos municípios que compõem o Mosaico SVP. A contribuição da Funatura ao desenvolvimento do turismo ecocultural vem ocorrendo por meio da realização do inventário do patrimônio cultural imaterial, cursos e capacitações dirigidas a pequenos empreendedores, e estruturação de roteiros ecoturísticos, dentre outras atividades.

Na área de influência do Parna GSV e do Vale do Rio Urucuia, foi executado o *Projeto Turismo Sustentável*, em 2005, com apoio do Sebrae – Nacional, outra iniciativa de identificação e valorização do patrimônio natural e cultural. As atividades incluíram a criação de roteiros de turismo sustentável da qual participaram comunidades, estimuladas a incorporar ao cotidiano as atitudes que reconheçam a importância e os benefícios do “cerrado em pé”.

Dentre os mais importantes projetos de caráter participativo e relacionados à conservação da biodiversidade envolvendo comunidades

tradicionais, destacam-se o Projeto de Implementação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e a execução do Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do seu entorno, em parceria com as prefeituras da Chapada Gaúcha e de Formoso, ambas em Minas Gerais, e com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) por meio do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica (Probio).

Fortalecimento da Organização Comunitária

Para contribuir com o fortalecimento da organização comunitária, a Funatura apoiou a criação, registro e implementação de várias entidades em localidades no território do Mosaico SVP, além da Coop Sertão Veredas e do Instituto Rosa e Sertão, a Associação Cultural Grande Sertão Veredas da Comunidade do Ribeirão de Areia, Associação de Condutores de Visitantes Grande Sertão, e Associação do Grupo Folclórico da Dança de São Gonçalo de Serra das Araras (município de Chapada Gaúcha) e a Associação Rural Sertão Veredas (Arsev) do Assentamento São Francisco (município de Formoso).

Até 2016, centenas de pessoas – membros de comunidades locais, professores, agricultores, dentre outros públicos, inclusive os agricultores do Assentamento São Francisco (ASF) – participaram de cursos, oficinas e capacitações em atividades relevantes para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, como a compostagem orgânica, produção de mudas de espécies nativas, uso de plantas medicinais e produção de soja orgânica.

UCs QUE FORMAM O MOSAICO SVP

O Mosaico SVP localiza-se na margem esquerda do rio São Francisco, no norte e noroeste do Estado de Minas Gerais. As unidades de conservação (UCs) e demais áreas protegidas que o compõem são praticamente contíguas entre si e interligadas por vários rios que deságuam no rio São Francisco. Formam um grande corredor ecológico em uma área de, aproximadamente, 1 milhão e 500 mil hectares (ha), considerando as zonas de amortecimento.

UNIDADES FEDERAIS

- ▶ Parque Nacional Grande Sertão Veredas (230.671 ha)
- ▶ Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (56.800 ha)
- ▶ Área de Proteção Ambiental (APA) Peruaçu (146.900 ha)
- ▶ Reserva Indígena dos Xacriabá I e II (56.000 ha)
- ▶ RPPN Veredas do Pacari (346,79 ha)
- ▶ RPPN Arara Vermelha (248,45 ha)
- ▶ RPPN Fazenda Porto Cajueiro (8.478 ha)

UNIDADES ESTADUAIS

- ▶ Parque Estadual Serra das Araras (11.146 ha)
- ▶ Parque Estadual Veredas do Peruaçu (31.522 ha)
- ▶ Parque Estadual da Mata Seca (10.281 ha)
- ▶ Refúgio Estadual de Vida Silvestre Pandeiros (6.102 ha)
- ▶ Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual Pandeiros (393.060 ha)
- ▶ Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual Cochá-Gibão (284.468 ha)
- ▶ Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável (REDS) Veredas do Acari (60.975 ha)

PROJETO DE VIABILIZAÇÃO DA ESTRADA-PARQUE GUIMARÃES ROSA

A proposta da Estrada-Parque Guimarães Rosa está prevista no Plano Territorial de Base Conservacionista (DTBC), do Mosaico SVP, elaborado pela Funatura, e surgiu para facilitar o deslocamento de turistas, moradores da região e mercadorias nesse território. Diferencia-se das demais estradas por aliar os aspectos turísticos e ambientais à obra *Grande Sertão: Veredas*, do escritor João Guimarães Rosa, e estar inserida em um mosaico de unidades de conservação (UCs).

A estrada faz a ligação entre os parques nacionais Grande Sertão Veredas e Cavernas do Peruaçu, além de várias outras UCs, tornando possível visitar uma região onde se encontram alguns dos mais importantes patrimônios naturais brasileiros localizados no bioma Cerrado, repleto de atrativos naturais e magníficas paisagens, como um desfiladeiro entre as chapadas, conhecido com Vão dos Buracos. O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – uma área de 12 mil km² – abriga um rico patrimônio arqueológico com cerca de 60 sítios de ocupação pré-histórica e arte rupestre, datados de 12 mil anos.

O *Projeto de Viabilização da Estrada-Parque Guimarães Rosa* é uma iniciativa da Funatura, com apoio do Projeto Florelas: Elos Ecosociais entre as Florestas Brasileiras, Instituto Sociedade População e Natureza (ISPAN) e a União Europeia. O documento contendo a proposta de reconhecimento oficial da estrada foi encaminhado ao Governo do Estado e à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, em 2012, após ter sido apresentado pelas câmaras de vereadores e prefeituras dos municípios da região e pelo Conselho Consultivo do Mosaico SVP, entre outras organizações. Até fevereiro de 2017, a proposta não havia sido aprovada e a Funatura permanecia defendendo a sua concretização.

Existem várias estradas que cortam a região, a quase totalidade não pavimentada. Uma delas atravessa toda a extensão do Mosaico (SVP) e pode ser caracterizada como uma estrada-parque. Os municípios pelos quais se estende essa estrada são Formoso, Arinos, Chapada Gaúcha, Uruçuia, Cônego Marinho, Januária, Itacarambi, Bonito de Minas, São João das Missões e Manga (em Minas Gerais) e uma pequena parte do município de Cocos (no sudoeste da Bahia).

A transformação de uma estrada comum em estrada-parque considera a integração das ações de conservação ambiental e valorização do patrimônio histórico e cultural do entorno. Neste modelo, a composição do atrativo turístico com aparelhos recreativos e educacionais é capaz de trazer benefícios e favorecer a melhoria da infraestrutura usada pelas comunidades locais, além de criar condições para que os atrativos naturais estimulem a permanência dos turistas nas diversas localidades existentes ao longo da estrada.

Com uma visão ousada e focada na efetiva implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável para a região do Mosaico SVP, a Funatura elaborou o projeto que enfatiza a criação de um modelo próprio de gestão e manutenção da estrada-parque, com patrulhas mecanizadas distribuídas por trechos e absorção da mão de obra local, gerando postos de trabalho

para a população. Essa estrada é considerada uma ferramenta importante para a integração, nesse território, de ações de conservação ambiental, melhoria da qualidade de vida das comunidades locais e valorização do patrimônio histórico e cultural brasileiro.

Os estudos realizados para a elaboração da proposta indica toda a infraestrutura necessária à preservação e construção de passagens de animais silvestres, pontos de parada, mirantes e estacionamentos. Prevê, ainda, a definição de limite de velocidade, instalação de sistema de comunicação para socorro, sistema de sinalização e informação turística, construção de paradas de transporte coletivo dissimuladas na paisagem e com estética própria do sertão, adequação para pessoas portadoras de necessidades especiais, fiscalização permanente, e sistemas de preservação dos cursos d' água, com amortecimento de fluxos de enxurradas.

Veredas, cachoeiras e rios de águas cristalinas, flora e fauna exuberantes. Este é o patrimônio natural protegido no Parque Nacional Grande Sertão Veredas e grande atrativo para pesquisadores como os da equipe do Instituto da Vida Selvagem (Biotrópicos), que estudam as onças pintadas, uma das espécies que habitam o local.

TRAJETO DA ESTRADA-PARQUE GUIMARÃES ROSA



Formoso ►► Chapada Gaúcha (margeando o Parque Nacional Grande Sertão Veredas) ►► Vila da Serra das Araras (ao lado do Parque Estadual da Serra das Araras) ►► corta parte sul da Área de Proteção Ambiental (APA) do Pandeiros e margeia o limite norte do Refúgio de Vida Silvestre do Pandeiros, atravessando as vilas de São Joaquim e Pandeiros ►► Januária ►► Itacarambi (Parque Nacional Cavernas do Peruaçu e APA do Peruaçu) ►► São João das Missões (margeia a Área Indígena Xacriabá e o Parque Estadual da Mata Seca) ►► Manga.

O trajeto cobre cerca de 400 km, sendo que o trecho de 85 km entre Januária ►► Itacarambi ►► São João das Missões é asfaltado. As cidades de Januária, Itacarambi e Manga situam-se às margens do rio São Francisco.

















Um projeto pioneiro, a criação do Assentamento São Francisco no entorno do Parque Nacional Grande Veredas estabeleceu as condições básicas para melhorar a qualidade de vida das famílias assentadas. Atualmente, os moradores possuem acesso à energia elétrica, telefone, organização comunitária e iniciativas de geração de renda das quais todos podem participar. Um exemplo positivo é o viveiro de espécies nativas.







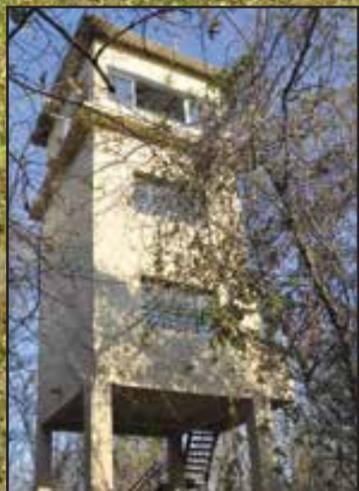
Foto: Arquivo Funatur/Roque S1

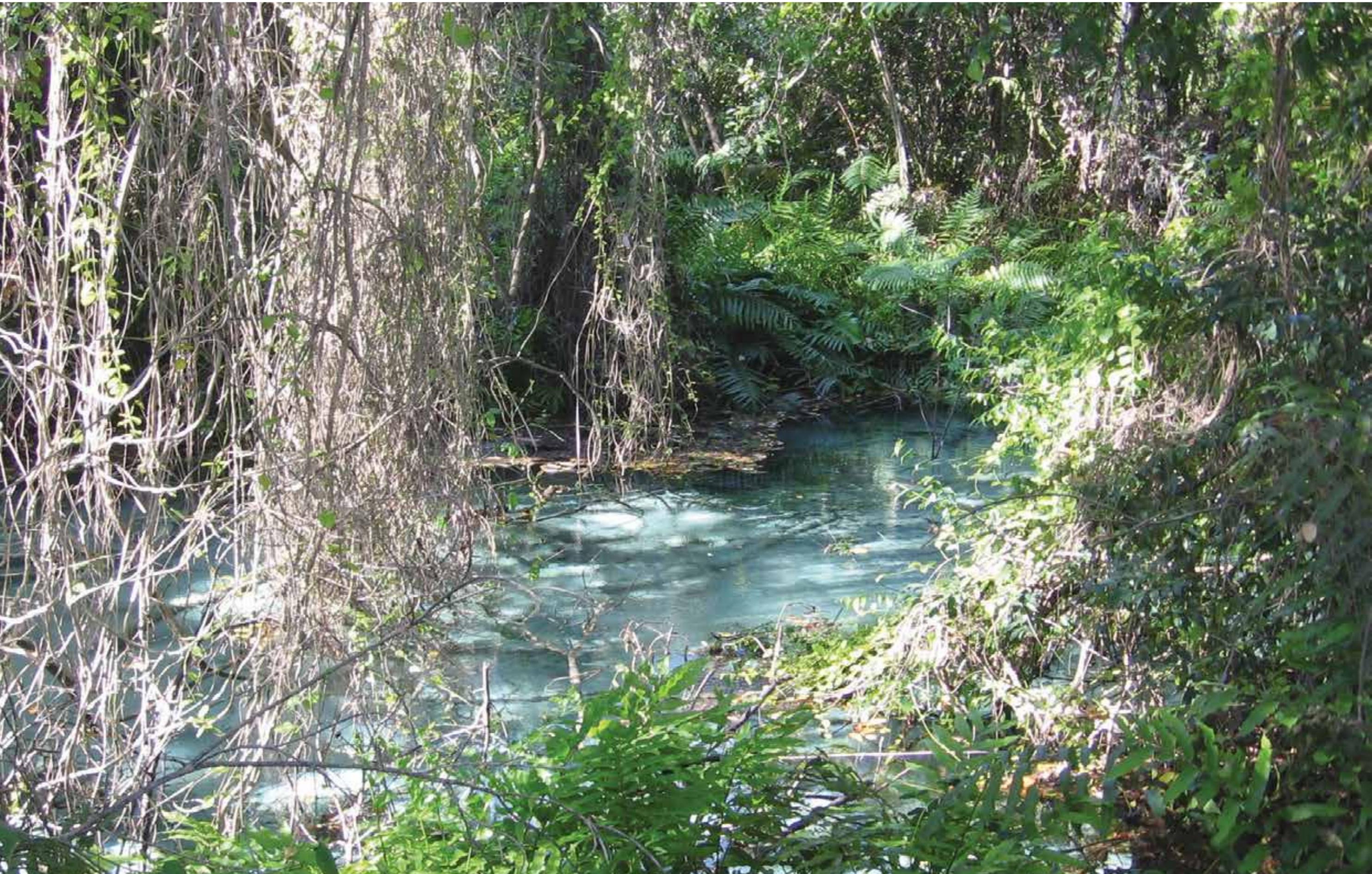
Um território com mais de 1,5 milhão de hectares abrange unidades de conservação que formam o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. Além do Parque Nacional Grande Veredas, nessa região localizam-se os mais diversos atrativos naturais: o Vão dos Buracos e Serra das Araras, Balneário do Rio Pandeiros, Refúgio de Vida Silvestres do Rio Pandeiros (conhecido como o "Pantanal Mineiro") e sua torre de observação, Poço Azul de Bonito de Minas, e o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, onde estão muitas cavernas e entre elas a Gruta Janelão.















Alimentos que utilizam os produtos do Cerrado, como o pequi, são fontes de geração de renda e podem ser preparados na Unidade de Beneficiamento da Coop Sertão Veredas, em Chapada Gaúcha (MG). O ecoturismo e o turismo cultural também são atividades apoiadas pela Fundação, no Parque Nacional Grande Veredas e seu entorno, e em muitas outras unidades de conservação do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, como a Área de Proteção Ambiental Cochá-Gibão, no município Bonito de Minas. Da base institucional da Funatura, na região, podem ser coordenadas muitas atividades como o trabalho dos guardas-parques.







PARQUE NACIONAL
GRANDE SERTÃO VEREDAS







CRIAÇÃO DE SANTUÁRIOS DE VIDA SILVESTRE (SVSs) E RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPNs), PIONEIRISMO NO BIOMA CERRADO

Uma atividade de grande importância que a Funatura desenvolve é a proteção da biodiversidade brasileira por meio de reservas particulares, tendo como base o Art. 6º do Código Florestal de 1965 (Lei Federal 4.771, de 15/09/1965). Sua primeira iniciativa ocorreu com o lançamento do *Programa Santuários de Vida Silvestre – pesquisa, manejo, educação ambiental e ecoturismo* (Programa SVS) e, em 1987, foi criado o primeiro santuário na Fazenda Praia do Forte, no litoral norte do Estado da Bahia, a pedido do seu proprietário, Klaus Peters. Este trabalho deu origem ao primeiro plano de manejo em propriedade particular do Brasil.

Inicialmente, ocorreram diagnósticos de áreas e espécies prioritárias da flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção, raras e endêmicas em vários pontos do Brasil. Nos anos seguintes, surgiram muitos santuários antes mesmo da existência de legislação federal que amparasse a criação dessas unidades de conservação (UCs). Nessa época, a Funatura participava das discussões que levaram à aprovação do Decreto Federal nº 98.914, de 31/01/1990, dispondo sobre as reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs) e substituído, anos mais tarde, por instrumentos legais como o Decreto Federal nº 1.922, de 5/06/1996, além da Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc).

Como continuidade do Programa SVS, a Funatura atuou na criação de inúmeros santuários e reservas naturais particulares protegidas no Brasil. Dentre elas, o Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo, no Distrito Federal (atual Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo), e a primeira reserva particular do Estado de Goiás, o Santuário de Vida Silvestre Vagafofo, no município de Pirenópolis. A Fundação optou por uma reserva própria e, em 1992, foram adquiridos 43,31 hectares da área contígua ao SVS Vagafofo, e assim surgiu a RPPN Flor das Águas, com recursos doados pela iniciativa privada.

O manejo dos santuários é considerado também um fator de bem-estar e de desenvolvimento da comunidade onde se inserem. A implantação atende à demanda de mais áreas silvestres protegidas e baseia-se em prioridades regionais de conservação, corretos critérios de seleção e modernos conceitos de proteção e manejo. A visão do santuário gerenciado não como área fechada em si mesma, mas como irradiador de atitudes de respeito à natureza, fortemente inserido na comunidade, constitui a base filosófica do Programa desenvolvido pela Fundação.

PARCEIRAS COM PROPRIETÁRIOS DE TERRAS NO ENTORNO DE PARQUES NACIONAIS

Durante a década de 1990, a Funatura iniciou sua atuação no entorno do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros, localizado em Goiás, e trabalhou na criação das reservas RPPN Santuário de Vida Silvestre Fazenda Volta da Serra e a RPPN Santuário de Vida Silvestre Fazenda Mata Funda, no município de Alto Paraíso, com apoio do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID). Essas áreas são fundamentais para a proteção de nascentes dos rios e entorno de diversas cachoeiras, existentes na região.

A RPPN Fazenda Volta da Serra é uma unidade de conservação estadual e está equipada para receber visitantes que podem percorrer trilhas e conhecer inúmeros atrativos naturais. Rica em recursos hídricos e espécies da fauna e flora de grande relevância, seus proprietários mantêm sistemas agroflorestais onde desenvolvem apicultura e cafeicultura, em consórcio com o cerrado nativo. A RPPN Santuário de Vida Silvestre Fazenda Mata Funda foi criada pelo Ibama, em 1997.

Em decorrência dos resultados positivos do Programa SVS, a Funatura ampliou seus propósitos e elaborou o *Projeto de Implementação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) no Cerrado Brasileiro (Projeto BRA 00/G35)* que recebeu apoio do *Global Environment Facility (GEF)* e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Este Projeto começou a ser desenvolvido, em maio de 2001, no entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (MG/BA) e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO).

A Fundação direcionou seu trabalho aos proprietários de terras adequadas à criação de novas reservas particulares, com estratégias para sensibilizá-los a participarem da preservação ambiental. Durante suas ações, destacou a importância dessas áreas para conservação da biodiversidade dos parques e das amostras da biodiversidade existentes no entorno. Os proprietários são envolvidos em atividades de educação ambiental, pesquisa, encontros culturais e feiras de produtos do Cerrado.

Com o passar do tempo, observou-se que a melhor forma de abordagem seria a valorização das expressões culturais, tão ricas e originais, vivenciadas na região dos Gerais (MG) e da Chapada dos Veadeiros (GO). Tal entendimento originou a realização de encontros anuais que reúnem as comunidades tradicionais e a população em geral dos municípios localizados no entorno desses parques nacionais, propiciando a difusão e divulgação de conhecimento sobre a importância da manutenção e criação de unidades de conservação.

ESFORÇOS COMPENSADOS: ÁREAS PROTEGIDAS A PARTIR DO TRABALHO DA FUNATURA

Ao completar 30 anos de trabalho em prol da preservação e conservação da natureza, a Funatura apresenta um saldo bastante positivo com a elaboração de propostas, criação e implantação de unidades de conservação (UCs) em vários estados brasileiros. Atualmente, existem áreas protegidas e distribuídas pelo Distrito Federal, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio de Janeiro, às quais a Fundação dedicou seus esforços e competência técnica em colaboração com outras organizações não governamentais e governamentais.

Neste capítulo, estão em destaque os santuários de vida silvestre (SVSs) e reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs) que possuem características distintas demonstrando a riqueza da biodiversidade brasileira e, ao mesmo tempo, a diversidade do patrimônio histórico e cultural encontrado nas unidades protegidas.

SVS do Riacho Fundo – Brasília (DF)

Em 1987, a Funatura propôs ao Governo do Distrito Federal (GDF) a criação da área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo com cerca de 480 hectares, na área central de Brasília (DF). Criada pelo Decreto Nº 11.138, de 16/06/1988, do Governo do Distrito Federal (GDF), essa área necessitava, em 1991, de intervenção para recuperação ambiental. Até aquele ano, praticamente nenhuma ação se desenvolvera visando a sua implementação, para garantir a integridade ecológica da área.

A criação de um santuário no curso inferior do riacho Fundo e seu estuário era necessária para proteger a fauna e flora dessa área, além de garantir a preservação de espécies endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção ali existentes. No local, aves aquáticas têm seus ninhos, a fauna nativa se reproduz e as aves migratórias se refugiam. Com essas condições naturais, o SVS também foi identificado como um espaço ideal para as atividades de observação ecológica e pesquisas sobre os ecossistemas locais.

Diante de dificuldades que o GDF enfrentava para implementação do santuário, a Funatura apresentou uma proposta de projeto ao Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). A única benfeitoria então existente correspondia a um alambrado que cercava, precariamente, todo o santuário. Havia risco iminente da perda de uma área da conservação da biodiversidade no Distrito Federal que funciona, também, como um elemento propiciador de qualidade de vida à comunidade local.

Trata-se de uma área de grande valor ecológico, científico e educacional, situada praticamente no centro do Distrito Federal, próxima do Plano de Piloto e contígua ao Jardim Zoológico de Brasília. Forma um corredor ecológico interligando estas áreas protegidas ao Lago Paranoá, para onde correm as águas de córregos e riachos da região. O adensamento de áreas habitacionais limítrofes exercia uma crescente pressão sobre o santuário, por pequenas invasões, caça e pesca predatórias, dentre outros problemas ambientais.

No período de 1991 a 1996, a Funatura elaborou o Plano de Manejo do santuário definindo programas e subprogramas de atuação para proteção da área, recuperação de pontos degradados e educação ambiental. As obras incluíram o cercamento de todo o perímetro do santuário (2.500 m de cercas e 1.380 m de alambrados), a construção do Centro de Visitantes com apoio da Embaixada do Canadá, a recuperação de três hectares de áreas degradadas e estabelecimento de trilhas de interpretação em pontos estratégicos do local.

SVS Vagafogo – Pirenópolis (GO)

Primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Estado de Goiás e uma das seis primeiras do Brasil, o Santuário de Vida Silvestre Vagafogo (SVS) foi criado em 1990, no município de Pirenópolis (GO), em uma fazenda com 46 hectares e cortada pelo rio Vagafogo. A vegetação é formada por cerrado, cerradão e mata ciliar, e os proprietários Evandro Ayer e Catarina Schiffer registraram em cartório a perpetuidade, para gerações futuras, da área de floresta com 17 hectares (ha).

A Funatura elaborou, com apoio do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), o Plano de Manejo para o santuário, identificando elementos da fauna, flora, geografia, geologia e a hidrografia da área. A Fundação O Boticário de Proteção à Natureza e a Embaixada Britânica no Brasil colaboraram com a construção do Centro de Visitantes e viabilizaram a realização de programas de educação ambiental destinados à comunidade local. Em março de 1992, o príncipe Phillip (marido da rainha da Inglaterra, Elizabeth II), inaugurou o Centro de Visitantes.

Um dos atrativos do santuário é a trilha interpretativa com percurso de 1.500 metros, aberta entre árvores centenárias da mata ciliar que margeia o rio Vagafogo e leva a uma piscina natural formada por pequena cachoeira. Os visitantes podem praticar o arvorismo, rapel, tirolesa pêndulo, observação de fauna e flora. Pioneiros em oferecer atividades de ecoturismo ao público que visita a cidade histórica de Pirenópolis, os proprietários da fazenda aliam conservação da natureza e sustentabilidade econômica, inclusive com a produção sustentável de alimentos preparados com frutos do Cerrado.

Trata-se de um exemplo de iniciativa muito bem sucedida de implementação de RPPNs, no Brasil. Vários proprietários de terras inspiraram-se nas experiências da Vagafogo e desenvolveram projetos semelhantes.

RPPN Flor das Águas, uma reserva 100% Funatura

Localizada no município de Pirenópolis (GO), a RPPN Santuário de Vida Silvestre Flor das Águas foi instituída por meio da Portaria do Ibama 141/98-N, de 2/10/1998, em uma propriedade que a Funatura adquiriu com recursos doados pela empresa Colgate Palmolive. Possui 100% de suas terras averbadas como RPPN e teve sua sede inaugurada em 2001. Localizada no Morro do Frota é drenada pelo córrego Vagafogo que corre pela Serra dos Pirineus e deságua no rio das Almas, um dos formadores do grande rio Tocantins.

A origem do nome Flor das Águas faz referência às águas que escoam por entre as rochas e árvores, conhecidos como afloramentos de água, bem característicos da região. Próxima ao Parque Estadual dos Pirineus e à Área de Proteção Ambiental Estadual dos Pirineus, a RPPN está inserida no Corredor Ecológico Paranã-Pirineus. A Serra dos Pirineus é um marco inconfundível da geodiversidade brasileira: de suas rochas de subsolo e águas subterrâneas vertem águas formadoras das bacias hidrográficas Tocantins e Prata.

O Plano de Manejo da RPPN registrou 189 espécies de plantas, entre elas uma das mais belas árvores brasileiras, o pau d'óleo, que exhibe cachos de flores amarelas, sem folhas, na época de seca. Completam a paisagem os cajueiros nativos, ipês, muricis, mangabas, pequiizeiros e jatobás. Foram identificadas 58 espécies de aves no chamado cerrado *sensu stricto*, dominante na reserva, 35 nas matas de galeria e 32 em áreas de brejo. Neste ambiente vivem lagartos, macacos, marsupiais, tartarugas, morcegos, pequenos felinos, lobos-guará e várias espécies de serpentes.

As primeiras ações realizadas na reserva receberam recursos do Projeto de Implementação de Santuários de Vida Silvestre no Cerrado (1998-2001), executado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e apoio da Fundação Ford do Brasil. Em 2006, a Funatura desenvolveu o Projeto de Conservação da Biodiversidade com Turismo Ecológico (BRA/05/28), com apoio do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-Ecos), e do GEF/Pnud.

Outras atividades desenvolvidas pela Funatura para proteção, conservação e educação ambiental se expandiram por toda a região. Na RPPN, foi construído um Centro de Apoio à Pesquisa e Educação Ambiental e a Trilha da Loba – um circuito autoguiado com 2,2 km de extensão – onde foram construídas, com madeira reutilizada, escadarias, locais de descanso, pontes e mirantes.

RPPN Santuário de Vida Silvestre Pousada das Araras

Em 1999, a Funatura elaborou o Plano de Manejo para a RPPN Santuário de Vida Silvestre Pousada das Araras, em Serranópolis (GO), município do sudoeste de Goiás, no caminho para a divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul. A RPPN, reconhecida pelo Ibama em 1998, com 175 hectares (ha), localiza-se na Fazenda Bonito. Esta área possui grande importância arqueológica e se destaca pela riqueza do bioma Cerrado com uma variedade de espécies da flora que, provavelmente, foram plantadas ou disseminadas pelo Homem Primitivo.

Alguns pontos dos sítios arqueológicos encontrados na reserva possuem uma vegetação densa com orquídeas, bromélias, cactáceas e epífitas. Em outros locais, podem ser vistos animais terrestres da fauna nativa, ou seus vestígios, e uma rica variedade de aves. Nessa RPPN foram localizados restos fossilizados de mamutes e outros animais pré-históricos que conviveram com o ser humano há, aproximadamente, 11 mil anos. Em vários pontos, sobressaem as pinturas rupestres e sítios líticos nas escarpas de arenito que retratam as condições climáticas e aspectos culturais dos povos que ali viveram.

Na RPPN existem vestígios de rochas vulcânicas datadas de milhões de anos e o mais antigo registro de esqueleto humano encontrado no Brasil. Durante pesquisas que vem sendo realizadas, desde 1975, foram encontradas, no subsolo, grande quantidade de materiais líticos e ossadas, enquanto nos abrigos ainda bem preservados dos sítios arqueológicos situados na RPPN estão pinturas rupestres e gravuras que registram a passagem, pelo local, em torno de 550 gerações.

Os sítios são considerados ricos devido à grande extensão dos abrigos que possibilitaram a utilização do local para moradia e pouso de habitantes, desde o Período Paleolítico, e do alto grau de preservação arqueológica e ambiental. As análises por meio do Carbono 14, nas pinturas rupestres da Gruta das Araras, indicaram datações de até 11.000 anos atrás para as camadas mais antigas.

A identificação de sítios arqueológicos ocorreu há décadas, na região, onde inúmeros arqueólogos estudaram e identificaram seis sítios na área protegida como reserva, cada um com suas características específicas: sítios arqueológicos Gruta das Araras (GO-JA-03), Paredão (GO-JA-04) e sítio GO-JA-25, nos quais estão pinturas e gravuras rupestres, além de grandes abrigos; sítio GO-JA-26, onde uma escavação atingiu mais de três metros de profundidade e forneceu os únicos dois exemplares de pontas de flecha trabalhadas em pedra lascada de toda a região; o GO-JA-27 com um pequeno abrigo e gravuras no teto, paredes e piso; e o GO-JA-28 que apresenta pinturas rupestres.

RPPN Vale das Araras – Cavalcante (GO)

A Chapada dos Veadeiros é conhecida pelas belezas naturais e suas manifestações culturais. Nela estão o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros (Parna Chapada dos Veadeiros), algumas áreas de proteção ambiental (APAs) e reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs). Uma dessas unidades é a RPPN Vale das Araras com aproximadamente 40 ha de área (400 mil metros quadrados) criada para preservar a biodiversidade do entorno do Parque.

Sua riqueza natural constitui-se de áreas de cerrado nativo com formações típicas desse bioma como campos de cerrado e mata seca, ciliar e de galeria. Exemplares da fauna local são avistados ao longo das trilhas, enquanto o número de espécies de aves pode chegar a 300, das quais mais de 130 foram identificadas. Reconhecida pelo Ibama, em julho de 2005, a reserva teve seu plano de manejo elaborado pela Funatura, com recursos do Projeto GEF/Pnud.

Além dos aspectos naturais, essa RPPN preserva um rico patrimônio histórico e cultural. Ao longo do rio São Bartolomeu existe um sistema de canais para desvio de água construído pelos bandeirantes, há mais de 200 anos. Atualmente desativados, esses canais foram utilizados na mineração de ouro e constituem um importante registro histórico do processo de colonização do interior do Brasil. Em alguns trechos, os visitantes podem usar os antigos canais como trilhas, que têm o ponto final na cachoeira do São Bartolomeu.

Reservas no Entorno do Parna GSV e Território do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu

No território do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu (Mosaico SVP) a Funatura sugeriu que fosse estabelecida uma Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável (REDS) e participou da audiência pública promovida pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG), durante a qual foi apresentada e aprovada a proposta de criação REDS Veredas do Acari, com 60.975 hectares (ha), em área contígua ao Parque Estadual Serra das Araras, no distrito de Serra das Araras, município de Chapada Gaúcha (MG).

Outras reservas foram criadas na região do Mosaico SVP, com a participação da Funatura, para formar corredores de biodiversidade que reforçam a proteção do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Instituídas por meio de portarias do Ibama, as RPPNs Veredas do Pacari com 346,79 ha e Arara Vermelha com 248,45 ha, localizam-se no município de Arinos (MG). Essas áreas são contíguas, próximas ao Parque e formam um maciço de 595,24 ha, originando corredores de biodiversidade e fortalecendo as estratégias de conservação na região.

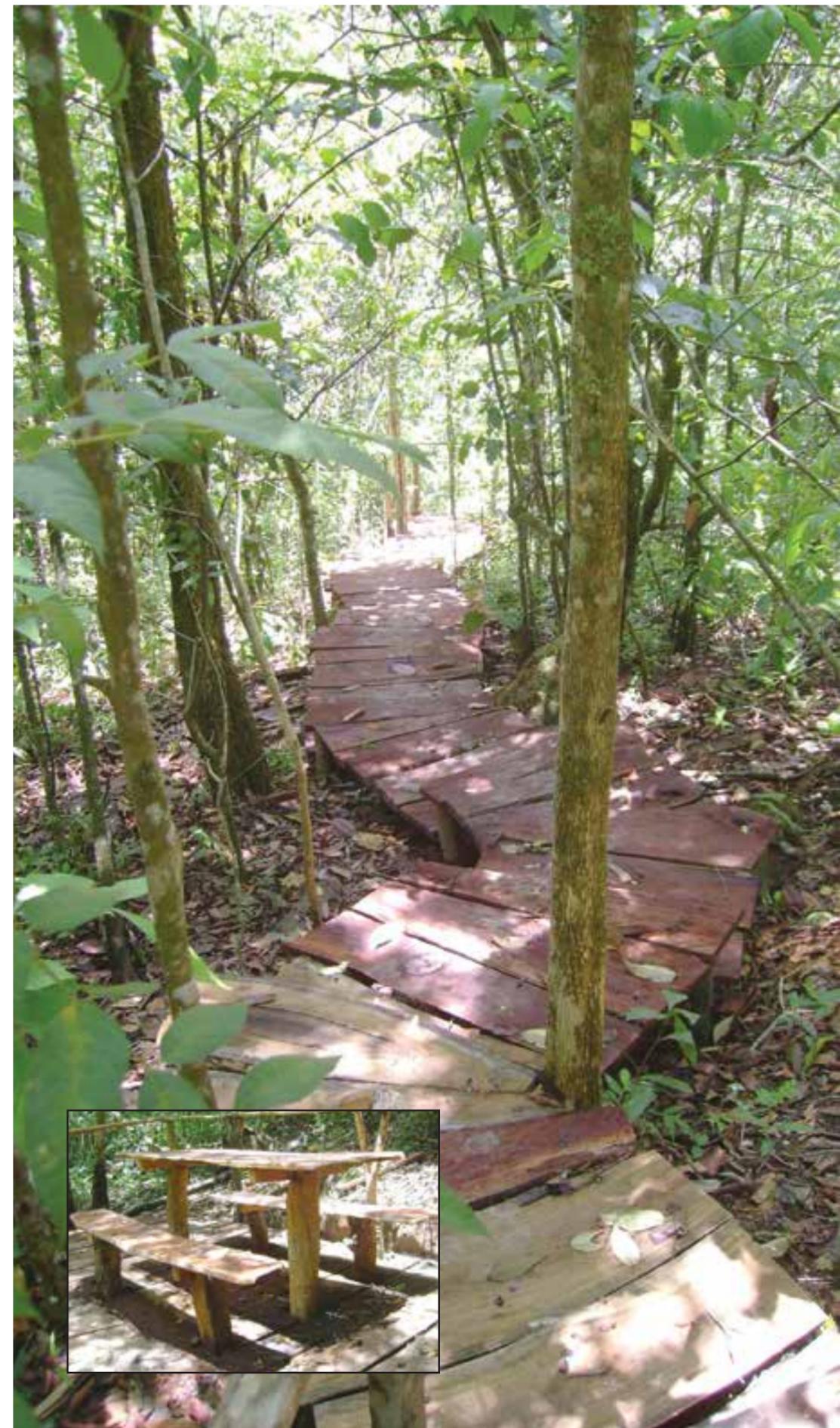
Os proprietários das áreas criaram as reservas para conservar amostras importantes do Cerrado brasileiro, e não as utilizam para fins residenciais ou comerciais. Seus planos de manejo também foram elaborados pela Funatura e indicaram a vocação para o incremento de atividades de pesquisa. As duas RPPNs possuem uma trilha comum e compartilham a sede na RPPN Arara Vermelha, onde funciona o Centro de Apoio à Pesquisa e ao Ecoturismo. As obras foram realizadas com apoio do Projeto GEF/Pnud. A nascente do rio Pacari está preservada no interior da RPPN Veredas do Pacari.

SVSs E RPPNs APOIADAS PELA FUNATURA

- ▶ RPPN Fazenda Praia do Forte – Dias D’Ávila (BA)
- ▶ RPPN Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo – Brasília (DF)
- ▶ RPPN Flor das Águas – Pirenópolis (GO)
- ▶ RPPN Santuário de Vida Silvestre Vagafogo – Pirenópolis (GO)
- ▶ RPPN Santuário de Vida Silvestre do Morro do Cabeludo – Pirenópolis (GO)
- ▶ RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas – Colinas do Sul (GO)
- ▶ RPPN Soluar – Cavalcante (GO)
- ▶ RPPN Vale das Araras – Cavalcante (GO)
- ▶ RPPN Varandas da Serra – Cavalcante (GO)
- ▶ RPPN Mata Funda – Alto Paraíso (GO)
- ▶ RPPN Santuário de Vida Silvestre Volta da Serra – Alto Paraíso (GO)
- ▶ RPPN Santuário de Vida Silvestre Pousada das Araras – Serranópolis (GO)
- ▶ RPPN Parque da Capetinga – São João d’Aliança (GO)
- ▶ RPPN Linda Serra dos Topázios – Cristalina (GO)
- ▶ RPPN Veredas do Pacari – Arinos (MG)
- ▶ RPPN Arara Vermelha – Arinos (MG)
- ▶ RPPN Estância Ecológica Sesc Pantanal – Barão de Melgaço (MT)
- ▶ RPPN Santuário de Vida Silvestre Forquilha (Serra da Concórdia) – Valença e Barra do Piraí (RJ)



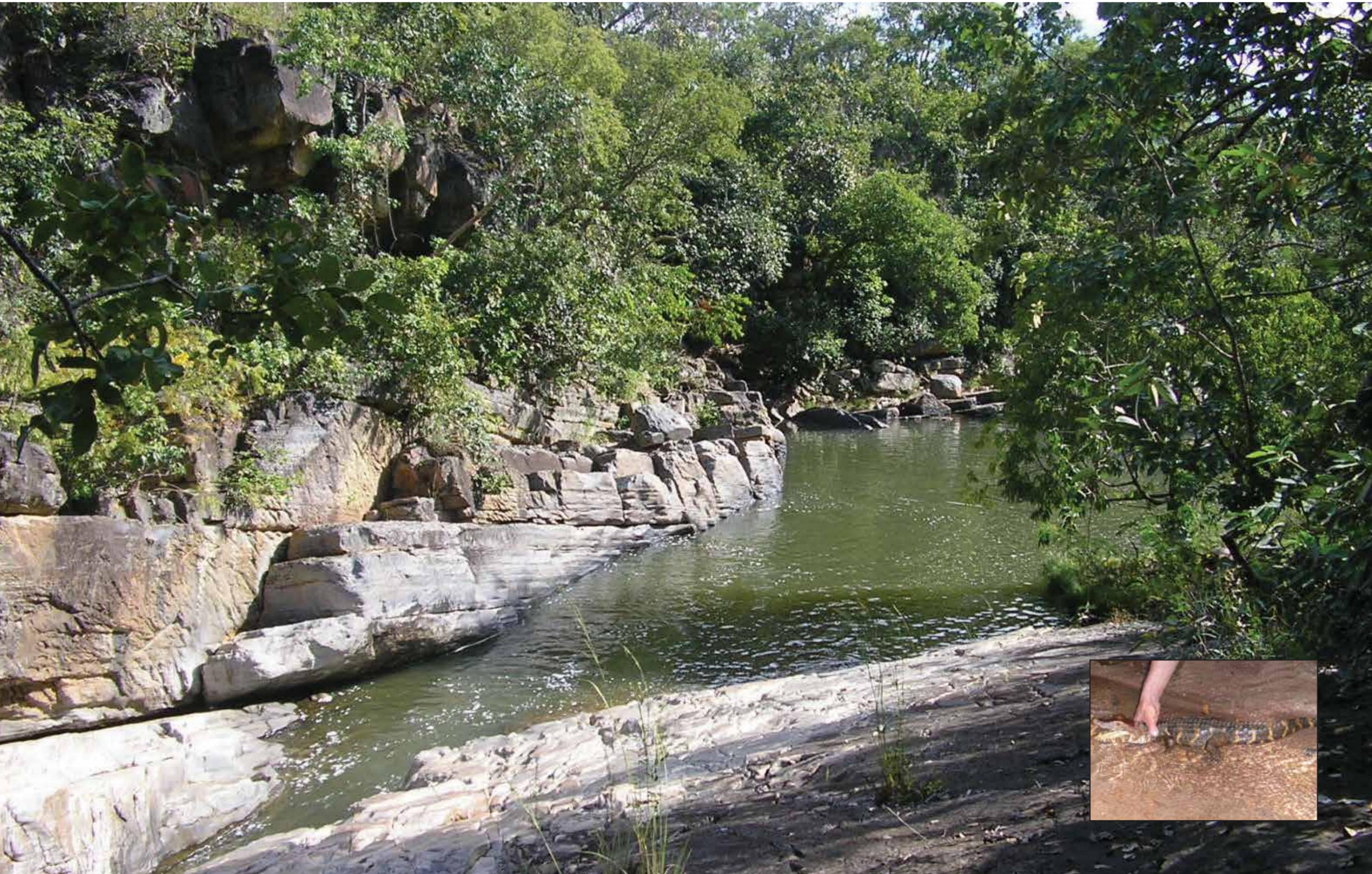
Desde 1987, um ano após a criação da Funatura, pequenas e importantes áreas ricas em biodiversidade começaram a ser protegidas com a criação das reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs). Algumas delas estão nas páginas seguintes: Flor das Águas (Pirenópolis/GO), Vale das Araras e Soluar (Cavalcante/GO), Linda Serra dos Topázios (Cristalina/GO) e Cachoeiras das Pedras Bonitas (Colinas do Sul/GO).



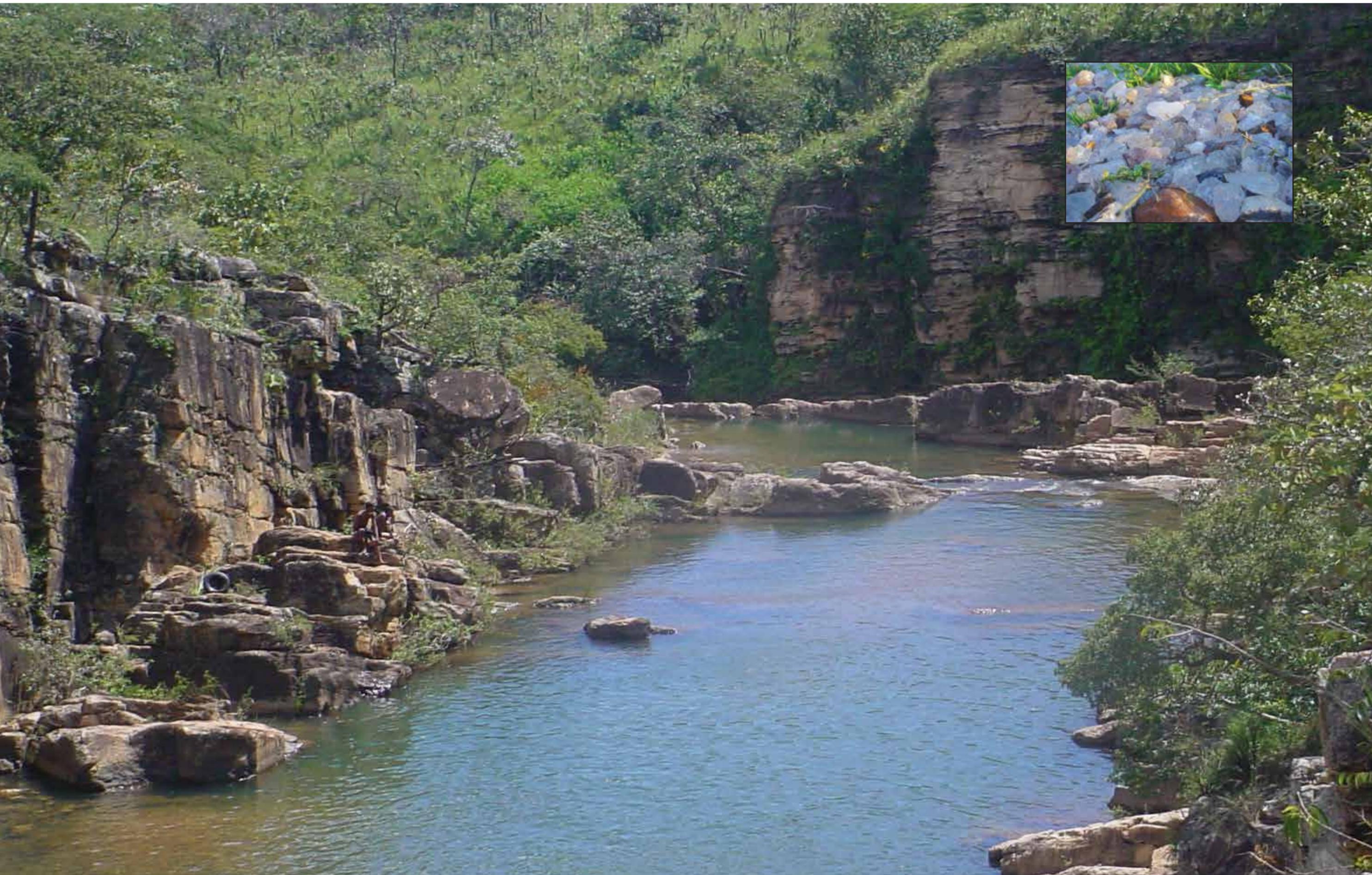














PROJETO DE RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DAS CABECEIRAS DO RIO CARINHANHA

Milhões de hectares do território brasileiro necessitam de recuperação florestal e uma parte significativa desses hectares estão sujeitos à desertificação. Estudos divulgados por inúmeras instituições de pesquisa e outras responsáveis pela gestão ambiental indicaram áreas prioritárias para a restauração florestal, com ações que envolvam a população para resgatar a qualidade e quantidade das águas nas principais bacias hidrográficas brasileiras. No entorno do Parna GSV a recuperação foi direcionada ao rio Carinhanha, em suas cabeceiras e matas ciliares.

O Carinhanha divide os estados de Minas Gerais e da Bahia e segue em direção ao rio São Francisco do qual é seu quinto maior afluente. Na região das cabeceiras do rio, uma das principais causas da degradação é o avanço da fronteira agropecuária sobre áreas de preservação permanente (APPs). Essa é uma área de grande relevância, segundo o estudo *Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira*, elaborado com a colaboração da Funatura, Conservation do Brasil (CI), Fundação Biodiversitas e Universidade de Brasília (UnB).

Com base nesse estudo, a Funatura desenvolveu o *Projeto de Recuperação e Proteção das Cabeceiras do Rio Carinhanha*, na região do entorno do Parna GSV, em parceria com a Associação Rural Grande Sertão Veredas (Aserv) e o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMbio), entre outras organizações. O projeto foi aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), em 2005, para recuperar, por meio de enriquecimento, reflorestamento e manejo de regeneração natural de áreas nas cabeceiras e as matas ciliares no alto curso do rio Carinhanha.

As cabeceiras do rio Carinhanha foram analisadas por meio das imagens Landsat-5 T. Após o mapeamento das nascentes, córregos, rios e APPs, foram delimitadas as áreas prioritárias para recuperação. A Funatura realizou atividades de mobilização dos moradores do Assentamento São Francisco (ASF) e de outras comunidades locais, com informações, cursos e outras atividades que estimularam a organização e o envolvimento da população local em ações de conservação e recuperação das nascentes dos cursos d'água.

Antes do trabalho de campo, foram realizadas as atividades como o reconhecimento no local das áreas degradadas mapeadas por meio de imagens de satélite e a coleta de informações por Sistema de Posicionamento Global (GPS) para fotografar e indicar pontos e trilhas das áreas visitadas. Desta forma, são produzidos mapas e imagens que orientam a definição das áreas prioritárias para recuperação. Os mapas orientaram as atividades no interior de áreas de proteção permanente (APPs) para elaboração do diagnóstico das áreas degradadas e indicação das prioritárias, que deveriam ser recuperadas.

As técnicas utilizadas nas cabeceiras do rio Carinhanha têm sido estudadas e testadas pelo Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas (Crad), da Universidade de Brasília (UnB). A equipe de professores do Crad/UnB produziu os estudos *Bases para a Recuperação de Áreas Degradadas na Bacia do São Francisco*, *Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas na Bacia do São Francisco – treinamento e sensibilização*. A Funatura recebeu apoio do Crad para a participação de agricultores do ASF nessas atividades. Outra instituição que pesquisa esse tema é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

POR ONDE CORRE O RIO

O rio Carinhanha nasce em Minas Gerais, próximo ao ponto conhecido como Trijunção, que marca a divisa entre os estados da Bahia, Minas e Goiás. Percorre cerca de 450 km até desaguar no rio São Francisco, que se estende por cerca de 2.700 km de extensão, da nascente na Serra da Canastra (MG) até sua foz no Oceano Atlântico, entre Sergipe e Alagoas. O rio tem grande parte de seu curso, no interior do Parna GSV e drena bacias de importantes cursos d'água dessa unidade de conservação, e é um grande contribuinte de água "boa" para o São Francisco, e extremamente importante para várias comunidades ribeirinhas que se abastecem de suas águas.

As cabeceiras estão fora da área do Parna GSV, entretanto, ações de proteção e conservação das nascentes são consideradas muito importantes e urgentes, porque a região é ocupada por pecuária e lavouras, que são atividades impactantes em áreas de preservação permanente (APPs). As queimadas, nos meses de estiagem, também afetam a vegetação formada por diferentes espécies do Cerrado e, nessa região, existem veredas, além dos campos úmidos (áreas inundáveis) que formam lagoas e matas ciliares.

Nas lagoas ou áreas alagáveis brotam as plantas aquáticas, mas a mata ao longo do rio é secundária e está bastante degradada. Nessas áreas devem ser protegidas as espécies de mata de galeria, cipós e samambaias, entre outras espécies típicas da vegetação do Cerrado.

REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS DA BACIA DO RIO SÃO BARTOLOMEU (DF/GO)

A região banhada pelo do rio São Bartolomeu – assim como as cabeceiras do rio Carinhanha – é outra área onde a Funatura atuou na recuperação do Cerrado, em parceria com Fundação Banco do Brasil (FBB) e participação da Rede Terra, Instituto de Permacultura (Ipoema), Instituto Federal Brasília (IF) e Instituto Brasília Ambiental (Ibram-GDF), vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema). O *Projeto de Revitalização de Áreas Degradadas da Bacia do Rio São Bartolomeu* foi realizado entre 2009 e 2015.

Devido ao volume e à proximidade com os aglomerados urbanos, o rio São Bartolomeu é considerado o manancial mais importante para o futuro abastecimento de água do Distrito Federal. Neste contexto e para subsidiar o trabalho, a equipe técnica da Funatura elaborou, em parceria com a FBB, o *Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu*, publicado em dezembro de 2008, revelou que a qualidade da água do rio São Bartolomeu não estava adequada ao consumo humano. Havia, na época, alto índice de coliformes fecais e de material suspenso ao longo de todo o curso do rio, porque seus afluentes cruzam diversas áreas rurais e urbanas que não contam com sistema de coleta e tratamento de esgoto.

O estudo apresentou um mapa de uso do solo da bacia, indicando áreas de lavoura e pastagem que ocupam, aproximadamente, 43% da área. O desmatamento substituiu espécies nativas por cultivos agrícolas e causa assoreamento do leito do rio e de seus afluentes, a vegetação é empobrecida pelas constantes agressões e não se recompõe. Na área rural, os pivôs de irrigação representam porcentagem considerável nos municípios de Luziânia e Cristalina, e a vegetação do Cerrado está presente em 27% da área, enquanto os condomínios, na área urbana, correspondem a quase 6% dos terrenos e situam-se, em grande parte, na margem direita do rio São Bartolomeu.

Conhecido também como *Projeto Rio São Bartolomeu Vivo*, envolveu as comunidades das regiões administrativas de Planaltina, Paranoá e São Sebastião (DF) e dos municípios de Cidade Ocidental, Luziânia e Cristalina (GO) em atividades de produção de mudas e reflorestamento. A recuperação das áreas recebeu apoio da Emater-DF, Estação Ecológica de Águas Emendadas (Esecae), Escola da Natureza, Secretária de Agricultura do DF, secretarias de Educação do DF e do Estado de Goiás, além das secretarias municipais dos municípios goianos de Cidade Ocidental, Luziânia e Cristalina.

Com um resultado que atingiu a marca de 1.000.000 (um milhão) de mudas produzidas e recuperação de 500 hectares, o trabalho da Funatura e seus parceiros foi considerado um marco para a conservação e a recuperação de áreas degradadas no Distrito Federal. Entre outros efeitos positivos resultantes do Projeto de Revitalização, está o lançamento das bases para a construção de uma política pública de recuperação de áreas degradadas no Distrito Federal.



No entorno do Parque Nacional Grande Veredas está uma importante área de nascentes que pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Carinhanha e onde houve desmatamento. A água pura que brota da terra é o recurso natural que garante a existência de todos os outros. Para recuperar a vegetação, o *Projeto de Recuperação e Proteção das Cabeceiras do Rio Carinhanha* – executado pela Funatura – envolveu moradores e proprietários de terra na preparação e plantio de mudas de espécies nativas do Cerrado.

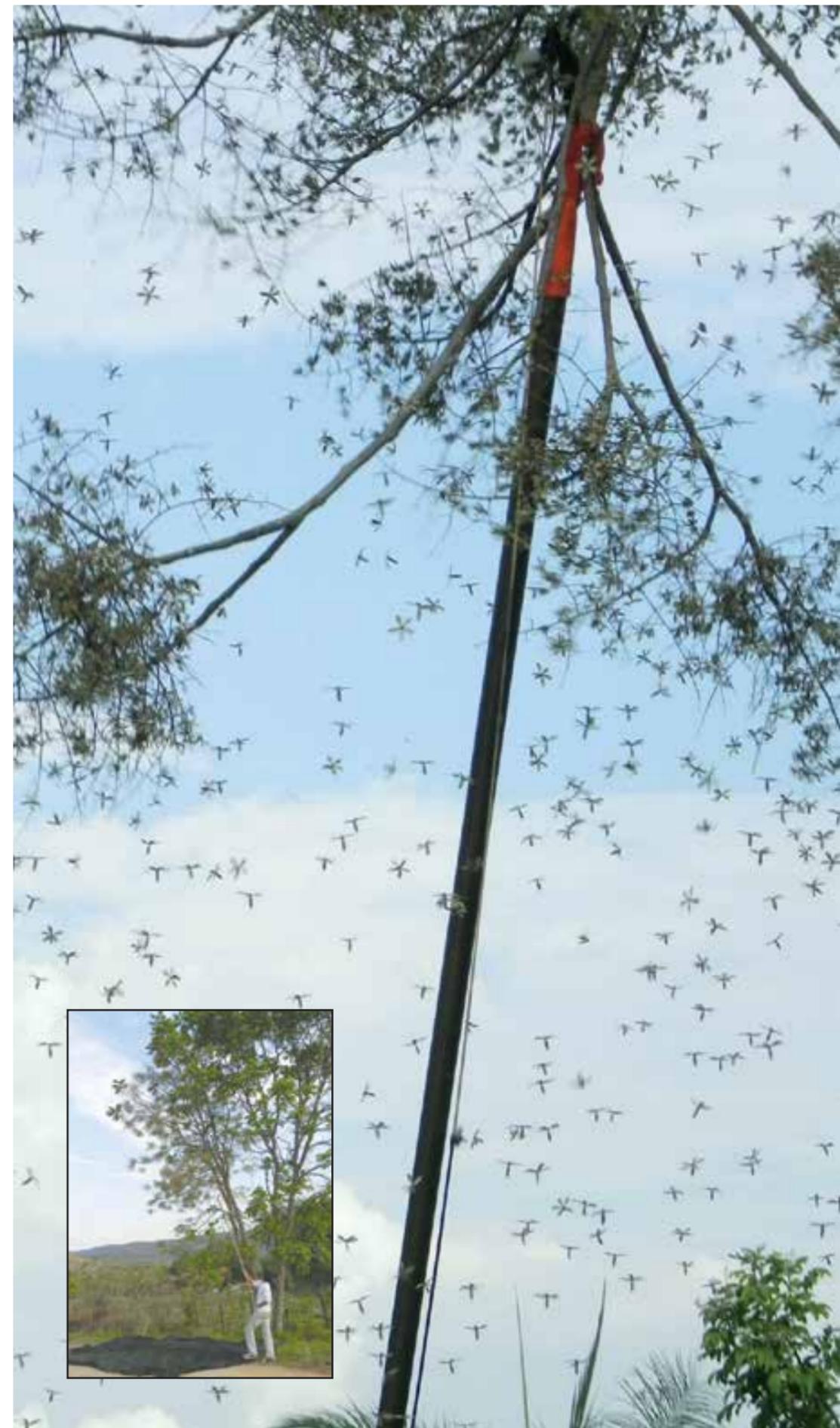








Com 2,9 milhões de habitantes (IBGE/2016), o Distrito Federal é abastecido por várias bacias hidrográficas, entre elas a do rio São Bartolomeu. O *Projeto de Revitalização de Áreas Degradadas da Bacia do Rio São Bartolomeu*, realizado pela Funatura, entre 2009 e 2015, possibilitou a produção e o plantio de milhares de mudas de espécies nativas do Cerrado nos locais mais vulneráveis. A coleta de sementes dessas espécies foi uma das atividades praticadas para a recuperação das áreas degradadas. O São Bartolomeu se encontra com o rio Corumbá, no município de Cristalina (GO).







Debates no Encontro dos Povos do Grande Sertão, em Chapada Gaúcha (MG)

A FUNATURA E O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)

Entre 1988 e 1989, por meio de convênio com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Funatura executou o projeto de revisão e atualização conceitual do conjunto de categorias de unidades de conservação (UCs) brasileiras, incluindo a elaboração de um anteprojeto de lei para dar suporte legal à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc).

Em setembro de 1989, o documento final foi entregue ao Ibama, que o submeteu ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Em junho de 1992, após apreciação do Conama, a Presidência da República encaminhou o Projeto de Lei do Snuc, ao Congresso Nacional. De 1992 a 2000, o projeto tramitou no Congresso tendo como relator o deputado federal Fábio Feldmann (PSDB/SP), entre 1993 e 1994, que elaborou um primeiro substitutivo, sem, no entanto, submetê-lo ao plenário da Comissão de Meio Ambiente.

O deputado federal Fernando Gabeira (PV/RJ) passou a relatar o projeto, em 1995. Nos anos seguintes, houve uma série de audiências públicas em vários estados, seminários, reuniões técnicas, dentre outros eventos. Foram elaboradas versões de substitutivos e, após muitos debates, finalmente em 18 de julho de 2000, foi aprovada a Lei nº 9.985 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc). A Funatura participou ativamente das discussões que aconteceram nesse período.

Naquela época, além de uma situação bastante insuficiente em termos de UCs existentes (apenas 2,4% da extensão territorial brasileira, incluindo as unidades federais e estaduais), havia um emaranhado de diferentes categorias a maior parte insuficientemente conceituada e funcionando sem integração. O governo federal possuía dois órgãos que administravam as UCs: o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF), vinculado ao Ministério da Agricultura, responsável pelos parques e florestas nacionais e reservas biológicas; e a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), vinculada ao Ministério do Interior, que respondia pelas estações ecológicas e áreas de proteção ambiental (APAs).

Assim, partiu-se do pressuposto que o Snuc deveria ser estruturado considerando a concretização dos objetivos nacionais de conservação estabelecidos para atender, da forma mais ampla possível, a todas as

necessidades relativas ao uso sustentável dos recursos naturais e à preservação do patrimônio natural brasileiro. O Snuc deveria ser flexível e moderno, de fácil entendimento, garantindo o amparo legal ao seu funcionamento e às categorias de manejo.

Todas as categorias previstas no anteprojeto foram aproveitadas na Lei do Snuc, com a inclusão, no grupo das UCs de uso sustentável, das categorias área de relevante interesse ecológico (Arie), reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) e reservas particulares do patrimônio natural (RPPN), que se somaram às categorias reserva de fauna, área de proteção ambiental (Apa), floresta nacional (estadual e municipal) e reserva extrativista (Resex). Com a aprovação, foram definidas as UCs de proteção integral parque nacional (estadual e municipal), reserva biológica, estação ecológica, monumento natural e refúgio de vida silvestre.

Um instrumento importante previsto no Snuc e que vem ganhando relevância nos últimos anos refere-se aos Mosaicos de Unidades de Conservação e outras Áreas Protegidas, o qual prevê que quando houver em um território um conjunto de UCs e outras áreas protegidas, públicas ou privadas, a sua gestão deverá ser feita de forma integrada e participativa considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. Desde 2009, a Funatura tem trabalhado, em parceria com outras instituições, na implementação do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu.

Apesar dos fortes embates e do longo tempo de tramitação, a proposta de anteprojeto elaborada pela Funatura foi um bom começo e resultou em uma lei que se mostrou equilibrada, ampla, avançada e moderna e, o mais importante, desde sua aprovação muitas UCs foram criadas em todos os biomas brasileiros.

PEC DO CERRADO – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, DE 6/6/1995

Há mais de 20 anos, tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 115, de 6/06/1995, que inclui o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional, a exemplo da Floresta Amazônica brasileira, da Mata Atlântica, da Serra do Mar, do Pantanal Mato-Grossense e da Zona Costeira. Desde sua apresentação ao Congresso Nacional, a Funatura atua, em conjunto com outras instituições, especialmente a Rede Cerrado, para a aprovação dessa PEC.

A nova legislação poderia estimular um maior investimento por parte do governo federal em ações de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento sustentável e, assim, frear a destruição descontrolada do segundo maior bioma do Brasil. Em agosto de 2006, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados criada para apreciar a referida a PEC aprovou a mesma por unanimidade, porém, desde então, está aguardando a sua entrada na pauta do Plenário.

Apesar do Cerrado ser um dos biomas mais ameaçados do Brasil, as políticas públicas adotadas para o desenvolvimento de áreas do Cerrado levam, quase que invariavelmente, à sua destruição. Poucas são as medidas tomadas no sentido contrário, ou seja, para manter o cerrado em pé.

À biodiversidade desse bioma, soma-se uma diversidade sociocultural extremamente rica, mantida, geração após geração, por grupos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

Ao longo das últimas décadas, observou-se que, caso a sociedade brasileira queira preservar o Cerrado, é preciso que haja uma mudança drástica na definição das políticas públicas socioambientais. São necessários novos instrumentos legais e recursos que facilitem o uso sustentável de produtos da sua biodiversidade e considerem os conhecimentos e formas tradicionais de extrativismo sustentável. Soma-se a tudo isso, a valorização dos recursos hídricos e das possibilidades do turismo ecocultural.

PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS INSTITUCIONAIS

Devido ao seu papel relevante no cenário nacional conquistado pela contribuição dada à conservação da biodiversidade brasileira, mais especificamente aos projetos executados no bioma Cerrado, a Funatura integra vários conselhos, comissões e comitês nacionais. Do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) à Conacer, Conabio, conselhos de unidades de conservação, dentre outros, a Fundação tem representado a sociedade civil nas últimas décadas.

No Conama, os conselheiros são eleitos por região e a Fundação, durante o período em participou de sua composição representou o Centro-Oeste. No Distrito Federal, integrou o Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal (Conam-DF) e também ocupou a posição de membro titular. Com relação aos comitês, a sua presença no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) – órgão que realiza a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos – evidencia a importância das atividades realizadas na região do Projeto Mosaico Veredas – Peruaçu (Mosaico SVP), em Minas Gerais, banhada pelo rio São Francisco.

CONSELHOS, COMISSÕES E COMITÊS

- ▶ **Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama):** 1992-1994 (membro titular), 1999-2001 (titular), 2011-2013 (titular)
- ▶ **Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal (Conam-DF):** 1997-2002 (titular)
- ▶ **Conselho Consultivo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas:** 2004-2018 (titular)
- ▶ **Conselho Consultivo do Parque Nacional de Brasília:** 2003-2018 (titular)
- ▶ **Conselho Consultivo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros:** 2010-2013 (titular)
- ▶ **Conselho Consultivo do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu:** 2010-2018 (titular e secretaria-executiva)
- ▶ **Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio):** 2002-2005 (titular) e 2006-2013 (suplente)
- ▶ **Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável (Conacer):** 2006-2008 (titular), 2011-2013 (titular) e 2014-2016 (titular)
- ▶ **Comissão Nacional de Áreas Protegidas** (titular)
- ▶ **Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia:** 2006-2013 (titular)
- ▶ **Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (SF9):** 2011-2012 (suplente), 2013-2015 (titular)

REDES DE ONGs E FÓRUNS

Desde a sua criação, a Funatura participa de atividades de mobilização social. Essa atuação é realizada por meio de intenso trabalho junto às redes, fóruns e associações que reúnem organizações não governamentais. Na Rede Cerrado – uma das mais importantes redes de organizações ambientalistas com presença nesse bioma – a Funatura desempenha funções de destaque.

A Fundação exerceu a Coordenação Geral da Rede Cerrado entre 2005 e 2006, e a presidência do Conselho Deliberativo de 2006 a 2010. Entre 2010 e 2016, fez parte da Coordenação, na função de coordenador financeiro. A Rede é uma articulação entre entidades sem fins lucrativos, iniciada em junho de 1992 durante o Fórum Global 92, realizado durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), como resultado da assinatura do Tratado dos Cerrados.

O objetivo da Rede – da qual participam representantes de povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, grupos organizados e entidades civis – é promover articulações políticas, e trocar experiências e informações que resultem na conservação e sustentabilidade do Cerrado. Em junho de 1999, durante o IV Encontro Nacional da Rede Cerrado, na cidade de Montes Claros (MG) foi aprovada a *Carta de Princípios para a Rede Cerrado*. Algum tempo depois, surgiu a Rede de Cultura do Cerrado – um desdobramento da Rede Cerrado –, criada com apoio da Funatura e da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Na condição de integrante do movimento ambientalista do Distrito Federal, a Funatura participou dos debates iniciais e acompanha a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT), que trata da promoção do desenvolvimento urbano, considerando as tendências demográficas, o perfil socioeconômico, o processo de uso e ocupação do solo, as políticas de desenvolvimento econômico e tecnológico, entre outras questões urbanas. O PDOT é o instrumento básico da política territorial e de orientação aos agentes públicos e privados que atuam na produção e gestão das localidades urbanas, de expansão urbana e rural desse território.

REDES, FÓRUNS E ASSOCIAÇÕES

- ▶ **Rede Cerrado:** Exerceu a Coordenação Geral entre 2005 e 2006, e a presidência do Conselho Deliberativo de 2006 a 2010. Entre 2010 e 2016 fez parte da Coordenação da Rede na função de coordenadora financeira, em Brasília.
- ▶ **Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação:** Curitiba (PR)
- ▶ **Rede Nacional de Organizações da Sociedade Civil para as Energias Renováveis (Renove):** Porto Alegre (RS)
- ▶ **Fórum das ONGs Ambientistas do DF e Entorno:** Exerceu a Secretaria Executiva, entre 2000 e 2003, em Brasília.
- ▶ **Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS):** Brasília (DF)
- ▶ **Associação de Proprietários de RPPNs do DF e GO:** Brasília (DF)

A IMPORTÂNCIA DOS ENCONTROS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO CERRADO

A atuação da Funatura, ao longo dos anos, expandiu-se consideravelmente da proteção e conservação do patrimônio natural para ações que abrangem a proteção do patrimônio cultural material e imaterial brasileiro, envolvendo comunidades tradicionais. Dentre os mais importantes projetos de caráter participativo e relacionados à conservação da biodiversidade envolvendo essas comunidades, destacam-se as ações nos estados de Minas Gerais e Goiás. Todas essas ações fazem parte da estratégia de conservação da biodiversidade do bioma, em especial nas áreas de entorno dos parques Grande Sertão Veredas e Chapada dos Veadeiros, para expansão da capacidade de conservação da biodiversidade dessas unidades de conservação e proteção da diversidade cultural regional.

No início dos anos 2000, a Funatura começou as articulações com organizações parceiras para promover encontros que envolvessem as comunidades residentes nas áreas de influência desses dois grandes parques nacionais. Foram divulgados os objetivos e a importância da participação das comunidades no processo, uma vez que a conservação de áreas protegidas depende do envolvimento da sociedade. Esses encontros seriam destinados ao fortalecimento do intercâmbio entre as populações locais, para preservar e fortalecer a cultura, estimular a conservação da biodiversidade com atividades sustentáveis, valorizar a participação comunitária, além apoiar a formação de RPPNs.

Para o sucesso da realização dos eventos, houve grande mobilização e aproximação direta com pessoas das comunidades. Estabeleceram-se parcerias com as prefeituras municipais, escolas, sindicatos, ONGs e órgãos dos governos federais, estaduais e municipais. No primeiro momento, ocorreram reuniões nos municípios de Alto Paraíso, São João D'Aliança, Cavalcante e Colinas do Sul (GO) e Chapada Gaúcha e Formoso (MG). Em todos os municípios, aplicou-se a mesma metodologia para a realização dos eventos, com adaptações e alterações necessárias às realidades locais.

Considerando que a valorização das expressões culturais ricas e originais é a melhor forma de abordagem em contextos semelhantes, a Funatura realizou intervenções teatrais e contações de histórias, entre outras atividades lúdicas para estimular a participação de pessoas de todas as idades. Em preparação ao que viria a ser os Encontros, houve a montagem de pequenas exposições de produtos fabricados com matéria-prima do Cerrado. Muitos proprietários de terras na região manifestaram interesse em criar RPPNs e foram cadastrados para contatos futuros.

Nessas reuniões – abertas ao público em geral –, houve a divulgação dos objetivos e da importância da participação das comunidades no processo, uma vez que a conservação de áreas protegidas depende da consciência da sociedade. Para facilitar a organização, formaram-se comissões de trabalho, cabendo a cada uma as atribuições específicas de acordo com as habilidades e relações distintas das pessoas envolvidas.

A base institucional da Funatura, em Chapada Gaúcha (MG), funcionou como alojamento para a equipe de produção e local de treinamento dos voluntários que atenderam o público interessado no processo de

constituição das RPPNs. Os voluntários – universitários de várias áreas da Universidade de Brasília (UnB), Faculdade da Terra de Brasília e Centro Universitário de Brasília (Uniceub) – aplicaram questionários, ministraram oficinas, inscreveram e orientaram os participantes das reuniões.

Após mais de uma década do início dos encontros, houve o aumento do número de proprietários de terras interessados na criação e implementação de RPPNs, e a possibilidade de criação de novas categorias ou categorias inéditas de UCs nas áreas de influência dos parques nacionais. Entre os aspectos positivos está a formação de uma consciência ambientalista, principalmente entre os alunos e professores de escolas de 1º e 2º graus das comunidades envolvidas, além da compreensão da cultura como instrumento de valorização e afirmação da autoestima dessas comunidades.

Atualmente, os Encontros são reconhecidos pelo fortalecimento dos laços de solidariedade e muitos se consolidaram como eventos oficiais que reúnem arte, cultura e meio ambiente. As avaliações indicam que as iniciativas datadas do final da década de 1990 se transformaram em instrumentos de suma importância no processo de mobilização social e consolidação do estabelecimento de RPPNs. O resultado é o crescimento da credibilidade, confiança e visibilidade da Funatura, e o fortalecimento e formação de novas parcerias institucionais e comunitárias em uma extensa área do bioma Cerrado.

Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas

Desde 2002, a Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha e parceiros do município adotaram o Projeto Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, idealizado e apresentado às comunidades pela Funatura. O evento ocorre, anualmente, com extensa programação cultural e ampla participação das comunidades locais e populações dos municípios vizinhos. Um dos aspectos positivos da iniciativa é o fortalecimento das parcerias e a oportunidade de negócios para os pequenos produtores rurais e artesãos, demonstrando o verdadeiro valor do “cerrado em pé”, e favorecendo a economia local, a preservação dos recursos naturais e a geração de trabalho e renda.

A cada ano, o Encontro dos Povos do Grande Sertão acontece na cidade de Chapada Gaúcha, porta de entrada do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (Parna GSV). A Prefeitura Municipal, a Agência de

Desenvolvimento Local e Integrado (Adisc), o Instituto Rosa Sertão e a Escola Municipal Moacir Cândido promovem o Encontro em parceria com a Funatura e outras instituições locais, regionais e nacionais. Esse evento foi criado para valorização e conservação do patrimônio natural e da cultura tradicional das comunidades da região do entorno do Parque GSV, além da geração de renda, em bases sustentáveis. É a cultura, o meio ambiente e a sustentabilidade caminhando juntos.

O Encontro reúne milhares de pessoas que participam das atividades e assistem às apresentações de Folia de Reis, Dança de São Gonçalo, sussa, catira, manzuá, dança de roda, moda de viola e dança gaúcha. Artesãos e fiandeiras vendem produtos tradicionais do sertão, as escolas organizam exposições e apresentações de seus alunos, como o *Corredor da História* que reúne fotografias, documentos antigos e históricos, objetos e informações sobre o município. Debates e mesas redondas despertam o interesse sobre a conservação da biodiversidade brasileira.

Três importantes comemorações marcaram os Encontros realizados: em 2006, ressaltou-se os 50 anos de uma das mais importantes obras da literatura brasileira, o livro *Grande Sertão: Veredas*; em 2008, ano centenário de nascimento de João Guimarães Rosa; e em 2009, com a programação especial que marcou os 20 anos de criação do Parna GSV. Em consequência, Chapada Gaúcha, município do norte mineiro, se consolidou como sede de uma das mais importantes festas do gênero, no sertão de Minas Gerais.

Encontro dos Povos da Chapada dos Veadeiros

Na área de influência do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, a Funatura apoiou os Encontros dos Povos da Chapada dos Veadeiros realizados entre 2003 e 2006, nas cidades de Cavalcante, Colinas do Sul, São João D’Aliança, Alto Paraíso e Teresina de Goiás. A programação incluiu mesas redondas e debates sobre aspectos culturais e ambientais da região, além das possibilidades de desenvolvimento, abordando questões específicas como RPPNs, ecoturismo, comunicação entre as comunidades e municípios (estradas, telecomunicação, entre outros) e artesanato.

Grupos locais e de municípios vizinhos apresentam números musicais, danças, teatro, e apresentações da Festa Caçada da Rainha (de Colinas do Sul) e do Congo (de Niquelândia). Contadores de histórias reúnem crianças e adultos para ouvi-los e os alunos das escolas locais organizam a exposição *Corredor da História*, como também ocorre em Chapada Gaúcha (MG).

Encontro de Arte, Cultura e Meio Ambiente

Realizado pela Prefeitura Municipal de Formoso (MG) e a Funatura, o Encontro de Arte, Cultura e Meio Ambiente aconteceu em 2003, 2009 e 2011. Para valorizar a cultura tradicional dos povos da região, são organizadas apresentações e manifestações culturais diversas, feiras de produtos do Cerrado, exposições de artesanato, além de mesas redondas onde são debatidos temas importantes para o desenvolvimento sustentável regional.

Na cidade, às margens do lago de Formoso (MG), em uma área ampla e arborizada, a população se beneficia de momentos de lazer e usufrui das manifestações culturais da região. A Prefeitura Municipal, entidades e lideranças locais reúnem-se para organizar o evento.

Dois pontos altos do Encontro foram a *Feira de Talentos e Produtos* (com *stands* repletos de doces, compotas, comidas e bebidas típicas, artesanato em palha de buriti, móveis rústicos, sementes, entre outros produtos) e a *Casa das RPPNs* (*stand* montado pela Funatura, onde técnicos fornecem informações e orientações sobre a criação de RPPNs, cadastram proprietários, e distribuem material informativo sobre essas UCs).

Encontro e Feira dos Povos do Cerrado

O primeiro Encontro e Feira dos Povos do Cerrado foi realizado em Goiânia (GO), em 2001, e desde então, além de Goiânia, ocorreram encontros em Montes Claros (MG) e Brasília, organizados pela Rede Cerrado. São encontros nacionais que têm sido realizados a cada três anos. A Funatura participou do lançamento desse evento e continua como uma das organizações apoiadoras.

Consolidado como um espaço para troca de experiências que resultem na conservação do Cerrado e na promoção de meios de vida sustentáveis, entre outros benefícios, o Encontro e Feira dos Povos do Cerrado reúne lideranças vindas de várias regiões onde há Cerrado (Distrito Federal, Goiás, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso, Piauí, São Paulo e Bahia), gestores públicos, representantes de organizações ambientalistas e pesquisadores, estudantes e outros diversos públicos.

REGISTRO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DAS COMUNIDADES DO CERRADO

Inventário dos Bens Culturais Materiais e Imateriais do Assentamento São Francisco

Nas regiões onde está presente, a Funatura sempre contribui para a preservação do conhecimento tradicional. O *Inventário dos Bens Culturais Materiais e Imateriais da Comunidade do Assentamento São Francisco Oriunda do Parque Nacional Grande Sertão Veredas* foi desenvolvido entre 2005 e 2008, por meio de convênio firmado com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), vinculado ao Ministério da Cultura (MinC). Criado a partir da junção das fazendas São Francisco e Gentio, no município de Formoso (MG), o assentamento – onde vivem cerca de 90 famílias – situa-se a cerca de 40 km dos limites do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (Parna GSV).

Esse projeto reuniu informações e dados sobre os bens indicados pelos moradores do Assentamento São Francisco, como celebrações (Folia de Reis, Festa de São João – Bela Lorena, Festa de São João – Cajueiro, Festas de Casamento, Festa do Divino – Formoso), edificações, formas de expressão, lugares, ofícios, modos de fazer e viver dos povos do Cerrado. Foram produzidos o CD duplo intitulado *Grande Sertão Veredas: Musicalidade das Comunidades Oriundas do Parque Nacional*, o CD-ROM contendo o texto *Inventário dos Bens Culturais da Comunidade do Assentamento São Francisco Oriunda do Parque Nacional Grande Sertão Veredas*, e o livro *A Luz que nos Ilumina – Imagens e Dizeres da Comunidade São Francisco Oriunda do Parque Nacional Grande Sertão Veredas*.

Projeto Caminhos da Missão Cruls

Desenvolvido em parceria com o Governo do Distrito Federal (GDF) e consultoria da Tríade Patrimônio e Turismo, a Fundação executou o *Projeto Caminhos da Missão Cruls* para incrementar o turismo ecocultural, na região, e valorizar o legado da expedição do astrônomo Luis Cruls que, em 1894, liderou um grupo de cientistas para o estudo da Nova Capital. Tal estudo deu origem ao famoso Relatório da Expedição Cruls, que originou a mudança da capital do Brasil para o Centro-Oeste. Em decorrência desse projeto, a Fundação lançou, em 2008, o *Programa de Turismo Educativo Caminhos da Missão Cruls*.

Como desdobramentos, ocorreram atividades de campo realizadas com a utilização de um *kit* contendo a série de vídeos *Caminhos da Missão Cruls* e as publicações o *Almanaque do Aluno* e o *Guia do Mestre*.

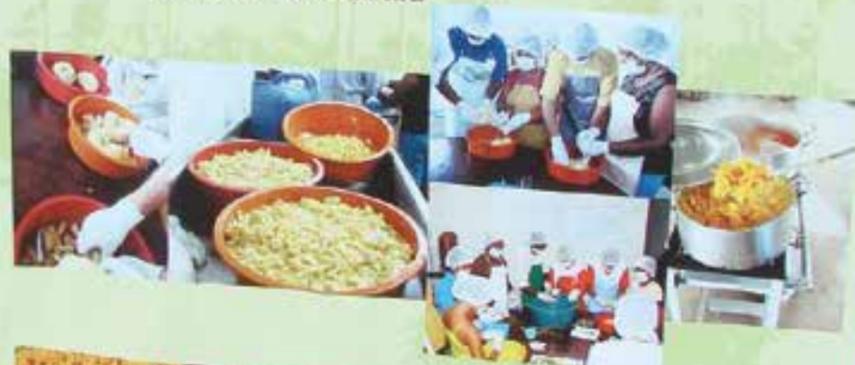
A distribuição deste material abrangeu escolas do Distrito Federal e de cidades situadas na rota da Missão (Pirenópolis, Cocalzinho, Abadiânia, Goiânia, Formosa, Luziânia e Corumbá, em Goiás). Todas as ações tinham como objetivo valorizar o patrimônio histórico, cultural e natural dessa região, ao enriquecer as atividades curriculares e extracurriculares dos alunos das escolas do Ensino Fundamental.



Espalhado pelo interior do Brasil, o bumba meu boi ou boi bumbá, é uma manifestação cultural que também está presente entre as comunidades tradicionais que fincaram suas raízes na região onde surgiram, a partir do século XIX, os municípios que formam, atualmente, o Mosaico Sertão Veredas Peruaçu (SVP), inclusive o Parque Nacional Grande Sertão Veredas (Parna GSV). Em Itacarambi, a criatividade popular também se manifesta durante as comemorações do Dia de Reis e das festas juninas (São João, Santo Antônio e São Pedro), quando os grupos dos bois desfilam pela cidade.

Cooperativa Regional de Produtores Agrissilviextrativistas Sertão Veredas

CHAPADA GAÚCHA-MG



Com a inauguração da segunda etapa da Unidade de Beneficiamento da Coop Sertão Veredas, em Chapada Gaúcha, em 2011, durante o X Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, os pequenos produtores das comunidades do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu iniciaram uma nova etapa na busca de geração de renda e fortalecimento da agroindústria com sustentabilidade. Durante os encontros, também foram organizados debates sobre diversos temas e reuniões, inclusive a reunião trimestral do Conselho Consultivo do Mosaico.







O primeiro Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas aconteceu em 2002, em Chapada Gaúcha (MG) – cidade sede de um dos municípios do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. Desde então, com apoio da Funatura e de muitos outros parceiros, as comunidades da região festejam e as escolas organizam o Corredor de História. Barracas de artesanato expõem a bela tecelagem de Arinos, as peças em madeira e palha de Uruçuia, e as cerâmicas da Comunidade do Candeal, localizada no município de Cônego Marinho.











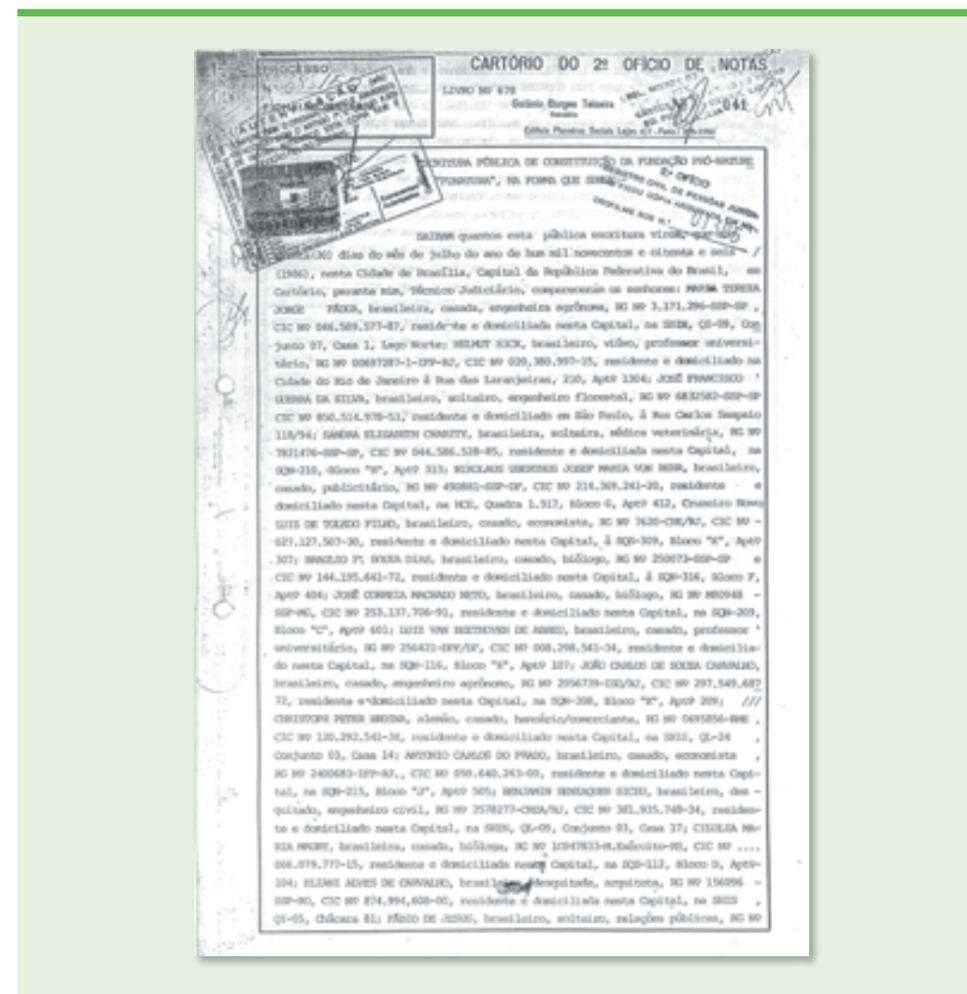


Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu

6

Homenagem aos Fundadores e Colaboradores

O documento oficial de criação da Funatura registrou a assinatura de alguns dos mais importantes pesquisadores e profissionais das ciências ambientais e afins, associados a militantes da causa ecológica, no Brasil. Todos participaram, de diferentes formas, da história de uma das mais importantes organizações não governamentais que atua, desde 1986, na proteção e conservação da biodiversidade brasileira.



Neste Capítulo, são homenageados os seus fundadores entre os quais estão presidentes e conselheiros, e muitos colaboradores técnicos, que deram significativa contribuição às ações e projetos desenvolvidos pela Fundação durante três décadas. Os depoimentos enviados por alguns dos homenageados revelam que o trabalho da Funatura mescla-se com a história das primeiras iniciativas de conservação da biodiversidade, no Brasil.

PRESIDENTES



Maria Tereza Jorge Pádua

05/09/1986 a 22/03/1992
14/08/1995 a 02/09/1998
02/09/1998 a 08/08/2001



Paulo de Tarso Zuquim Antas

22/03/1992 a 22/10/1992



Bráulio Ferreira de Souza Dias

22/10/1992 a 27/04/1993



Lídio Coradin

27/04/1993 a 11/08/1994



Luiz Van Beethoven de Abreu

11/08/1994 a 14/08/1995



Henrique Brandão Cavalcanti

08/08/2001 a 09/12/2004

Presidentes do Conselho de Curadores e Diretores-Presidentes

Em dezembro de 2004, foram aprovadas modificações no Estatuto da Funatura e sua administração passou a ser realizada por um Conselho de Curadores e um Diretor-Presidente.

Luiz Van Beethoven de Abreu

Presidente do Conselho de Curadores

Henrique Brandão Cavalcanti

Diretor-Presidente

09/12/2004 a 23/04/2005
23/04/2005 a 24/05/2011

Herbert O. R. Schubart

Presidente do Conselho de Curadores

Henrique Brandão Cavalcanti

Diretor-Presidente

24/05/2011 a 31/05/2013

Raimundo Alves de Lima Filho

Presidente do Conselho de Curadores

Herbert O. R. Schubart

Diretor-Presidente

31/05/2013 a 23/05/2014

Humberto Cardoso Gonçalves

Presidente do Conselho de Curadores

Herbert O. R. Schubart

Diretor-Presidente

23/05/2014 a 23/05/2017

DEPOIMENTOS



MARIA TEREZA JORGE PÁDUA

Fundadora e ex-presidente da Funatura, é um dos nomes mais importantes do Brasil, no que se refere à criação de áreas protegidas para conservação da biodiversidade. Em 2016, seu trabalho foi mais uma vez reconhecido internacionalmente com a premiação concedida pela União Internacional pela Conservação da Natureza (IUCN), ao ser agraciada com a Medalha John C. Phillips. Maria Tereza é a segunda mulher que recebe essa medalha. Antes dela, a premiada foi Indira Gandhi, eleita em 1966 a primeira mulher chefe de governo na Índia.

“Alguns amigos conservacionistas e eu mesma vivíamos há décadas em Brasília ou em outras áreas da Região Centro-Oeste, onde predomina o Cerrado. Vivi 36 anos em Brasília e tive a oportunidade de viajar muito pelo Cerrado para visitar seus parques nacionais e áreas protegidas. Fomos testemunhas, portanto, do começo da enorme destruição e do grande desprezo que se dava a este rico e espetacular bioma. Ninguém em geral se preocupava com o Cerrado. Servia para a criação de bois e, pela sua excelente topografia, começava a surgir uma incipiente agricultura, usando-se como principal ferramenta o fogo.

Christopher Hrdina, Ibsen de Gusmão Câmara, Cleber Alho, Angela Tresinari, professor Griphit, Paulo Zuquim Antas, Luiz Van Beethoven Benício de Abreu e eu começamos a nos reunir em uma sala cedida pela Companhia Energética de São Paulo (Cesp) em seu escritório, em Brasília, com total anuência do professor José Goldemberg para bolar uma instituição cujo objetivo seria começar a valorizar a importância da conservação da natureza nesse bioma.

Naquela ocasião, o Brasil possuía tão somente uma fundação dedicada ao tema e que trabalhava eminentemente na Mata Atlântica, a então muito conhecida Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) sediada no Rio de Janeiro, estabelecida na década de 1950.

Optamos, assim, por criar uma fundação que se dedicaria ao Cerrado. Depois de muito trabalho e ajuda de várias pessoas e até de organizações não governamentais do exterior como a *The Nature Conservancy* (TNC) e a *Conservancy International* (CI), com total suporte de Russell Mittermeier e Thomas Lovejoy e de várias universidades, instituições de pesquisas do setor privado, preparamos um rascunho de estatuto e dois possíveis programas: Parque Nacional do Grande Sertão Veredas e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

Embora pudéssemos conseguir recursos para os dois programas, não tínhamos onde funcionar como uma instituição própria e se criou, então, um impasse difícil de ultrapassar. Eis que Christopher Hrdina nos ofereceu 70 metros quadrados de seu escritório, em Brasília, para que nele funcionasse a Funatura. Ofereceu essa sala em quadra nobre do Lago Sul e nosso telefone ficou sendo uma extensão do dele.

Sem esta decisão e generosa oferta de Christopher, a Funatura talvez não tivesse existido.

Foi a segunda Fundação, com estas características, estabelecida no Brasil. Como mencionado, existia apenas a FBCN. Em seguida, felizmente, surgiram a SOS Mata Atlântica e a Biodiversitas.

Nesses 30 anos, que agora comemoramos, foi criado o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, graças ao trabalho da Funatura e ao suporte de muitas outras pessoas e instituições. Além de seu Plano de Manejo, a Fundação participou e participa de sua implementação e fiscalização, e conseguiu – para a manutenção do Parque – o único projeto de conversão da dívida externa aprovado no Brasil. Estabeleceu uma RPPN reconhecida pelo Poder Público e ajudou ONGs e organizações governamentais a estabelecerem várias outras no Cerrado.

Evidentemente, fez muito mais nas últimas décadas. Entretanto, menciono os dois programas acima porque foram os pais da credibilidade da instituição e se coadunam com o norte da mesma, que não pode e não deve mudar. Faz-se, na Funatura, o que é mais significativo e efetivo para a conservação da natureza: unidades de conservação e áreas protegidas.

Parabéns a todos que tanto contribuíram para sua efetiva implementação e tanto fizeram em benefício de comunidades locais e de serviços ambientais para as mesmas.”



Em abril de 1996, a então presidente da Funatura, Maria Tereza Jorge Pádua, visitou o local onde foi implantado a RPPN Santuário de Vida Silvestre (SVS) Morro dos Cabeludos, no município de Pirenópolis, em Goiás. Em companhia do proprietário da RPPN, Gilberto Morato (último, à direita), o grupo percorreu a área localizada no entorno do Parque Estadual dos Pirineus, criado para proteger importante área de Cerrado e o divisor continental de duas importantes bacias hidrográficas brasileiras: a Bacia Platina e a Tocantinense. Participaram da caminhada Cleber J.R. Alho (então 1º. vice-presidente da Fundação), Jonathan Lash e Nigel Sizer (do *World Resources Institute – WRI*) e Cesar Victor do Espírito Santo (superintendente-executivo da Fundação), da esquerda para a direita.



ALDENIR CHAVES PARAGUASSÚ

Arquiteto e urbanista, atuou em instituições federais desde 1975, como a Agência Nacional de Águas (Ana), e Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (Saic) do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Acompanhou importantes momentos dos desdobramentos da inclusão das questões ambientais nacionais e internacionais na pauta dos governos brasileiros. Conselheiro da Funatura e colaborador desde os primeiros anos, atualmente é o Administrador Regional do Lago Sul, um dos bairros de Brasília (DF).

“Desde o início da década de 30 do século passado, o Brasil já cuidava institucionalmente das suas florestas e suas águas por meio dos Códigos Florestal e de Águas. Em junho de 1972, acontece a Conferência de Estocolmo e, em 1973, em pleno Governo Militar (Emílio Garrastazu Médici), é criada, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema). Três grandes protagonistas participaram diretamente dessa irreversível empreitada, José Costa Cavalcanti (ministro do Interior e chefe da Delegação Brasileira na Conferência de Estocolmo), Henrique Brandão Cavalcanti (secretário geral do Ministério do Interior e um dos quatro delegados na Conferência), e o até então iniciante no novo ofício, Paulo Nogueira Neto.

Os dois primeiros, os Cavalcanti(s), tomaram a iniciativa e elaboraram todos os documentos necessários para convencer o então presidente Emílio Garrastazu Médici assinar o Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, que criou a Sema. Estava dado o primeiro e talvez o mais ousado passo para a institucionalização do Meio Ambiente, no Brasil.

Conta o Henrique Brandão, em conversa pessoal, a tensão do despacho com Médici, embora com o respaldo do Ministro do Interior, a estratégia para demonstrar a importância local, nacional

e mundial do tema Meio Ambiente e o que representaria a criação de uma instituição na estrutura do Estado brasileiro, embora soubesse que sequer havia um espaço físico, um corpo técnico e um orçamento. Tudo partiria do zero, mas já estava em seus planos o amigo paulistano, esposo de Dona Lúcia, o professor, pesquisador e cientista Paulo Nogueira Neto. Com o Decreto nas mãos, o difícil foi convencer Dona Lúcia. Paulo Nogueira organizou e dirigiu a Sema por mais de doze anos, de 1974 a 1986.

Houve um tempo de conflitos e contradições. Como estruturar dentro do Ministério do Interior uma secretaria, com um quadro reduzidíssimo de pessoal, dentre os quais se destacava o chefe de gabinete, nosso Conselheiro Estanislau Monteiro, que em nome do governo pretendia estabelecer cuidados, métodos e procedimentos na maioria ainda desconhecidos, outros não praticados e quase sempre vistos pelo próprio governo como impedidores do “desenvolvimento”. Principalmente naquele momento em que as exportações agrícolas voltavam a crescer, especialmente a partir da década de 1970 e os espaços vazios precisavam ser explorados e a fronteira agrícola ampliada?

O governo aposta e investe firme nas políticas de desenvolvimento regional, tendo os programas Especiais para regiões específicas da fronteira agrícola como um dos instrumentos mais fortes de modernização da agricultura, como foi o caso do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro). Desenvolve-se a tecnificação da agricultura com uso de força mecânica e uso intensivo de insumos químicos modernos (?). Os incentivos especiais eram capitaneados pelo crédito rural oferecido em condições muito vantajosas (subsidiados) e abundantes. As terras do Cerrado não valiam a cerca que as cercavam. Os impactos eram inexoráveis como hoje se tem certeza e os embates permanentes.

Nesse clima de acertos e contradições, avanços e recuos se ultrapassou o governo militar. O processo de destruição permanente e crescente do Cerrado exigia medidas e providências. Sua importância e a riqueza de sua biodiversidade aliadas ao valor estratégico de seus recursos hídricos eram os argumentos mais fortes e inquestionáveis para a mudança das práticas e do tratamento até então dispensados a um dos biomas mais importantes, tratado simplesmente como um mero espaço geográfico sem nenhuma importância.

A ocasião e as circunstâncias criaram o que se pode chamar de “ambiente perfeito” para uma empreitada ambiciosa e corajosa, que dentre outros tantos propósitos, se dispôs a resgatar o Cerrado da sua vulnerabilidade ambiental, institucional e legal, e posicioná-lo no seu devido lugar nos cenários nacional e global. Assim, em 1986, um grupo de profissionais ligados à área de meio ambiente, com forte respeitabilidade e representatividade no Brasil e no exterior, do qual se pode destacar Maria Tereza, que o jornalista Silvestre Gorgulho, também membro desse grupo, chamou no jornal *Folha do Meio* de Maria Natureza, criou a Funatura – uma das primeiras ONGs brasileiras que logo adiante (1987) foi reconhecida como de Utilidade Pública.

Segundo escreveu Gorgulho, um de seus fundadores *“Muitos doaram recursos para o fundo necessário, entre eles Paulo Nogueira Neto, José Goldemberg, Thomas Lovejoy, Russel Mittermeier, Roberto Klabin, Roberto Marinho, Rodrigo Mesquita, João Carlos Carvalho, Luiz van Beethoven, Benício de Abreu, algumas empresas e nós mesmos, os sócios fundadores”*.

A partir daí a Funatura foi conquistando espaço, credibilidade e respeito. Muitos outros brasileiros a ela orgulhosamente se juntaram, como é o meu caso, para oferecer qualquer que fosse a ajuda ou contribuição. Apostando na diversidade de visões e opiniões, avançamos. Produzindo transformações as mais diversas, a ponto de encerrar precocemente a carreira promissora de um tenista brasileiro e transformá-lo num consagrado gestor ambiental. Embora não tenha sido um dos seus fundadores, as mais de duas décadas de trabalho incansável, impossível dissociar a Funatura do nome do engenheiro florestal Cesar Victor do Espírito Santo.

Neste preciso momento, a Fundação Pró-Natureza abre seu coração, aproveitando a crise como oportunidade, para atualizar seus conceitos, obrigações e compromissos para o futuro ao rever seu Estatuto. Que a defesa e a promoção do Meio Ambiente e da Sustentabilidade, aliadas à Educação, à Cultura e a cada vez mais expressiva participação das Comunidades possam, em parcerias diversas com Empresas, Universidades, Instituições de Pesquisas e outros, explorar “nichos” de Negócios Ambientais, saindo honrosamente da mesmice das práticas ambientais para ambientalistas. É só mais um desafio!”



CARLOS ALBERTO RIBEIRO DE XAVIER

Economista, funcionário público há mais de 40 anos; foi Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, do Iphan, Chefe de Gabinete do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, em várias gestões. Atualmente, é Assessor do Secretário de Cultura do Governo do Distrito Federal.

“Para falar do ambiente institucional e político em que foi criada a Fundação Pró-Natureza (Funatura), vale lembrar algumas coisas, a começar por uma citação (para os leitores mais jovens): um trecho da abertura do livro *Earth, one World in Our Common Future*:

‘Em meados do século XX vimos nosso planeta do espaço pela primeira vez. Talvez os historiadores venham a considerar que este fato teve maior impacto sobre o pensamento do que a revolução de Copérnico no século XVI, que abalou a auto-imagem humana ao revelar que a Terra não era o centro do universo. Do espaço o que se vê é uma bola frágil e pequena, dominada não pela ação e pela obra do homem, mas por uma disposição ordenada de nuvens, oceanos, vegetação e solos. O fato de a humanidade ser incapaz de agir conforme essa ordenação está alterando fundamentalmente o sistema planetário. Muitas dessas alterações acarretam ameaças à vida. Esta realidade nova, da qual não há como fugir tem de ser reconhecida – e enfrentada.’

Essa obra coletiva foi escrita pela Comissão da ONU que preparou a ECO-92, e incluiu um único brasileiro, o Dr. Paulo Nogueira Neto, é um documento-síntese do processo de globalização da questão ambiental, pois a Comissão presidida pela ex-Primeira Ministro da Noruega e Ex-presidente da Organização Mundial de Saúde, a médica Gro Brudtland viajou por todo o mundo para discutir a questão com as comunidades. Constatou-se a surpresa, apreensão e às vezes choque das populações com as mudanças climáticas que se anunciavam; com as informações precisas, possíveis agora com os satélites monitorando o planeta e o espaço; com a revelação dos estudos e análises sobre buracos na camada de ozônio e suas consequências mais previsíveis. Tudo isso provocava uma atenção globalizada do problema, pois se dizia “um rio poluído que faz um percurso entre estados ou países não pode ser tratado sob a responsabilidade de apenas uma das comunidades”. Todos os habitantes da respectiva bacia hidrográfica devem se envolver. O ambiente não respeita limites políticos ou linhas imaginárias entre os biomas e ecossistemas.

Em uma reunião do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), em 1989 fiz a palestra *O Patrimônio Submerso* e onde fazia considerações sobre o fenômeno e dos efeitos da alteração do clima pela entrada de raios solares sobre as calotas polares, o degelo, o aumento dos níveis dos mares e oceanos. Apenas como especulação imaginava, por exemplo, como seria a Praça XV no Rio, coberta de água e o Paço Imperial

passando à condição de patrimônio submerso? E como seria inusitada a chegada, de barco, ao Mosteiro de São Bento? Pois não haveria mais acesso por terra, pela ladeira. Imaginava, também, como seria a paisagem da Lagoa Rodrigo de Freitas e do Jardim Botânico, se o nível do mar subisse dois ou três metros. As imponentes palmeiras imperiais, submersas até certa altura?

Retrocedendo no tempo, observa-se que foi a partir dos anos 1930. E, na sequência, com o surto de crescimento do Pós-Guerra e dos anos 1950 começou a se consolidar a diversificação do parque industrial do Brasil. Justamente nesse período surgiu a primeira entidade de defesa do meio ambiente, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), como um contraponto às consequências do progresso, do avanço das fronteiras agrícolas e da industrialização acelerada, constantes ameaças às áreas naturais. Um de seus fundadores Luiz Simões Lopes era gaúcho, formado em agronomia em Belo Horizonte. Simões Lopes foi secretário de Getúlio Vargas e o primeiro diretor geral do Serviço Florestal e ajudou a criar a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Na década de 1960, em todo o mundo, começava a surgir uma preocupação maior com a natureza, culminando com a divulgação dos documentos do Clube de Roma.

A preocupação com o meio ambiente chega na década de 1970, ao mesmo tempo que a epopeia revolucionária do “Brasil Grande”, quando acontece a primeira Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente, em 1972, em Estocolmo. O Brasil vivia um novo processo de crescimento, com slogans como o “Brasil Grande”, “pra-frente Brasil”, “ninguém segura este país”. Foi quando nasceram os polos de desenvolvimento e os programas de interiorização do desenvolvimento, como o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), a Transamazônica, etc. A economia crescia a taxas que muito gostaríamos de ver hoje em dia.

Como o Brasil tinha assinado a convenção resultante da reunião de Estocolmo, voltamos com muitos deveres de casa. Durante os cinco anos do governo Geisel a área de Planejamento e da Conservação da Natureza do IBDF, que havia sido esvaziada no período anterior, e a Sema, no Ministério do Interior, iriam ganhar cada vez mais espaço de trabalho dentro do governo. O primeiro com o planejamento e estudos para criação dos parques nacionais e reservas equivalentes (sic), coordenadas pela pioneira Maria Tereza Jorge Pádua e a segunda com a criação de novas unidades de conservação, as estações ecológicas, essas sob a orientação competente de Paulo Nogueira Neto.

Foi-se criando um ambiente de diálogo dentro do governo e surgiu uma massa crítica, grupos de servidores públicos bem treinados, como os engenheiros florestais que fizeram, a partir de 1977, o primeiro curso de sensoriamento remoto no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em São José dos Campos (SP), para usar as imagens de satélites no monitoramento dos reflorestamentos e dos desmatamentos, ou de cursos de planejamento florestal que formou quadros para o futuro autossustentável da siderurgia e da então promissora indústria do papel e celulose.

Vinte anos depois, veio a realização da RIO-92, a grande conferência da ONU realizada no Rio de Janeiro. Aí, sim, observou-se uma mudança radical

no discurso do governo em relação ao assunto. Se na primeira reunião, em Estocolmo, o governo brasileiro brigava pelo desenvolvimento nacional e convivíamos em um ambiente político em que alguns defendiam até a fumaça como sinal de progresso, na Rio-92 o Brasil patrocinou a realização do encontro trazendo dezenas de chefes de Estado e de Governo ao Rio de Janeiro para defender o oposto. De fato, foi um divisor de águas.

É isso mesmo, 1992 é o momento em que todo o governo se compromete com a questão ambiental, formalmente, mas antes, em 1989 – no governo José Sarney – já fora criado o Ibama, uma autarquia nova que juntou o IBDF, a Sema, a Sudepe e a Sudhevea. Também foi na década de 1980 que começaram a se organizar em todo o país as entidades não governamentais para complementar a ação do governo, como foi o caso da Funatura, da SOS Mata Atlântica e muitas outras. O governo Fernando Collor elevou o status institucional nomeando José Lutzenberger para uma Secretaria do Meio Ambiente, diretamente ligada à Presidência da República. Mas era fogo de palha e durou pouco. Depois, no governo Itamar Franco, a secretaria virou Ministério do Meio Ambiente e assumiu uma posição forte dentro da estrutura do governo, incorporando a Amazônia Legal e chamando o Embaixador Ricupero de Washington para assumir a Pasta.

Foi também na gestão do presidente Itamar Franco que ocorreu formalmente uma mudança, quando criou-se o primeiro núcleo de educação ambiental do MEC. Este núcleo, ligado diretamente ao gabinete do ministro, na época o Professor Murílio Hingel, desenvolveu um importante trabalho de base, em todas as Secretarias do MEC, e em todos os Estados treinando agentes públicos vinculados ao MEC por intermédio das Delegacias Estaduais, as DEMEC. Esse trabalho fez surgir a semente de uma nova mentalidade para a questão ambiental na educação. Diferentemente da cultura que foi se afastando da escola e da educação, a Educação Ambiental é um tema que tem um histórico bem particular, pois se trata de um conteúdo novo que chegou ao Ministério, às Secretarias de Educação e às escolas por pressão da sociedade. As organizações da sociedade já agiam politicamente na Constituinte, na preparação da ECO 92 e continuou pressionando. Hoje, mais de 90% das escolas públicas desenvolvem alguma atividade de educação ambiental.

Surgiram ainda entidades maiores e mais organizadas, com corpo técnico e administrativo, conselhos representativos, como a Funatura, capazes manejar recursos externos e do governo e de executar projetos de grande porte, com sucesso, como o Parque Grande Sertão Veredas. Hoje, essas organizações do terceiro setor são um importante braço executivo, parceiras indispensáveis nas três esferas de governos,

Esta em vigor a legislação que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Para além da educação ambiental formal e não formal, essa e outras normas legais estabelecem hoje, claramente, os papéis dos vários atores sociais. Tudo está estabelecido para cumprirem e fazerem cumprir as funções dos órgãos governamentais e de regularem a participação dos diversos segmentos organizados da sociedade. A Funatura e outras ONGs são partes importantes dessa história.



CHRISTOPH PETER HRDINA

Pioneiro em empreendimentos de turismo ecológico, no Brasil, desde a década de 1980. Referência internacional na organização e condução de grupos de observadores de aves, viajava por todo o país em busca dos mais belos e protegidos recantos da natureza onde pudesse trabalhar. Um desses locais foi o Vale dos Beija-Flôres, no município de Santa Tereza (ES), onde conheceu Augusto Ruschi que estudava essas aves. Com Maria Tereza Jorge Pádua, deu os primeiros passos para a criação da Funatura e foi presidente do Conselho Econômico da Fundação, durante muitos anos.

“Quería, nesta hora, contribuir para esclarecer alguns pontos sobre a história do nascimento da Funatura. Imigrei da Alemanha para o Brasil, em 1975, e por meio da minha empresa de turismo, comecei o trabalho pioneiro de um turismo ecológico sério e profissional. Eu precisava de autorizações do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que eram liberadas pelo seu Departamento de Ecossistemas, para entrar em parques e reservas com grupos de observadores de aves e animais, etc. Assim, encontrei inúmeras vezes com a Dra. Maria Tereza Jorge Pádua, então diretora desse Departamento.

Em uma ocasião, no início de 1986, houve uma conversa franca sobre os trabalhos de conservação e a vontade de Maria Tereza conseguir fazer muito mais pela conservação da natureza, algo grande e importante para o Cerrado brasileiro. Ela sabia tudo sobre os modelos de fundações nacionais e estrangeiras, sabia com quem conversar sobre o assunto, quem convidar, de imediato, para montar uma estrutura de porte importante... a única coisa que faltava era uma condição mínima de uma estrutura financeira e logística para realizar este sonho. Eu sentia que as ideias de Maria Tereza eram sólidas e ela estava cheia de vontade de realizá-las.

Depois de quatro semanas, tinha um novo encontro marcado com ela. Desta vez, sem nenhum pedido de

autorização para um grupo de observadores de aves, mas somente para sentir até que ponto ela queria mesmo realizar o sonho de uma própria fundação ou Instituto. Fiz uma proposta: iria separar da minha agência de viagens uma sala ampla no Lago Sul, em Brasília, e colocaria um telefone à disposição por, pelo menos, um ano. Nasceu a Funatura, em julho de 1986!

Presidi, por algum tempo, o Conselho Econômico e depois fui membro do Conselho de Curadores até ter a honra para ser nomeado Membro Honorário da Funatura, em 14 de agosto de 2006. Hoje, sou também Conselheiro do Conselho Deliberativo da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), em Curitiba (PR).

Assim, em poucas palavras, a história de como tudo começou em 1986. Estou feliz porque a Funatura existe até hoje, estou orgulhoso com tudo que aconteceu em termos de trabalhos, lutas, realizações de projetos com o governo, a iniciativa privada e outras fundações importantes. A natureza precisava de uma Funatura, já em 1986, e muito mais ainda hoje e no futuro.”



NIKOLAUS UBERTHUS J. M. VON BEHR

Poeta e militante do movimento ecológico. Publicou vários livros – entre eles *logurte com Farinha*, *Porque Construí Brasília*, *Laranja Seleta e BRASÍLI A-Z Cidade-Palavra* –, tem sido convidado para festas e feiras de literatura, recebeu prêmios literários, e emprestou seu nome ao *Prêmio Nicolas Behr de Literatura*, criado pelo Instituto de Letras da Universidade de Brasília, em 2015. Na década de 1990, deixou suas atividades na Funatura para se dedicar ao seu empreendimento verde, o Pau-Brasília Viveiro.

“Para mim, tudo começou mais ou menos em 1982, com a criação do Movimento Ecológico de Brasília (Move). Depois de ter criado essa ONG com outras pessoas, conheci o Paulo Zuquim Antas no Departamento de Parques Nacionais do IBDF – por volta de 1984 ou 1985 – quando me envolvi com o Clube de Observadores de Aves (Cloa). O Paulo me apresentou a Maria Tereza, em 1986, e me engajei na criação da Funatura, que tinha uma sede pequena no Lago Sul, cedida pelo Christoph Hrdina. Nessa época, eu ainda trabalhava como redator em uma agência de publicidade. Ajudei a criar o nome da Funatura e ideia do logotipo com a ararajuba é da Maria Tereza. Só que ela colocou uma ave e falei “não, vamos colocar duas porque assim se reproduzem a vão salvar a espécie”.

No final de 1986, saí da agência de propaganda e fui para os Estados Unidos com a Alcina, minha esposa. Conseguimos, com a *The Nature Conservancy*, uma bolsa para o chamado *Conservation Fallow* e passei o ano de 1987 em Washington, como bolsista. Fiz muitos contatos com a WWF e outras fundações, participei de treinamento sobre arrecadação de fundos, conheci o movimento ecológico norte-americano e as ideias que estavam surgindo. No

final desse ano voltei para a Funatura, onde fiquei até o final de 1990, trabalhando como diretor de Relações Públicas e Marketing, e produzindo as publicações, folders, jornais e todos os outros materiais de divulgação.

Também acompanhava a Maria Tereza quando ela recebia potenciais apoiadores que visitavam o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, que ajudamos a criar. O primeiro grande gol da Funatura foi a criação desse parque, que tinha apoio do Sarney, que é escritor e queria homenagear o Guimarães Rosa. Além do parque, muitas outras coisas importantes foram feitas, como os santuários de vida silvestre (SVS), inclusive o SVS do Riacho Fundo, aqui no Distrito Federal. Mas o grande trabalho, mesmo, foi a criação do parque e decisão da Funatura focar sua atuação no Cerrado. Na época, já havia a FBCN (a mais antiga) e a SOS Mata Atlântica. A Funatura veio na mesma onda.

Também participei mais diretamente da criação do SVS Vagafogo, em Pirenópolis, Goiás. Estive lá com os ingleses, em 1990, quando tinha

acabado de estourar a guerra dos Estados Unidos com o Iraque, e nós fomos visitar o Evandro e conhecer a área. Lembro que os ingleses estavam muito desconfiados para saber se o dinheiro iria (proprietário o local) para mesmo para construir o Centro de Visitantes. Os recursos foram doados pela Embaixada Britânica, tanto que o Príncipe Phillip, da Inglaterra, esteve no evento de inauguração, nos primeiros anos da década de 1990.

Para arrecadar recursos, também realizamos a campanha de participação de sócios, mas no Brasil não há essa cultura de participar de entidades como sócio. Conseguimos captar recursos de indústrias, em São Paulo, para manutenção da Funatura. Havia recursos para os projetos, mas a manutenção diária era outra coisa. O grande problema é a parte administrativa, custear os funcionários, luz, água e telefone, e outros gastos. Tivemos apoio de beneméritos que, no início, contribuíram com nosso trabalho como o bibliófilo José Mindlin, da Metal Leve.

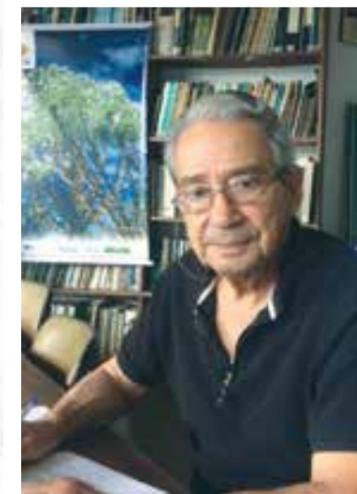
Comecei a produzir mudas, em 1985 e quando iniciei minha participação nos trabalhos da Funatura, já tinha um viveiro de mudas em Luziânia (GO) que, entre 1990 e 1991, se profissionalizou. Houve um choque de tempo e eu tinha que me dedicar mais profissionalmente ao meu viveiro de plantas. Em 1992, inauguramos este viveiro aqui no Polo Verde, aqui onde estamos, o Pau-Brasília Viveiro. Então, saí da Funatura.

A Funatura é uma ONG profissional, fez muitas coisas boas e sua grande realização aconteceu na região do Grande Sertão Veredas, com o parque e os corredores ecológicos. Houve uma virada provocada pela preocupação com as populações locais e tradicionais, o que foi bom, porque essas populações não são uma ameaça e sim aliadas. É um sinal dos tempos, não é só a conservação, cercar uma área e proteger aqueles animais, mas também trabalhar com as pessoas que vivem no entorno, para diminuir o impacto. Essas populações estão ali, há muito tempo, e convivem com aquela natureza. Achei muito boa essa ideia."

TEREZINHA TRESINARI B. ZAPATA



"Iniciei meu trabalho na Funatura como secretária, em 1988. Particpei de seu crescimento, suas expectativas, seus projetos. Era muita emoção por cada projeto conquistado, porque a Funatura era parte da minha vida, do meu dia a dia! A criação do Parque Grande Sertão Veredas foi o que mais me encantou. Conheci pessoas, lugares e situações jamais vistas. Resumo assim os dezenove anos em que estive na Funatura, com uma frase de Guimarães Rosa: – Saudade é ser, depois de ter."



JORGE GOMES DO CRAVO BARROS

Doutor em Geologia e especialista em Geofísica Aplicada à Pesquisa de Água e ao Meio Ambiente, atuou em instituições internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Instituto Internacional de Cooperação para a Agricultura (IICA). Professor de Hidrogeologia no Instituto de Geociências da Universidade de Brasília (UnB). Publicou inúmeros trabalhos científicos, no Brasil e no exterior, em revistas científicas e outros meios impressos. Participou e coordenou projetos de recursos hídricos, tecnologia e controle ambiental na mineração, e estudos de impacto ambiental (EIAs/RIMAs). Atuou na iniciativa privada e em órgãos públicos como o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM/MME) e Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal.

"Em 1968, os bons ventos da vida representados por um convite do Dr. Henrique Brandão Cavalcanti, então Secretário Geral do Ministério do Interior, me trouxeram para Brasília. Mas, como já era um professor universitário e um pesquisador iniciante fui atraído pela Universidade de Brasília (UnB). Ali, me dediquei à Geologia Ambiental (Recursos Hídricos), um ramo importante da carreira. Dois anos após, participei de uma reunião na UnB com a 'Doutora', como era conhecida a Sra. Maria Tereza Jorge Pádua.

Foi o início de uma grande admiração pela pessoa e pela profissional e também de meu engajamento na Funatura. Com o passar do tempo, na Fundação, voltei a encontrar o Dr. Henrique. Foram muitos projetos, inclusive com premiações, sempre com muito apoio do Fernando Thomé e do eficiente Eduardo Batista dos Passos (Dudu). E assim, continuo na labuta, como conselheiro, participando e aprendendo com meus pares do colegiado.

A história da Funatura foi e está sendo escrita com a participação de muitos atores internos e externos, nacionais e internacionais, entidades parceiras e apoiadoras, onde a comunidade é fundamental. O pioneirismo e a importância de sua contribuição para a conservação e a preservação, em alguns casos, extrapola o bioma Cerrado. Houve uma efetiva contribuição e participação na construção de políticas públicas que podem ser exemplificadas pela lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Enfatizo o papel desenvolvido nas câmaras técnicas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e a necessidade de atenção para os rumos futuros de atuação, com as estratégias que busquem adequação a este mundo globalizado. Lembro que não precisamos 'salvar o planeta'. Ele tem 4,5 bilhões de anos e sofre constantes modificações, porque é dinâmico (seu núcleo é de fogo, o magma). Precisamos contribuir para que a Humanidade saiba conviver com o Planeta."



ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI

Professor no Departamento de Zoologia da Universidade de Brasília (UnB), desde 1981. Ocupou cargos em organizações nacionais e internacionais do Terceiro Setor e em órgãos de governo. Professor titular da Universidade de Brasília (UnB), doutor em Ecologia, com ênfase em Ecologia Aplicada. Doutor em Biologia pela *McGill University* (Canadá), com pós-doutorado pelo *Smithsonian Institution*. Pesquisador em conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentado. Desenvolve pesquisas em Ecologia de Aves e do Cerrado, Biologia da Conservação, Geoprocessamento e Tratamento de Imagens. Autor de inúmeros artigos publicados em jornais, revistas, livros e periódicos científicos.

“A Funatura surgiu em um momento importante para o Brasil, no contexto da agenda ambiental doméstica e internacional. Em meados da década de 1980, estavam em pleno curso os trabalhos da Comissão Brundtland e a agenda do desenvolvimento sustentável, com a participação do brasileiro Paulo Nogueira Neto. Na mesma época, também acontecia a organização da grande cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU), no Rio de Janeiro – a Eco-92 – com uma agenda ambiciosa incorporando governos, setores empresariais, movimentos sociais e organizações do Terceiro Setor. Era importante para o Brasil ter organizações sérias e com boa capacidade de articulação nacional e internacional para fazer uso efetivo das oportunidades que se abriam para o país.

Desde sua criação, a Funatura ocupou, rapidamente, um lugar de destaque no Terceiro Setor brasileiro, estabelecendo programas inovadores para a conservação da biodiversidade, nas dimensões de políticas públicas, de projetos de campo e parcerias comunitárias, e de parcerias institucionais com o setor produtivo. Graças a estas estratégias, a Fundação participou ativamente da construção das principais políticas públicas do Brasil nas décadas de 1980 e 1990, que culminaram com os sistemas de governança e gestão ambiental presentes, até hoje, no Brasil. Destacam-se o desenvolvimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), os programas

de definição de Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade, o fortalecimento dos programas de apoio às Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs), e a teoria e prática de implementação de áreas protegidas e desenvolvimento comunitário local, exemplificados no Mosaico Grande Sertão Veredas (Mosaico SVP).

Além disso, a Funatura estabeleceu um padrão de excelência na gestão de projetos de campo em conservação e restauração da biodiversidade, por meio de sólidas parcerias ao longo de 30 anos com órgãos do poder público em todos os níveis, com agências e fundações nacionais e internacionais, organizações empresariais e proprietários rurais, sindicatos e associações comunitárias locais. Registram-se os projetos de inventários de biodiversidade com equipes de campo em todos os biomas brasileiros,

estudos de conservação e manejo de espécies ameaçadas, projetos de manejo de espécies nativas de importância para a biodiversidade e os arranjos produtivos locais, além de inúmeros projetos de valoração econômica e implementação de planos de manejo de unidades de conservação e de áreas de uso sustentável.

Conhecida como instituição pioneira em estabelecer programas de inventário e conservação do Cerrado. As florestas tropicais da Amazônia e da Mata Atlântica sempre obtiveram destaque na agenda ambiental nacional e global, mas, na década de 1980, pouco se conhecia sobre a diversidade do Cerrado, que era considerado relativamente pobre do ponto de vista biológico. O avanço da fronteira agrícola converteu, em poucos anos, praticamente metade desse gigantesco bioma. As paisagens abertas não evidenciavam a enorme diversidade, resultante das grandes taxas de endemismo de plantas e uma altíssima riqueza biológica resultante da sua própria biota tropical e de seus extensos contatos com os vizinhos biomas Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica, Caatinga e Chaco.

A cooperação da Funatura com as instituições científicas e as ONGs locais e internacionais, e sua capacidade de divulgação e conscientização foram muito importantes para mudar a percepção sobre o Cerrado, e catalisar a criação de grandes unidades de conservação de proteção integral no Distrito Federal (Jardim Botânico) e no bioma Cerrado (Parque Nacional Grande Sertão Veredas), até o ano 2000. Foi uma oportunidade única que representa uma preciosa herança para as gerações futuras, pois o avanço da ocupação humana agora só permite outros tipos de ação, como a criação de corredores ecológicos, a restauração de áreas antropizadas, e o desenvolvimento de conservação em mosaicos e no contexto de áreas de produção e áreas urbanas.”



Crianças participaram do plantio de mudas para recuperação das cabeceiras do rio Carinhanha, no entorno do Parque Grande Sertão Veredas, em 2011.



EDUARDO BATISTA DOS PASSOS

Técnico em Contabilidade, fez o *Curso de Planejamento Financeiro Estratégico*, ministrado por uma das organizações parceiras da Funatura, a *The Nature Conservancy (TNC)*, com sede em Miami (Flórida/EUA). O interesse nas questões ambientais o levaram a ampliar seus conhecimentos para além da área administrativa e financeira, participando de eventos e seminários sobre a Floresta Amazônica e o Cerrado, manejo e conservação dos recursos naturais renováveis, além de outras iniciativas da Fundação.

“Iniciei meu trabalho atuando como secretário, na Funatura, em 1988. Em seguida, assumi o cargo de Tesoureiro no qual permaneço até este momento. Acompanhei, durante todos esses anos, o crescimento e as dificuldades que uma organização não governamental (ONG) sem fins lucrativos enfrenta para conservação e proteção do meio ambiente, no Brasil. Já tinha uma grande paixão pela natureza, em especial pelo Cerrado que predomina aqui no Centro-Oeste, é a região onde nasci e por ser o bioma onde a Funatura atua. Pelos estudos e relatórios dos inúmeros projetos, conheci a importância das unidades de conservação na Amazônia, Mata Atlântica, Pantanal, e nas áreas marinhas, dentre outras.

Apesar de trabalhar sempre no escritório, na área financeira, dando apoio aos técnicos, percebi o quanto é importante esse trabalho que desenvolvo na instituição e uma forma de ser também um ambientalista. Realizei algumas viagens a campo, inclusive ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas, que a Funatura acompanha desde a sua criação, vi de perto a sua exuberância e a importância da proteção da fauna e flora do Cerrado e o trabalho junto às comunidades locais. Conheci pessoas simples e de um conhecimento extraordinário. Visitei o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, que é magnífico, e que conhecia

apenas por meio do Plano de Manejo realizado pela equipe da Funatura, da qual também fiz parte. Que Deus possa abençoar os trabalhos realizados em prol da conservação da natureza, no nosso País e no mundo.”



Uma das primeiras reuniões com as comunidades tradicionais que residiam na área onde foi criado o Parque Grande Sertão Veredas.



PAULO DE TARSO ZUQUIM ANTAS

Biólogo e doutor em Ecologia pela Universidade de Brasília (UnB). Autor de obras como *Tuiuiu Sob Os Céus do Pantanal* e diretor da PTZA Consultoria em Meio Ambiente, que usa aves para monitoramento de impactos de atividades humanas no meio ambiente. Atua avaliando atividades de silvicultura, unidades de conservação, e impactos de estruturas construídas sobre a movimentação e conectividade entre fragmentos de vegetação nativa.

“Um dos pontos centrais desse legado certamente é o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, não só por sua criação e existência, mas por ter sido um processo amplo de diagnóstico de uma ampla região da margem esquerda do rio São Francisco entre o norte de MG e o sul do Piauí no momento crucial da ocupação dessa região pelo agronegócio. A sensibilidade de Maria Tereza ao resgatar a sugestão de Célio Vale e outros conservacionistas mineiros, levando a Funatura a buscar parcerias e captar recursos, efetuar todas as etapas do processo de determinação das áreas potenciais, a parte política da criação do parque e um programa único no Brasil de troca de dívida externa por recursos para aplicação nessa unidade de conservação (UC) durante algumas décadas, o programa de realocação de posseiros em conjunto com o Incra, a sensibilização ambiental no entorno e a série de ações posteriores na região formam uma herança significativa da Fundação.

Ao ser criada em Brasília, a Fundação foi pioneira entre as ONGs de conservação por localizar-se no centro político do país e poder relacionar-se, diretamente, com os principais atores do governo federal. Esta situação estratégica foi acompanhada, posteriormente, por outras organizações que viram como era

importante estar nesta cidade. Simultaneamente, a Funatura começou a atuar na conservação do bioma Cerrado, novamente uma ação pioneira nos anos 1980 e 1990, quando a maior parte da atenção do setor voltava-se à Mata Atlântica devido ao lamentável estado de conservação desse bioma, e à Floresta Amazônica, esta última mais por uma agenda externa.

A conversão da dívida foi um mecanismo excepcional, possibilitando o planejamento, no longo prazo, de ações em um período de inflação altíssima, que consumia recursos financeiros em pouco tempo sem haver uma efetividade adequada nos dispêndios. Ao internalizar esse modelo, oriundo de trocas de dívidas por investimentos de recursos internos em conservação, estabelecido anteriormente na Costa Rica e Bolívia, a Funatura teve o mecanismo necessário de ação em um período de tempo impensável à época e ainda hoje pouco acessível para a área de conservação. Durante 20 anos, havia a certeza de disponibilidade orçamentária para auxiliar na implantação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

Creio que a maior contribuição da Fundação, nesse tópico, foram os seminários sobre alternativas econômicas ambientalmente sustentáveis para os biomas Cerrado e Amazônia, um modelo posteriormente ampliado por outras organizações não governamentais e governamentais. A reunião entre o conhecimento acadêmico, a aplicação prática e as diretivas de

conservação produziu frutos importantes nas análises conjuntas de especialistas das diferentes vertentes. Semeou um caminho até então pioneiro e uma das formas de implantar ações de conservação e preservação da natureza nos diferentes biomas do país.

Quanto à contribuição da Funatura à conservação do bioma Cerrado, a criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas repetiu sua linha de atuação básica. Reuniu o conhecimento acadêmico com a experiência prática para o estabelecimento de UCs de proteção integral. O diagnóstico feito da margem esquerda do rio São Francisco entre o norte de Minas Gerais e o sul do Piauí lançou mão de ferramentas atualmente usuais e facilmente disponíveis, na época, ainda embrionárias. O direcionador foi uma antiga aspiração de conservacionistas mineiros visando abrigar em uma UC de proteção integral o ambiente descrito na obra de Guimarães Rosa.

As alterações ambientais nessa vasta região ocorriam em uma velocidade significativa, tanto que imagens de satélite com um ano ou seis meses de idade mostravam áreas de Cerrado intactas que já não existiam dessa forma quando dos levantamentos de campo ou sobrevoos feitos. Desse modo, a reunião entre o conhecimento de campo, os mecanismos de diagnóstico e políticos para o estabelecimento do parque possibilitou a sua criação.

No mesmo período, a Fundação foi procurada por Evandro Ayer, então proprietário de uma pequena fazenda em Pirenópolis e guia de caminhadas na região, para fazer o diagnóstico da área de mata do rio Vagafogo, na propriedade. A partir da mesma base de atuação, reunindo o conhecimento científico com a prática de conservação, esse diagnóstico mostrou a riqueza da biota local e proporcionou o caminho para o estabelecimento do Santuário de Vida Silvestre Vagafogo, atual RPPN. Esta unidade, atualmente é o melhor exemplo de como o ecoturismo pode e deve se tornar uma alternativa econômica para os pequenos proprietários de terra em polos turísticos.

No Distrito Federal a mesma abordagem foi feita para a área do Riacho Fundo fronteira à Candangolândia e no caminho para o Aeroporto Juscelino Kubitschek, ao lado do Zoológico da cidade. Neste caso, o trabalho foi realizado com o Governo do Distrito Federal e a Funatura chegou a captar os recursos e construir um centro de visitantes. Infelizmente, um projeto menos bem sucedido do que no caso do Vagafogo, devido às flutuações do poder político.”



Itacarambi é uma cidade que desenvolveu às margens do rio São Francisco, no norte de Minas Gerais. Nesta região, a Funatura executa ações do Programa Grande Sertão Veredas.



FERNANDO ANTONIO THOMÉ ANDRADE

Administrador e analista de sistemas, com especialização em Gestão Ambiental e atuação em projetos desenvolvidos pelos ministérios de Minas e Energia (MME) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI/IBICT), Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – Campus Salinas, entre outros.

“Falar da Fundação Pró-Natureza (Funatura) é, para mim, um orgulho muito grande, pois tive a feliz oportunidade de ter sido um de seus fundadores, membro do Conselho de Administração, conselheiro fiscal, diretor administrativo e financeiro, coordenador de projetos diversos e de uma série de outras atividades das quais participei ao longo destes 30 anos. Destaco o *Projeto Estudos Comparados entre Cerrados e Florestas Plantadas na Fazenda Jatobá (Projeto Floril)*, em Correntina (BA), premiado com o *Selo Verde*, em 1991, pela Sociedade de Incentivos ao Gerenciamento Ambiental (Siga).

Participei, também, das horas difíceis da Fundação que não foram poucas, mas lembro-me bem que, com as cabeças erguidas, seguíamos em frente. Nunca paramos e nunca pretendemos parar, pois com cada minuto trabalho podemos ajudar um pouco mais nesta árdua tarefa de defender e proteger a Natureza. Não posso deixar de recordar a oportunidade que tive de conhecer e trabalhar com pessoas simples e autoridades, algumas não estão mais conosco, entretanto permanecem guardadas em meu coração.”



Evento que comemorou, em dezembro de 2010, o 10º aniversário do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) criado pelo Governo Federal, com apoio do Funatura.



ERNANE FARIA

Engenheiro Florestal com especialização em Administração e Manejo de Unidade de Conservação ministrado pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG) acumulou grande experiência atuando em áreas protegidas no Estado de Minas, nos anos anteriores ao seu ingresso na Funatura. No IEF-MG, ocupou a função de Gerente Técnico Regional de Biodiversidade, em Unai (MG). Desde 1997, é o Coordenador de Campo do Programa Grande Sertão Veredas desenvolvido pela Fundação, no Parque Nacional Grande Sertão Veredas e seu entorno.

“O início do meu trabalho na Funatura foi muito duro, porque estávamos mudando toda a equipe e, além de não conhecer ninguém da comunidade, os deslocamentos eram ruins devido à falta de manutenção das estradas na região do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Mas a estratégia adotada foi excelente e ficou decidido, como ponto de partida, a realização do Levantamento Socioeconômico Ambiental dos moradores do Parque.

Considero positiva minha experiência pessoal e profissional na Funatura. Dei minha colaboração a projetos importantes e cresci muito dentro da Fundação, também profissionalmente, porque desenvolvemos trabalhos pioneiros no Parque, como a realocação dos posseiros para uma área pré-selecionada por eles mesmos, onde atualmente está o Assentamento São Francisco.

Durante todos esses anos trabalhando no Parque e no seu entorno, a experiência que considero mais interessante é a criação do sistema de detecção de focos de fogo na unidade de conservação, porque antes ele era quase todo queimado durante o período mais seco do ano. O sistema foi implantado com o apoio da Embaixada do Japão e, dessa forma, praticamente resolvemos esse problema.”



Confraternização à beira do rio Carinhanha, após o plantio de mudas para recuperação de áreas degradadas no entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.



MARA CRISTINA MOSCOSO

Geógrafa, coordenou inúmeros projetos executados pela Funatura. Atuou como consultora em Socioeconomia e Mobilização Social em projeto na Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia (MG), na criação de unidades de conservação nos biomas Cerrado e Pantanal, e no Vale do Paraná e Chapada dos Veadeiros (GO), e em projetos socioambientais desenvolvidos pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e Ministério do Meio Ambiente (MMA). Neste último, colaborou com o Plano de Combate ao Desmatamento no Bioma Cerrado e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio). Coordenou o Elo Centro-Oeste, no Projeto de Criação da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, e integrou a equipe responsável pelo Plano de Desenvolvimento de Base Conservacionista (DTBC) do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu (Mosaico SVP), entre outras iniciativas.

“Meu primeiro contato com a Funatura foi à época em que estava concluindo o segundo grau, no final da década de 80, ocasião em que realizei uma pesquisa sobre conservação ambiental e tive a oportunidade de entrevistar a Dra. Maria Tereza Jorge Pádua. Na época, a Fundação coordenava os trabalhos para subsidiar a elaboração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc). Após tomar conhecimento da sua história e de seus objetivos pude compreender o que, de fato, uma organização não governamental ambientalista realizava e a importância desse trabalho. Isso só fortaleceu a minha ideia de entrar na universidade e conduzir a minha carreira profissional para a área socioambiental, com atuação prioritária no Terceiro Setor.

O tempo passou e, já cursando Geografia na Universidade de Brasília (UnB), no início da década 1990 participei de algumas reuniões que a Funatura promovia com diversas ONGs, de atuação distrital e nacional. Uma dessas reuniões foi realizada para articular a participação da sociedade civil do Distrito Federal (DF) na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92). Sem nenhuma dúvida, foi uma experiência riquíssima conhecer e conviver com profissionais renomados que representavam entidades com significativa atuação no bioma Cerrado. Nessas reuniões também eram discutidos os vários problemas ambientais do DF. Como um dos frutos dessa articulação, em 1996, a Funatura e as ONGs Associação Patrulha Ecológica, Instituto Sociedade População e Natureza (ISPAN), Amigos do Parque do Guará e a Fundação Sustentabilidade e Desenvolvimento (FSD) e alguns grupos, fundou o Fórum de ONGs do Distrito Federal, uma rede que foi e continua sendo a mais importante articulação ambientalista na Capital do Brasil.

Depois de formada, no ano 2000, iniciei minha atuação profissional na Funatura na coordenação do Projeto de Articulação das ONGs Ambientalistas do DF. Desde então, atuei como consultora em inúmeros projetos desenvolvidos pela Fundação. Durante dez anos participei de muitas ações pioneiras e inovadoras realizadas pela Funatura e também atuei na interlocução e proposição de políticas públicas nos territórios de abrangência dos projetos. Dentre essas ações destaco a metodologia de mobilização social e educação ambiental desenvolvida para os Encontros dos Povos do Grande

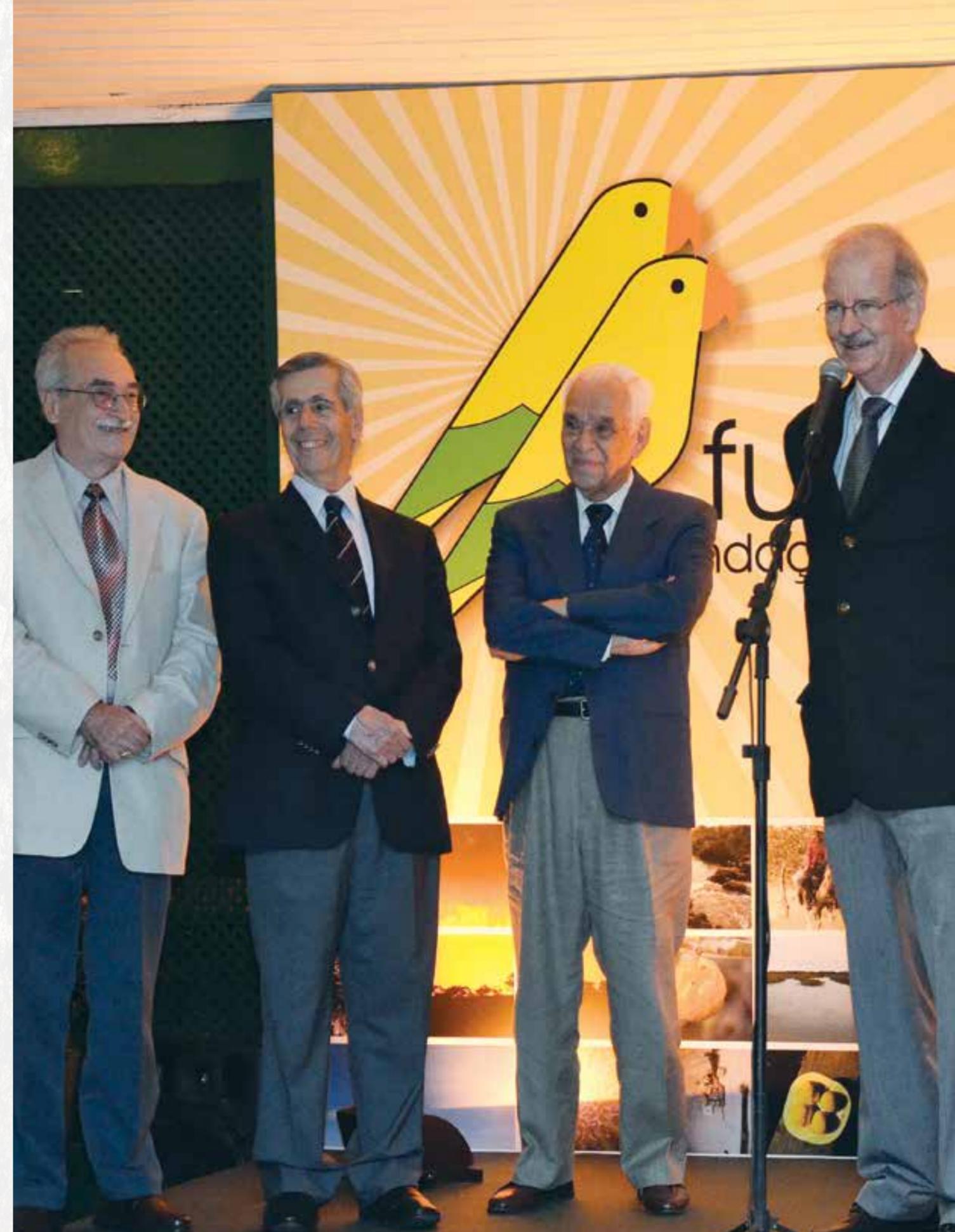
Sertão Veredas e dos Povos da Chapada dos Veadeiros. Esses eventos propiciaram o fortalecimento da comunicação, a oportunidade de articulação das comunidades existentes no entorno dos dois parques nacionais, o estabelecimento de pactos entre governo e sociedade, a elaboração de políticas públicas ambientais, além do intercâmbio das atividades culturais – músicas, dança, culinária e artesanato. Os atores locais foram fortalecidos por meio de capacitações e deram continuidade às atividades após a finalização dos projetos, ou seja, nossa meta sempre foi “fazer junto”.

Destaco ainda três momentos importantes, desse período: as atividades da Rede Cerrado, representando a Funatura, trouxe a oportunidade de vivenciar experiências inovadoras e enriquecedoras relativas à articulação das comunidades tradicionais, por meio do Encontro Nacional dos Povos do Cerrado; os primeiros planos de manejo de RPPNs elaborados conforme o Roteiro Metodológico (Ibama, 2004); e a inovação e otimização de pesquisas que criaram metodologias para elaboração de propostas de criação e implementação de unidades de conservação no bioma Cerrado.

Com enfoque do desenvolvimento social, ambiental e territorial, merecem destaque os projetos executados pela Funatura, nesses 30 anos, na região do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Além da criação e posterior ampliação do parque, constituiu o primeiro assentamento rural sustentável (Assentamento São Francisco) com os antigos moradores dessa área. Também criou oportunidades, por meio da execução de projetos de capacitação, para que as comunidades que vivem no entorno pudessem se desenvolver economicamente, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável, preservando as nascentes e mantendo a vegetação do Cerrado, além de ampliar sua área de atuação de três para 11 municípios, tendo como foco o desenvolvimento territorial com base na conservação, o que tornou o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu uma referência para o Brasil.

No Distrito Federal, a Funatura teve forte atuação como fundadora e secretária-executiva do Fórum de ONGs Ambientais, na ordenação do Projeto de Articulação e Fortalecimento de ONGs e na discussão de políticas públicas com a participação em vários conselhos, com destaque para o Conselho do Meio Ambiente do DF (Conam). Foi autora de ações e representações protocoladas no Ministério Público do Distrito Federal, dentre elas as ações civis públicas para implementação da Floresta Nacional de Brasília e para embargo das obras da hidrelétrica Corumbá IV, colaborou com o Inquérito das Águas, e denunciou o parcelamento irregular de terras aos órgãos de fiscalização e controle. Coordenou a realização de quatro conferências distritais do Meio Ambiente, eventos realizados pelo Fórum de ONGs para discutir e propor encaminhamentos para os problemas ambientais do DF. Destaco, também, a coordenação da mobilização social para a criação da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central e constituição do seu Conselho Consultivo.

Foi muito prazeroso trabalhar em uma instituição que oferece ao consultor a liberdade e a oportunidade de discutir e propor inovações. Agradeço à Funatura, aos seus dirigentes, funcionários e consultores por esses dez anos durante os quais fiz parte da equipe e com a qual mantenho fortes laços de amizade. Destaco essas vivências como uma forte influência na minha vida profissional e pessoal. Gratidão por todo o conhecimento e por todos os bons momentos vividos. Que venham, no mínimo, mais 30 anos.”



Cleber J. R. Alho, Henrique Brandão Cavalcanti, Luiz Van Beethoven de Abreu e Herbert O. R. Schubart no aniversário de 25 anos da Funatura.

FUNDADORES

Maria Tereza Jorge Pádua
Helmut Sick
José Francisco Guerra Silva
Sandra Elizabeth Charity
Nikolaus Uberthus Josef Maria Von Behr
Luiz de Toledo Filho
Bráulio Ferreira de Souza Dias
José Correia Machado Neto
Luiz Van Beethoven de Abreu
João Carlos de Souza Carvalho
Christoph Peter Hrdina
Antônio Carlos do Prado
Benjamin Benzaquen Sicsu
Cilulia Maria Maury
Eliani Alves de Carvalho
Fábio de Jesus
Gabriel Cardoso Borges
José Carlos S. Duarte
Joésio Deoclécio Pierin Siqueira
Justino Siqueira Tillmann
José Catuetê Borralho de Albuquerque
Lourdes Maria Ferreira
Maria Celeste Guimarães Nogueira
Roberto Brandão Cavalcanti
Maria Luiza Vicente Galante
Jaime Tadeu França
Luciano de Ben Bianchetti
Luiz Fernando Maceira de Pádua
Raimundo David Monteiro Lima

CONSELHEIROS

Alberto Pimenta de A. Sodré
Alcides Costa Vaz
Aldenir Paraguassú
Anajúlia H. Salles
Angela Tresinari
Antonio Carlos Prado
Bráulio Ferreira de Souza Dias
Bruno Pagnocheschi
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier
Célio Murilo Valle
Cleber José Rodrigues Alho
Christoph Peter Hrdina
Eduardo Martins
Eliani Alves de Carvalho

Alberto Costa de Paula
Paulo Eugênio Alves Macedo de Oliveira
Pedro Carlos de Orleans e Bragança
Sérgio Paulo dos Santos Pimentel
Fernando Antônio Thomé Andrade
Paulo de Tarso Zuquim Antas
Abel Lavorenti
Roy Richard Funch
Francisco Graziano Neto
James Jackson Griffith
Victor Py-Daniel
Maria Izabel Granja
José Pedro de Oliveira Costa
Ibsen de Gusmão Câmara
Simão Pedro Pinto Marinho
Carlos Yamashita
Pedro Scherer Neto
Marcio Luiz Bittencourt
Guy Marie Fábio Guagni Dei Marcovaldi
Walter Lazzarini Filho
Maria Cornélia Mergulhão
Lázaro Ronaldo Ribeiro Púglia
Flávio Menna Barreto Villa Nova da Silva
Fábio Feldmann
Antonia Pereira de Ávila Vio
José Goldemberg
Luiz Fernando Galli
Lúcia Maria de Miranda Leão Toríbio

Emerson José de Almeida
Enéas Salatti
Estanislau Monteiro de Oliveira
Fábio Feldmann
Fernando Antônio Thomé Andrade
Gabriel Gomes
Galdino Magalhães Vieira
Geoffrey Barnard
Geraldo Alonso Filho
Gilberto Siqueira
Guilherme Mann
Hebert Schubart
Helmut Sick
Henrique Brandão Cavalcanti

Humberto Cardoso Gonçalves
Ibsen de Gusmão Câmara
Jairo Costa
Jeannine M. Felfili
João Carlos de Souza Carvalho
João Carlos Nedel
Jorge Gomes do Cravo Barros
José Carlos Reis Magalhães
José Cláudio de Lima Lopes
José Correa Machado Neto
José Goldemberg
José Francisco Guerra da Silva
José Lopes Celidônio
José Silvestre Gorgulho
Júlio Ricardo Magalhães
Justino Siqueira Tillmann
Leopoldo Garcia Brandão
Lídio Coradim
Luis Filipe Ribeiro Coelho
Luiz de Toledo Filho
Luiz Fernando Galli
Luiz van Beethoven Abreu

COLABORADORES

QUADRO TÉCNICO

Afrânio José Ribeiro de Castro
Adolfo Kesseiring
Adriana Oliveira Rocha
Alberto Costa de Paula
Angelo Sartori Neto
Ana Cláudia da Silva
Beatriz G. Nascimento
Cesar Victor do Espírito santo
Elmar A. de Castro
Erick Diogo Sales
Ernane Faria
Ernesto Aranha M. Lins
Fernando Antônio Rodrigues Lima
Floriano Pastore Júnior
Joel Araújo Siqueira
José Elias Pereira Lopes
José F. Melo Júnior
Lenimar S. Alcântara
Lourdes M. Ferreira
Márcio Chaves dos Santos
Maria Lúcia Scarpini Wickert
Maurício M. A. Coutinho
Paulo F. Maciel
Raul Luis Melo Dusi

Marc Dourojeanni
Marcelo Lara Resende
Márcio Velloso Ferreira
Maria Tereza Jorge Pádua
Mauro A. P. Cezimbra
Nanuza Menezes
Nurit Bensusan
Paulo Freitas Maciel
Paulo Nogueira Neto
Paulo de Tarso Zuquim Antas
Pedro Carlos de Orleans e Bragança
Raimundo Alves de Lima Filho
Roberto Brandão Cavalcanti
Roberto Luis Leme Klabin
Roberto Stoll Nogueira
Ronald Castelo Branco
Rogério Marinho
Russel Mittermeier
Sandra Elizabeth Charity Lyster
Sebastião Azevedo
Spencer Beebe
Thomas Lovejoy

Rildo E. de Souza
Sandra M. S. Guapyassú
Simone Vieira de Figueiredo
Wilson Miguel

CONSULTORES

Antônio Tadeu Veiga
Lana Guimarães
Mara Moscoso
Maurício Galinkin

APOIO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Creuza M. da Silva Souza
Eduardo Batista dos Passos
Daniel S. Fonseca
Helton A. dos Anjos
Hutemberg D. Jardim
Márcio Alves Saraiva de Lima
Marcelo Fernandes de Menezes
Marcus Vinicius R. Campelo
Paulo Henrique G. Souza
Paulo Henrique Miranda
Rômulo Netto
Terezinha C. Faria
Túlio Roberto de Campos

HOMENAGENS *IN MEMORIAM*

Cilulia Maria Maury

Helmut Sick

Ibsen de Gusmão Câmara

Jeannine M. Felfili

José Correa Machado Neto

Luis Eduardo A. Carvalho

Luiz de Toledo Filho

Maria Luiza V. Galante

Os resultados dos projetos desenvolvidos pela Funatura são publicados e estão disponíveis para utilização por todos os interessados nas questões ambientais. Dezenas de trabalhos realizados de forma multidisciplinar reúnem pesquisas, relatórios, planos de manejo, entre outros estudos, elaborados por profissionais e especialistas de diversas áreas. Em uma biblioteca aberta ao público na sua sede, em Brasília, podem ser consultados mais de 3.000 títulos que somam publicações próprias e obras de outros autores sobre temas ambientais e afins.

Para disseminar e divulgar essa produção de conhecimento e informações, a Fundação publica e distribui boletins e outros periódicos impressos nas localidades onde os projetos são desenvolvidos, além de enviá-los aos parceiros, em geral. O *site* <http://www.funatura.org.br> e outras mídias digitais como CDs e DVDs completam os meios de comunicação com os quais a Funatura entra em contato com a população brasileira.

PUBLICAÇÕES

Plano de Manejo da Fazenda Praia do Forte – Bahia. Lourdes Maria Ferreira; Maria Luiza Vicente Galante; Ailton Jesus Ribeiro (colaborador). Brasília: Funatura, 1987.

Projeto de Conservação dos Gerais – Rio São Francisco – 1º Relatório Parcial. Bráulio Ferreira de Souza Dias (coordenador). Brasília: Funatura/Sema-PR/WWF-US, 1987.

Conservação e Recuperação da Flora e Fauna em Empreendimentos do Setor Elétrico. Brasília: Funatura, 1988.

Alternativas ao Desmatamento na Amazônia: Conservação dos Recursos Naturais. Fundação Pró-Natureza (Funatura); *The Conservation Foundation.* Brasília: Funatura, 1988.

Alternativas ao Desmatamento na Amazônia: Conservação dos Recursos Naturais. Fundação Pró-Natureza (Funatura); *The Conservation Foundation; The Ford Foundation.* 2ª Edição ampliada. Brasília: Funatura, 1989.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – Aspectos Conceituais e Legais. Maria Tereza Jorge Pádua (coordenação geral); Maurício Mercadante A. Coutinho (coordenação técnica). Brasília: Funatura/Ibama, 1989.

Situação Atual do Meio Ambiente no Brasil. Maria Tereza Jorge Pádua. Brasília: Funatura, 1989.

Reunión Regional sobre Monitoreo de los Procesos de Deforestación y Degradación de Bosques Húmedos Tropicales. Belém: Sudam/Comunidade Econômica Europeia/FAO Japão/Funatura, 1989.

Projeto de Desenvolvimento do Cooperativismo Pesqueiro – Regiões Norte e Nordeste. Brasília: Funatura, 1990.

Diagnóstico do Setor Cooperativismo Pesqueiro do Sul da Bahia. Brasília: Funatura, 1990.

Alternativas de Desenvolvimento dos Cerrados: Manejo e Conservação dos Recursos Naturais Renováveis. Bráulio F. de Souza Dias (coordenador). 1ª e 2ª Edições. Brasília: Funatura/Fundação Konrad Adenauer/Ibama, 1990.

Alternativas de Desenvolvimento dos Cerrados: Manejo e Conservação dos Recursos Naturais Renováveis. Bráulio Ferreira de Souza Dias (coordenador). 3ª Edição ampliada. Brasília: Funatura/Fundação Konrad Adenauer/Ibama, 1991.

Sistemas Agroflorestais Adaptados para a Amazônia. Luiz de Toledo Filho (coordenador geral); Cesar Victor do Espírito Santo (coordenador técnico). Brasília: Funatura/Ibama/ITTO, 1991.

Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Brasília: Ibama/Funatura/Sema-PR/Aracruz Celulose, 1991.

Custo de Implantação de Unidades de Conservação na Amazônia Legal. Cesar Victor do Espírito Santo; Áureo Araújo Faleiros. Brasília: Funatura/Secretaria de Ciência e Tecnologia-PR/ABC/Pnud, 1992.

Pequeno Manual de Educação Ambiental – Uma Abordagem Sistêmica. Maria Lucia Scarpini Wickert. Brasília: Funatura/Fundação O Boticário, 1992.

Projeto de Inventário Florestal na Floresta Nacional do Tapajós. São José dos Campos: INPE/Ibama/Funatura/ITTO, 1993.

Relatório Final – Projeto de Inventário Florestal na Floresta Nacional do Tapajós. P. Hernandez Filho; Y. E. Shimabukuro; D. C. L. Lee; C. P. dos Santos Filho; R. R. de Almeida. São José dos Campos: INPE, 1993.

Final Report – The Forest Inventory Project at The Tapajós National Forest. P. Hernandez Filho; Y. E. Shimabukuro; D. C. L. Lee; C. P. dos Santos Filho; R. R. de Almeida. São José dos Campos: INPE, 1993.

Rewiew of International Markets for Forest Products and Their Implications for The Brazilian Forestry Sector – Annexes. Helsinki: ITTO/Funatura, 1994.

Diagnosis and Evaluation of The Brazilian Forestry Sector Final Report – Annexes – Data Tables. Helsinki: ITTO/Funatura, 1994.

Diagnóstico e Avaliação do Setor Florestal Brasileiro Região Sudeste. Eduardo Sales Novaes (coordenador geral). *Relatório Final dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.* José Carlos Carvalho (coordenador estadual). Brasília: ITTO/Ibama/Funatura, 1994.

Diagnóstico e Avaliação do Setor Florestal Brasileiro Região Centro Oeste. Cesar Victor do Espírito Santo (coordenador geral). *Relatório Final dos Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, e do Distrito Federal.* Brasília: ITTO/Ibama/Funatura, 1994.

Diagnóstico e Avaliação do Setor Florestal Brasileiro Região Centro Oeste. Cesar Victor do Espírito Santo (coordenador geral). *Relatório Final do Estado de Mato Grosso.* Carlos Ferreira de Abreu Castro (coordenador). Cuiabá: ITTO/Ibama/Funatura, 1995.

Diagnóstico e Avaliação do Setor Florestal Brasileiro Região Sul. Relatório Final do Estado do Rio Grande do Sul. Brasília: ITTO/Ibama/Funatura, 1995.

Diagnóstico e Avaliação do Setor Florestal Brasileiro Região Sul. Relatório Final do Estado de Santa Catarina. Brasília: ITTO/Ibama/Funatura, 1995.

Diagnóstico e Avaliação do Setor Florestal Brasileiro Região Sul. Relatório Final do Estado do Paraná. Joésio D. Pierin Siqueira (coordenador). Brasília: ITTO/Ibama/Funatura, 1995.

Diagnóstico e Avaliação do Setor Florestal Brasileiro Região Norte. Relatório Final dos Estados de Rondônia, Roraima e Acre. Raimundo Deusdará Filho (coordenador). Brasília: ITTO/Ibama/Funatura, 1995.

Diagnóstico e Avaliação do Setor Florestal Brasileiro Região Norte. Relatório Final dos Estados do Amazonas, Amapá, Para e Tocantins. Raimundo Deusdará Filho (coordenador). Brasília: ITTO/Ibama/Funatura, 1995.

Diagnóstico e Avaliação do Setor Florestal Brasileiro Região Norte. Produtos Não Madeireiros Raimundo Deusdará Filho (coordenador). Brasília: ITTO/Ibama/Funatura, 1995.

Diagnóstico e Avaliação do Setor Florestal Brasileiro Região Norte. Relatório Final Produtos Não Madeireiros – Borracha (Hevea brasiliensis). Raimundo Deusdará Filho (coordenador geral). Brasília: ITTO/Ibama/Funatura, 1995.

Diagnóstico e Avaliação do Setor Florestal Brasileiro Região Nordeste. Agostinho Fernandes Bezerra (coordenador geral). *Relatório Final dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão.* Brasília, Fortaleza, Recife: ITTO/Ibama/Funatura, 1995.

Diagnóstico e Avaliação do Setor Florestal Brasileiro Região Nordeste. Agostinho Fernandes Bezerra (coordenador geral). *Relatório Final dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão.* Brasília, Fortaleza, Recife: ITTO/Ibama/Funatura, 1995.

Diagnóstico e Avaliação do Setor Florestal Brasileiro Região Nordeste. Relatório Final dos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Agostinho Fernandes Bezerra (coordenador). Brasília, Recife: ITTO/Ibama/Funatura, 1995.

Diagnóstico e Avaliação do Setor Florestal Brasileiro Região Nordeste. Relatório Final dos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas. Agostinho Fernandes Bezerra (coordenador). Brasília, Salvador, Recife: ITTO/Ibama/Funatura, 1995.

Diagnóstico e Avaliação do Setor Florestal Brasileiro Região Sudeste – Relatório Final do Estado de São Paulo. Eduardo Sales Novaes (coordenador geral). Brasília: ITTO/Ibama/Funatura, 1996.

Diagnóstico e Avaliação do Setor Florestal Brasileiro Região Sudeste. Eduardo Sales Novaes (coordenador geral). *Relatório Final do Estado de Minas Gerais.* Wilson Mendonça (coordenador estadual). Brasília: ITTO/Ibama/Funatura, 1996.

Parcerias e co-gestão em unidades de conservação: anais do seminário realizado em Brasília nos dias 10 e 11 de setembro de 1996. Cesar Victor do Espírito Santo (coordenador). Brasília: Funatura/FAP-DF, 1996.

Plano de Manejo Estação Ecológica Estadual de Wenceslau Guimarães. Paulo de Tarso Zuquim Antas (coordenador). Brasília: Funatura/Seagri-DDF-BA, 1997.

Diagnóstico e Avaliação do Setor Florestal Brasileiro. Antonio Carlos do Prado (coordenador- técnico geral). Brasília: ITTO/Ibama/Funatura, 1997.

Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal. Brasília: Funatura/MMA/Conservation International/Fundação Biodiversitas/UnB, 1997.

Plantas do Cerrado Utilizadas pelas Comunidades da Região do Grande Sertão Veredas. Suelma Ribeiro Silva. Brasília: Funatura/The Nature Conservancy/Smithkline Beecham/Ibama, 1998.

Non-Wood Tropical Forest Products: Processing, Collection and Trade. Brasília: Funatura/ITTO/UnB/Ibama, 1998.

Guia de Plantas Mediciniais – Projeto Produtos Florestais Não Madeireiros. Afrânio José Ribeiro de Castro; Floriano Pastore Jr. Brasília: Funatura/ITTO/Ibama/Lateq-UnB, 1998.

Vagafogo Alumando Caminhos – Divulgação da Secular Culinária Goiana. Cirley Motta (organizadora). Brasília: Funatura/Santuário de Vida Silvestre Vagafogo, 1999.

Aves como bioindicadoras de qualidade ambiental: aplicação em áreas de plantio de eucalipto. Paulo de Tarso Zuquim Antas; Auro Campi de Almeida. Espírito Santo: Gráfica Santonio/Funatura, /Aracruz, 2003.

Birds as bioindicators of environmental quality – As applied to eucalyptus plantations. Paulo de Tarso Zuquim Antas; Auro Campi de Almeida. Aracruz: Gráfica Santonio/Funatura, 2003.

Aves como bioindicadoras de qualidade ambiental: aplicação em áreas de plantio de eucalipto. Paulo de Tarso Zuquim Antas; Auro Campi de Almeida. Espírito Santo: Gráfica Santonio, 2003.

Implantação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Brasília: Funatura, 2003.

Guia Local de Ecoturismo – Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Elias Martins. Brasília: Funatura/Probio/CNPq, 2004.

Pesquisa e Diagnóstico – Roteiro Turístico Missão Cruls. Funatura e Ministério do Turismo. Brasília:Tríade, 2006.

Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu – Relatório Final. Fernando Antonio Rodrigues Lima (coordenador geral). Brasília: Fundação Banco do Brasil; Fundação Pró-Natureza, 2008.

Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu: Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista – DBTC. Cesar Victor do Espírito Santo; Fernando Antonio Rodrigues de Lima; Mara Cristina Moscoso. Brasília: Funatura, 2008.

A Luz que nos Ilumina – Imagens e dizeres da comunidade São Francisco oriunda do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (Inventário dos Bens Culturais). Brasília: Funatura/Iphan-DPI/Associação Rural Sertão Veredas, 2008.

A Fantástica História dos Caminhos da Missão Cruls. Patrícia Herzog (coordenação e textos); Renata Azambuja (concepção e textos). 1ª Edição. Brasília: Funatura; Tríade, 2008.

Guia do Mestre: Caminhos da Missão Cruls. Patrícia Herzog (coordenação e textos); Renata Azambuja (concepção e textos). 1ª Edição. Brasília: Funatura; Tríade, 2008.

Estrada-Parque Guimarães Rosa: Proposta de Reconhecimento Oficial – uma via em benefício do turismo ecocultural e do fortalecimento da identidade territorial do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu. Cesar Victor do espírito Santo; Mara Cristina Moscoso (organizadores). Brasília: Funatura/ISPN/União Europeia, 2012.

DVDS

► *Inventário dos Bens Culturais da Comunidade São Francisco Oriunda do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.* Brasília: Funatura/Iphan-DPI/Associação Rural Sertão Veredas, 2008.

► **DISCO 1:** *Grande Sertão Veredas: Musicalidade das Comunidades Oriundas do Parque Nacional. Cantorios de Devoção, Brincadeiras de Folia, Cantos de Trabalho e Cantigas de Roda.* Roberto Corrêa. Brasília: Funatura/Iphan-DPI/Associação Rural Sertão Veredas, 2008.

► **DISCO 2:** *Grande Sertão Veredas: Musicalidade das Comunidades Oriundas do Parque Nacional. Cantorios de Devoção, Brincadeiras de Folia, Cantos de Trabalho e Cantigas de Roda.* Roberto Corrêa. Brasília: Funatura/Iphan-DPI/Associação Rural Sertão Veredas, 2008.

► *Série Caminhos da Missão Cruls (A Fantástica História dos Caminhos da Missão Cruls).* Produção: Cinearte Vídeo Produções. Execução: Tríade. Realização: Funatura. Brasília, 2008.

Capítulo 1: Uma história bem fantástica

Capítulo 2: Desafios e preparativos para a viagem ao Brasil Central

Capítulo 3: O Brasil Central a desbravar

Capítulo 4: Cientistas e maquinários a estudar esses “arraia”

Capítulo 5: O início das pesquisas de demarcação

Capítulo 6: O sertão de Goiás e seus encantos

Capítulo 7: Enfim, a demarcação do quadrilátero Cruls

Capítulo 8: É hora de retornar

Capítulo 9: De comissão em comissão é traçada a nova capital

Capítulo 10: Brasília, a capital

PERIÓDICOS

Boletim Funatura (1987 a 1999 – diversos formatos durante os anos de publicação)

Correio Ecológico (abril de 1991- única edição)

Cerrado Vivo (2002 a 2011)

Jornal do Parque Grande Sertão Veredas (abril de 2004 – única edição)

Jornal do Mosaico (2010 a 2013)

Notícias Ribeirinhas – Rio São Bartolomeu (2012 a 2013)



Parque Nacional Grande Sertão Veredas

ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

As realizações da Funatura receberam apoio de inúmeras parcerias firmadas com organizações nacionais e internacionais, empresas dos setores público e privado, além do governo federal e governos estaduais por meio de convênios e contratos, e à colaboração de pessoas físicas na qualidade de associados ou doadores.

Organizações Não Governamentais, Cooperativas e Fundos

The Nature Conservancy (TNC)

Instituto sociedade População e Natureza (ISPN)

Fundação Banco do Brasil (FBB)

Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza (FBPN)

Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF-Brasil)

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)

Global Environment Facility (GEF)

Instituto Cultural Ambiental Rosa e Sertão (Instituto Rosa e Sertão)

Associação Rural Sertão Veredas (Arsev)

Associação Indígena Xacriabá

Conservação Internacional (CI-Brasil)

Instituto Brasil Central (Ibrace)

Biodiversitas

Instituto Biotrópicos

Cáritas de Januária

Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Chapada Gaúcha (Adisc)

Agência Vale do Urucuia

Fundação Garcia D'Ávila

Pathfinder International

Fundação Ford

Fundação Mac Arthur
Fundação Konrad Adenauer
World Resources Institute (WRI)
Jessie Smith Noyes Foundation
Fundação Alton Jones
Fundação Rockefeller
Cooperativa Sertão Veredas
Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Chapada Gaúcha (MG)
Cooperativa de Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária (Copabase)
Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu (Cooperuaçu)
Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Pandeiros (Coopae)
Rede Cerrado
Associação Cinthia Peter
Fórum de ONGs Ambientalistas do Distrito Federal e Entorno
Rede Mosaicos de Áreas Protegidas (Remap)
Rede Pró-Unidades de Conservação
Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS)
Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)

Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, e Universidades

Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
Serviço Florestal Brasileiro (SBF/MMA)
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA)
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/MinC)
Ministério do Turismo (Mtur)
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)
Universidade de Brasília (UnB)
Instituto Federal de Brasília Campus Planaltina
Instituto Federal do Norte de Minas Campus Arinos
Serviço Social do Comércio (Sesc)
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
Caixa Econômica Federal (CAIXA)
Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal (Sema-DF)

Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad-MG)
Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG)
Departamento de Desenvolvimento Florestal da Bahia (DDF-BA)
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf)
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba)
Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha (MG)
Prefeitura Municipal de Formoso (MG)
Prefeitura Municipal de Arinos (MG)
Prefeitura Municipal de Januária (MG)
Prefeitura Municipal de São João das Missões (MG)
Prefeitura Municipal de Itacarambi (MG)
Prefeitura Municipal de Cônego Marinho (MG)
Prefeitura Municipal de Bonito de Minas (MG)
Prefeitura Municipal de Miravânia (MG)
Prefeitura Municipal de Cocos (BA)
Prefeitura Municipal de Pirenópolis (GO)
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso (GO)
Prefeitura Municipal de Cavalcante (GO)
Prefeitura Municipal de São João D'Aliança (GO)
Prefeitura Municipal de Colinas do Sul (GO)

Agências Internacionais, Bancos de Desenvolvimento e Embaixadas

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)
Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid)
Banco Mundial (Bird)
International Tropical Timber Organization (ITTO)
Comunidade Econômica Europeia
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma)
Embaixada do Japão
Embaixada do Canadá
Embaixada do Reino Unido
Embaixada da Suíça

ATTUCH, Ricardo. *Diagnóstico Socioambiental e Zoneamento do Entorno do PNGSV*. Brasília: Funatura, 2002.

BERTRAN P. *Breve História do Noroeste Mineiro e do Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Brasília: Funatura/Ibama/Fundação O Boticário/The Nature Conservancy, 1999.

ESPÍRITO SANTO, C. V. *O Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu*. Brasília: Funatura, 2014.

ESPÍRITO SANTO, C. V. (coordenação). *Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas/MG*. Brasília: Funatura, 2003.

ESPÍRITO SANTO, C.V. e MOSCOSO, M. C. (orgs.). *Estrada-Parque Guimarães Rosa – Proposta de Reconhecimento Oficial. Uma via em benefício do turismo ecocultural e do fortalecimento da identidade territorial do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu*. Brasília: Funatura/ISPN/União Europeia, 2012.

FUNATURA. Boletim Funatura nºs 1 a 21. Brasília: Funatura, 1987-1997.

FUNATURA. *Elaboração do plano de desenvolvimento sustentável do entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas/MG: Proposta de projeto para o edital FNMA/PROBIO, nº 03/2001*. Brasília: Funatura, 2001.

FUNATURA. *Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DBTC) – Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu*. Brasília: Funatura, 2001.

FUNATURA. *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas/MG*. Brasília: Funatura, 2002.

FUNATURA. *Cerrado Vivo – Jornal da Reserva Particular do Patrimônio Natural nºs 1 a 9*. Brasília: Funatura/Projeto PNUD BRA/00/G35, 2002 a 2005.

FUNATURA/IEF-MG. *Jornal do Mosaico*, nºs 1 a 3. Brasília: Funatura, 2010.

FUNATURA. *Cerrado Vivo*, nºs 10 a 12. Brasília: Funatura, 2007 a 2011.

FUNATURA/IEF-MG. *Jornal do Mosaico*, nºs 4 a 5. Brasília: Funatura, 2011.

FUNATURA. *Cerrado Vivo*, nºs 13 a 16. Brasília: Funatura/FNMA/MMA, 2011.

FUNATURA/IEF-MG. *Jornal do Mosaico*, nº 6. Brasília: Funatura, 2012.

FUNATURA. *A Funatura no Parna GSV*. Brasília: Funatura, 2013.

GUIMARÃES, L. GT Turismo. *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Brasília: Funatura, 2002.

IRION, R. F. *GT Agrossilvopastoril (Versão Preliminar). Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Brasília: Funatura, 2002.

LIMA, Fernando Antonio Rodrigues (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu*. Brasília: Funatura/Fundação Banco do Brasil, 2008.

MMA/IBAMA/FUNATURA. *Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Brasília: Funatura, 2003.

MMA/FNMA. *Edital nº 01/2005 do Fundo Nacional do Meio Ambiente – Mosaico de Áreas Protegidas: Uma Estratégia de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

OLIVEIRA, J. A. C. *Relatório Final Agroecologia. Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Brasília: Funatura, 2002.

Codevasf – <http://site.codevasf.gov.br/> – Consulta realizada entre março e maio de 2016.

Conama – <http://www.mma.gov.br/port/conama/> – Consulta realizada entre março e maio de 2016.

Folha do Meio Ambiente – <http://www.folhadomeio.com.br> – Consulta realizada entre maio e junho de 2016.

Fundação Pró-Natureza (Funatura) – <http://www.funatura.org.br> – Consulta realizada entre março e outubro de 2016.

Fundação Biodiversitas – <http://www.biodiversitas.org.br/index.htm> – Consulta realizada em agosto de 2016.

Ibama – <http://www.ibama.gov.br> – Consulta realizada em setembro de 2016.

IEF-MG – <http://www.ief.mg.gov.br/> – Consulta realizada entre maio e julho de 2016.

ICMBio – <http://www.icmbio.gov.br> – Consulta realizada em setembro de 2016.

Rede Cerrado – <http://www.redecerrado.org.br/> – Consulta realizada em setembro de 2016.

10

Siglas

AHE	Aproveitamento Hidrelétrico
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
Boticário	Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza
CAIXA	Caixa Econômica Federal
Cemave	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres
CI	<i>Conservation International</i>
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Codevasf	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Coelba	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
FBB	Fundação Banco do Brasil
Florelos	Projeto Elos Ecosociais entre as Florestas Brasileiras
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
Funbio	Fundo Brasileiro para Biodiversidade
GEF	<i>Global Environment Facility</i>
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IEF-MG	Instituto Estadual de Florestas do Estado de Minas Gerais
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
ITTO	International Tropical Timber Organization
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
Mtur	Ministério do Turismo
PNMA	Programa Nacional do Meio Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPPEcos	Programa Pequenos Projetos Ecosociais
Probio	Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade
RPPN	Reserva do Patrimônio Particular Natural
Seagri/DDF	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia
Sema	Secretaria Especial de Meio Ambiente/Presidência da República
Semarh-GO	Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás
Sematec-DF	Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal
Sesc	Serviço Social do Comércio
Sesi	Serviço Social da Indústria
Sudepe	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
Sudhevea	Superintendência da Borracha
Suzano	Companhia Suzano de Papel e Celulose
SVS	Santuário de Vida Silvestre
TCBR	Tecnologia e Consultoria Brasileira, Construção Civil
TCO	Tele Centro Oeste Celular Participações S/A
TFCFA	Tropical Forest Conservation Act
TNC	<i>The Nature Conservancy</i>
UnB	Universidade de Brasília
Vitae Civilis	Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz
WRI	<i>World Resources Institute</i>
WWF	<i>Worldwide Fund for Nature</i>
WWF Brasil	Fundo Mundial para a Natureza

